

NossaAméricaNuestra

CUBA



WLADIMIR POMAR



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

NossaAméricaNuestra

CUBA

Revolução e reforma



WLADIMIR POMAR

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

DIRETORIA

Presidente: Marcio Pochmann

Vice-presidenta: Iole Ilíada

Diretoras: Fátima Cleide e Luciana Mandelli

Diretores: Kjeld Jakobsen e Joaquim Soriano

COORDENAÇÃO DA COLEÇÃO NOSSA AMÉRICA NUESTRA

Iole Ilíada

Gustavo Codas

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Coordenação editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Maria da Costa

Preparação e revisão: Jorge Pereira

Projeto gráfico e diagramação: Caco Bisol Produção Gráfica Ltda.

Foto da capa: Celebração da vitória depois da batalha na Baía dos Porcos, Fidel Castro com bandeira pintada, Alberto Korda, 1961

Direitos reservados à Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – 04117-091 São Paulo - SP

Telefone: (11) 5571-4299

Visite a página eletrônica da Fundação Perseu Abramo

www.fpabramo.org.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P784c Pomar, Wladimir.
Cuba : revolução e reforma / Wladimir Pomar. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.
178 p. : il. ; 19 cm. – (Nossa América Nuestra)

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-5708-026-3

1. Cuba - Política e governo. 2. Cuba - História. 3. Cuba - Aspectos econômicos I. Título. II. Série.

CDU 32(729.1)(091)
CDD 320.97291

Coleção
Nossa América Nuestra

Cuba: revolução e reforma

Wladimir Pomar

2016

*O autor agradece a Valter Pomar
pela leitura dos originais,
bem como às sugestões bibliográficas
de Berta Fernandez e Roberto Regalado.
Evidentemente, nenhum deles
é responsável pelas conclusões do autor.*

Wladimir Pomar

| SUMÁRIO |

- 9 APRESENTAÇÃO
- 15 INTRODUÇÃO
- 19 A PROLONGADA REVOLUÇÃO NACIONAL ANTICOLONIAL
 - 23 A REVOLUÇÃO NACIONAL E DEMOCRÁTICA
- 35 TRANSFORMAÇÃO DA REVOLUÇÃO NACIONAL E DEMOCRÁTICA EM REVOLUÇÃO NACIONAL ANTI-IMPERIALISTA E DEMOCRÁTICA
 - 49 OS DESAFIOS DA TRANSFORMAÇÃO EM REVOLUÇÃO SOCIALISTA
- 57 TENTATIVA DE CONSTRUIR O SOCIALISMO IMPORTANDO O “MODELO SOVIÉTICO”
 - 65 ESFORÇOS DE SOBREVIVÊNCIA AO NAUFRÁGIO DO SOCIALISMO SOVIÉTICO NO CONTEXTO DA OFENSIVA NEOLIBERAL
 - 73 CUBA E A EMERGÊNCIA DE GOVERNOS PROGRESSISTAS E DE ESQUERDA NA AMÉRICA LATINA
 - 79 DEBATE SOBRE AS REFORMAS DE “ATUALIZAÇÃO”
 - 89 RETIRADA ESTRATÉGICA
 - 99 RELAÇÕES COM OS EUA
 - 105 CRONOLOGIA
- 107 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
- 109 SOBRE O AUTOR
- 113 ANEXOS

Apresentação

A América Latina viveu, no último período, o que se poderia chamar de um “ciclo progressista”, durante o qual a região conquistou avanços importantes. A maioria dos países tirou importantes contingentes da população da miséria, que alcançaram novos e mais altos níveis de renda e condições de vida. Em muitos casos, fortaleceu-se o mercado formal de trabalho e ampliaram-se os níveis salariais, com conseqüente melhoria na distribuição da renda. Novos programas econômicos, sociais, ambientais e culturais introduziram a região em um ciclo diferente de desenvolvimento, visando a superação do período neoliberal. A região deixou de ser o “pátio traseiro” dos Estados Unidos e obteve vários avanços no que se refere à integração regional. Em alguns desses países, houve avanços substantivos no reconhecimento de direitos de populações antes mar-

ginalizadas, como no caso dos indígenas. Também assistiu-se a importantes processos constituintes, que visaram consolidar os processos democráticos estabelecidos.

Mais recentemente, entretanto, temos assistido a uma verdadeira contra-ofensiva das direitas na região, o que tem levado muitos a debater a tese do “esgotamento” deste ciclo. Esta tese, no entanto, ganha significados distintos, quer se trate da análise das elites econômicas e políticas que visam retomar estes governos, quer seja feita pelos setores de esquerda, que ao observar os limites e equívocos desse processo o fazem na perspectiva de superá-lo e seguir avançando em seu projeto.

Visando contribuir com esse debate, a Fundação Perseu Abramo (FPA) lança a presente coleção, batizada de *Nossa América Nuestra*. Cada livro que a compõe, ao tratar de um país específico envolvido neste “ciclo” – mas sem perder de vista o contexto regional –, busca analisar seus processos políticos particulares, assinalando conquistas, impasses e desafios a serem respondidos. Contrapondo-se à ideia de “fim do ciclo” tal como é expressa pela direita, a coleção não deixa contudo de registrar as dificuldades para prosseguir com os avanços, em um momento em que a crise mundial do capitalismo desenvolvido faz com que a pressão econômica e política sobre a periferia do sistema se acirre.

Pensada para ser uma coleção que possa atingir a todos os públicos interessados, desde aqueles já versados no tema até os que buscam informações preliminares sobre o assunto, os volumes que a compõem possuem também um caráter paradidático, ao oferecer, em linguagem bastan-

te acessível mas sem abdicar da profundidade e da reflexão crítica, dados e análises relevantes para a compreensão da história política e dos processos atuais vividos pelos países latino-americanos e caribenhos.

A coleção *Nossa América Nuestra* integra um programa de estudos e pesquisas mais amplo da Fundação Perseu Abramo (FPA), que visa reunir e produzir dados, análises e interpretações sobre os processos e significados do que se convencionou chamar de “ciclo progressista” na América Latina. Deste programa participam estudiosos com longa trajetória acadêmica, profissional e/ou militante em relação à conjuntura da América Latina e Caribe. A Fundação pretende, assim, fomentar a investigação das dimensões políticas, sociais, econômicas e culturais desse processo, em cada país e na região tomada como um todo, avaliando também suas implicações geopolíticas, seja no que se refere aos projetos de integração regional, seja no que tange a sua inserção na ordem internacional.

Certamente este debate, sobre o qual existe relativamente escassa bibliografia em nosso país, é fundamental e estratégico para nós, brasileiros, que somos parte indissociável desta região do mundo. Por essa razão, a FPA espera que esta coleção, sem a pretensão de responder a todas as questões envolvidas na complexa temática, possa ser de grande utilidade para os que desejam uma América Latina e Caribenha integrada, soberana, democrática e desenvolvida social e economicamente.

O presente volume, de autoria de Wladimir Pomar, trata da experiência de Cuba, cujo processo remonta a um

ciclo anterior, aquele que impulsionou revoluções entre o final dos anos 1950 até os anos 1970. Iniciada como uma luta anti-imperialista, a Revolução Cubana avançou para uma experiência socialista que – em meio a grandes dificuldades – sobreviveu à crise do “socialismo realmente existente” dos anos 1980-90, tendo sido durante muito tempo o único governo de esquerda da região. O livro resgatará esse processo, apontando os problemas e desafios atuais enfrentados pela Ilha, que não obstante suas particularidades históricas segue sendo uma referência para toda a esquerda latino-americana e caribenha.

Diretoria da Fundação Perseu Abramo



CAPITAL: Havana

TERRITÓRIO: A República de Cuba tem 109.884,01 km². É um arquipélago formado por mais de 1.600 ilhas e ilhotas, sendo a ilha de Cuba a maior do país e das Antilhas.

POPULAÇÃO: 11.281.000 habitantes (2015)

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO
(por 100 habitantes, 2005-2010): 0,01 [ALC: 1,16]

ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER (2000-2005):
77,2 anos [ALC: 72,1]

TAXA DE DESEMPREGO ABERTO POR SEXO,
em % (2012): homens: 3,4; mulheres: 3,6; ambos os se-
xos: 3,5 [ALC: ambos os sexos 6,4]

TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS
(15 anos e mais, 2012): 99,8 [ALC: 92,4]

GASTO PÚBLICO EM EDUCAÇÃO (% do PIB, 2010):
12,8 [Brasil: 5,8]

MÉDICOS EM CADA 1.000 HABITANTES (2013):
6,7 [Brasil: 1,9]

Obs.: A sigla ALC entre colchetes informa, para efeitos de comparação, sobre esse indicador para América Latina e Caribe, no mesmo período. Em sua falta, colocamos o dado do Brasil.

Fontes:

www.one.cu/aec2014/01%20Territorio.pdf

http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37647/S1420569_mu.pdf?sequence=1

Introdução

Cuba não é, certamente, um caso revolucionário único na América Latina, nem no mundo. Como vários outros povos, o cubano travou uma prolongada guerra revolucionária durante o século XIX, para livrar-se do jugo colonial espanhol e firmar sua independência nacional. Acrescente-se: uma campanha realizada em grande parte sob o impacto da guerra de independência dos Estados Unidos contra o colonizador inglês, segundo diversos historiadores cubanos.

Depois, à medida que os Estados Unidos se construía(m) como potência capitalista, colocando à mostra seu “Destino Manifesto” de tornar-se uma potência imperialista, os cubanos viram-se constrangidos a travar sua Grande Guerra, ou a “Guerra Necessária” (1895), como a chamou José Martí. Para livrar-se da subjugação semicolonial, ou neocolonial, o processo revolucionário da ilha caribenha retomou seu caráter nacional, acrescentando a ele o aspecto democrático republicano.

A combinação desses dois aspectos do processo revolucionário da sociedade cubana perdurou por quase 60 anos do século XX. Em seu curso ocorreram inúmeras tentativas de lutas armadas, intervenções e golpes militares que culminaram na vitória da luta guerrilheira e urbana do Movimento 26 de Julho em 1º de janeiro de 1959.

A partir daí, a revolução nacional anti-imperialista e democrática viu-se confrontada com a reação e o bloqueio estadunidense, assim como com a oposição feroz dos setores sociais e políticos conservadores e reacionários da sociedade cubana. Reação e oposição que empurraram a revolução, para sobreviver e se consolidar, a avançar rapidamente no rumo socialista, embora tal horizonte não fizesse parte dos objetivos proclamados da luta armada vitoriosa, nem houvesse clareza teórica alguma de como isso poderia se dar.

Essa transformação da natureza do processo revolucionário cubano teve seu ponto fulcral na tentativa fracassada de invasão da ilha por tropas mercenárias, apoiadas pela frota americana, na Playa Girón (Baía dos Porcos), em 1961. Segundo Fidel Castro, a vitória das forças revolucionárias marcou tal transformação, constituindo uma das mais marcantes peculiaridades do processo de libertação e desenvolvimento independente cubano.

Cuba foi levada a enfrentar os mesmos sucessos e problemas de todos aqueles países que, durante o século XX, ingressaram na construção socialista, quando ainda estavam dando os primeiros passos no longo processo de dissabores e realizações que caracterizam o modo capitalista de produção e distribuição de mercadorias, portanto sem dispor de um alto desenvolvimento das forças produ-

tivas sociais. Da mesma forma que mongóis, poloneses, húngaros, iugoslavos, checoslovacos, alemães orientais e chineses, os cubanos se confrontaram com as contradições práticas e as debilidades teóricas daquilo que Marx teoricamente chamara de transição socialista para o comunismo. Mas, diferentemente dos soviéticos, que não tinham nenhuma outra experiência em que se apoiar, os cubanos podiam aprender com as tentativas de construção do socialismo feitas ao longo das quatro décadas que separavam a Revolução Cubana da Revolução Russa.

Assim, entre 1961 e 1968 a Revolução Cubana buscou um caminho próprio de desenvolvimento, tanto em meio à nascente crise do “modelo soviético” de construção do socialismo na União Soviética, no Leste Europeu e na China, quanto no bojo do impulso de ascensão das guerras de libertação de povos africanos, asiáticos e latino-americanos. O debate que envolveu os revolucionários cubanos nesse período é a melhor expressão dessa busca, mas, por uma série de razões econômicas e políticas, nacionais e internacionais¹, Cuba terminou por mergulhar na construção socialista importando o “modelo soviético”, modelo que entrou em crise terminal entre 1985 e 1991.

1. Vale relembrar a chamada invasão à Baía dos Porcos, que detonou uma crise histórica. Em 1961, o presidente norte-americano John F. Kennedy deu sinal verde para o plano. O saldo foi de 1.189 prisioneiros e 107 mortos, contra as 161 vítimas fatais nas forças castristas. Em fevereiro de 1962, Washington aprofundou o embargo econômico contra Cuba. Fidel Castro se volta para Moscou para garantir proteção e Nikita Krushchev consegue convencê-lo de que mísseis fixados nos Estados Unidos seriam melhor do que um acordo militar. A Crise dos Mísseis atingiu seu ápice entre 14 e 27 de outubro, com pico no dia 22, quando Washington determinou bloqueio naval a Cuba e a mobilização de 140 mil homens e Castro mobilizou um efetivo de 400 mil, no caso de uma invasão americana. Um conflito nuclear parecia iminente. Em 28 de outubro, Krushchev recuou e concordou com a remoção dos mísseis, sob a condição de os Estados Unidos não invadirem Cuba. Moscou negociou a retirada de mísseis americanos da Turquia. Cuba e a então URSS mantiveram uma parceria por quase 30 anos. [N. E.]

A partir daí, até 1998, Cuba fez um esforço sobre-humano para sobreviver ao naufrágio do socialismo de tipo soviético no contexto de uma forte ofensiva mundial de caráter neoliberal. Esse período, que os cubanos chamam de “especial”, foi suportado sem mudanças significativas. Tal “modelo soviético” permaneceu mesmo quando a situação interna teve certa melhora, o que ocorreu quando emergiram governos progressistas e de esquerda na América Latina.

No entanto, tendo em conta as dificuldades enfrentadas internamente pelos cubanos, a crise no mundo capitalista desenvolvido, a emergência da China e do Vietnã como países socialistas em forte desenvolvimento, bem como a transformação de antigas semicolônias africanas e asiáticas em países em processo de desenvolvimento industrial, ficou evidente que o modelo de construção socialista em Cuba precisava de profundas reformas para enfrentar os novos desafios nacionais e internacionais. Os debates sobre essas reformas, que os cubanos têm chamado de “atualização”, parecem representar uma *retirada estratégica* no contexto dos impasses da emergência progressista na América Latina, África e Ásia, do surgimento da China como país socialista de mercado e como grande potência econômica, da crise capitalista internacional e do reordenamento das relações com os Estados Unidos.

A prolongada revolução nacional anticolonial

Desde o século XVI, os colonizadores espanhóis ocuparam a ilha que fica na entrada do Golfo do México. Aniquilaram as populações indígenas, implantaram plantações escravistas de cana, café e tabaco, e a tornaram escala das naus que percorriam rotas entre a Europa e o continente americano.

O escravismo fez surgir uma classe de latifundiários, com terras cedidas pela Coroa espanhola. Durante o século XIX, essa classe, a aristocracia *crioulla*, já havia se tornado a principal exportadora mundial de açúcar e café, mas se recusou a participar dos movimentos de independência que varreram a América Latina e o Caribe. Tinha a esperança de que a Espanha colonizadora garantiria o contínuo fornecimento de mão de obra cativa e, portanto, a eternidade de seu modo escravista de produzir riqueza.

No entanto, as pressões da nascente burguesia industrial inglesa para a liquidação do tráfico negreiro e do escla-

vismo já eram crescentes, impedindo a Coroa espanhola de cumprir o papel desejado pela aristocracia *crioulla*. Esta vislumbrou então, como saída, a anexação de Cuba à nova república independente norte-americana, em cujos estados sulistas predominava o escravismo. Desde o início do século XIX e, particularmente após 1818, quando foi decretada a abertura dos portos cubanos ao mercado mundial, a nova república continental se transformou rapidamente na maior fornecedora de produtos manufaturados e escravos para a agricultura cubana, enquanto importava grandes volumes de açúcar e tabaco.

Nessas condições, a anexação aos Estados Unidos pareceu, à aristocracia *crioulla* cubana, o caminho natural para manter intocado seu sistema de produção e comércio. Mas a oposição da Inglaterra e da França à expansão da jovem potência capitalista norte-americana freou tal propósito e permitiu à Espanha continuar dominando sua colônia caribenha, embora num ambiente de crescente disputa entre as emergentes potências capitalistas. O aumento da oposição britânica ao comércio escravista gerou consequências econômicas perversas sobre a propriedade fundiária da ilha, levando 95% dos grandes latifúndios açucareiros cubanos a serem hipotecados. E as consequências positivas da independência sobre o desenvolvimento econômico dos Estados Unidos levaram alguns setores latifundiários cubanos a abraçar as ideias liberais em curso nesse país e na Europa, conduzindo-os a esboçar reclamos de independência e a sugerir a substituição do escravismo.

Foi nesse contexto externo e interno que teve início a primeira guerra de independência, em 1868, com a mobilização de setores sociais intermediários, rurais e urbanos que haviam emergido com a ampliação do comércio externo e com a necessidade de uma produção agrícola e artesanal interna.

A “República em armas”, como foi chamado esse primeiro intento de independência nacional, manteve a luta armada por uma década. Embora derrotada pelas tropas espanholas, deixou um legado que perdurou pelos anos posteriores. Convenceu um crescente número de independentistas de que somente a revolução armada seria capaz de derrotar os colonizadores e seus sustentáculos internos. E que, para levar avante tal revolução nacional, seria necessário superar o racismo branco de modo a mobilizar as camadas populares, cuja maioria era composta por escravos e mestiços.

A crise que se abateu sobre Cuba nesse período, resultante da crise de produtividade do escravismo, da queda da produção açucareira, do surgimento de novos concorrentes internacionais e da queda dos preços internacionais, causou mudanças importantes na sociedade de então. Uma parte dos latifundiários e comerciantes *criollos* passou a investir na indústria, criando um proletariado de pequena dimensão. Outra parte da aristocracia *criolla* e espanhola passou a se associar aos novos representantes dos capitalismo norte-americano e inglês, concentrando as terras e a produção agrícola.

Concomitante, após a abolição em 1886, os ex-escravos formaram uma massa à procura de terras e trabalho. E emergira uma camada importante de intelectuais *criollos*,

ambos apresentando novas demandas sociais e políticas que introduziram uma clivagem ainda mais profunda entre cubanos e espanhóis. O resultado mais evidente dessa contradição foi o surgimento do Partido Liberal Autonomista, *criollo*, que reivindicava reformas no sistema colonial, e do Partido União Constitucional, espanhol, contra qualquer tipo de reforma.

Na medida em que a disputa entre essas duas forças não resultava em qualquer mudança na situação, revitalizaram-se tanto as ideias de independência quanto as de anexação aos Estados Unidos, como alternativas ao falido sistema colonial. A situação era de tal ordem que, como disse Martí, a proposta de anexação não era nada mais “do que o desejo de evitar a revolução”.

Foi Martí quem deu consistência teórica à revolução em amadurecimento, propondo construir na luta as bases de uma nova sociedade, sem que isso constituísse um obstáculo ao desenvolvimento da “guerra revolucionária necessária”. Para ele, a revolução deveria ser um processo de profundas transformações sociais que precisariam transcender a libertação do colonialismo, proporcionando à República mecanismos democráticos que assegurassem a participação das camadas populares na condução do processo. Em 1895 tal esquema “foi concretizado na criação do Partido Revolucionário Cubano (PRC), órgão diretor da revolução e contribuição martiana à organização da frente patriótica” (Arbolea, 2007).

A revolução nacional e democrática

Em outras palavras, com Martí a revolução nacional cubana conquistou seu aspecto democrático e popular. A guerra de independência, iniciada em 1895, diferentemente das anteriores, se estendeu de um extremo a outro da ilha, e seus efeitos foram devastadores, espalhando-se por todo o país. A base econômica que sustentava o regime colonial foi destruída. A estratégia de queimar canaviais e destruir equipamentos produtivos, assim como a grande participação popular na revolução, empurraram parte dos latifundiários a buscar a solução da contenda através da velha proposta de anexação aos Estados Unidos.

A ilha ficou arruinada e endividada. A Espanha ficou exausta, sem recursos nem energia para continuar a guerra que sustentou durante três décadas contra os patriotas cubanos. O desenlace a favor dos cubanos era questão de tempo, como reconheciam os chefes do exército colonial espanhol. Madri não tinha outro caminho senão capitular e solicitar a paz.

Nesse mesmo período, os Estados Unidos ganharam musculatura de potência capitalista desenvolvida e projetaram expandir-se com base no que mais tarde chamaram “Destino manifesto”, levando Martí a prever que os estadunidenses tendiam a se espalhar pelas Antilhas, caindo com força sobre as terras da América, a não ser que Cuba, com sua independência, impedisse tal “destino”. Martí, porém, foi morto em combate no início da contenda contra a Espanha e não teve condições de influir sobre o processo político da insurreição.

Nessas condições, quando o Congresso norte-americano revogou o reconhecimento anterior, por pressão inglesa e francesa, do direito de Cuba à independência, e autorizou, com a Resolução Conjunta, em abril de 1898, que suas forças armadas intervissem militarmente na guerra dos cubanos contra a Espanha, as piores previsões de Martí se materializaram.

Os Estados Unidos impuseram à Espanha uma guerra de substituição colonial, tomando-lhe as Filipinas e Guam, no Pacífico, e Porto Rico, no Caribe. Na prática, *realizaram a primeira guerra da nova era de divisão imperialista do mundo*. Em relação a Cuba, empenharam-se em deixar os revolucionários cubanos fora da Conferência de Paz, em Paris, e impor sua prerrogativa de ocupar Cuba.

A Espanha capitulou em 12 de agosto de 1898 e o Tratado de Paris foi firmado em 10 de dezembro. O texto estabelecia a renúncia da Espanha à soberania e propriedade sobre a ilha, mas não fez referência alguma à independência de Cuba, demonstrando as intenções imperialistas

dos Estados Unidos e frustrando as aspirações de liberdade dos patriotas cubanos.

Por outro lado, ao contrário do que Martí havia proposto, os representantes dos diversos agrupamentos do processo revolucionário reuniram-se numa assembleia constituinte, mas não conseguiram superar a mesma divergência que, na revolução de 1868, colocara em campos opostos os civilistas e os militaristas. Com isso, os patriotas cubanos foram incapazes de enfrentar unificadamente o desafio que a interferência norte-americana colocou diante deles.

Embora reconhecendo a “independência de fato e de direito” de Cuba, a Emenda Platt do Congresso dos Estados Unidos estabeleceu seu direito de intervir nos assuntos internos da ilha toda vez que considerasse necessário². Em 1º de janeiro de 1899, as tropas intervencionistas norte-americanas nomearam um general como governador de Cuba, estabeleceram a Base Naval de Guantánamo, e procuraram impor à Assembleia Constituinte cubana que incluísse na Constituição os ditames o direito norte-americano de intervir na ilha.

Durante a gestão do governo intervencionista norte-americano, com a participação de membros da antiga classe dominante *crioulla*, o Exército Revolucionário Cubano, o Partido Revolucionário de Cuba e a Assembleia de Representantes foram desmantelados.

Paralelamente, a penetração de empresas americanas na economia da ilha avançou, substituindo grande parte dos

2. Cf. <www.cubagob.cu/otras_info/minfar/enmienda_platt.htm>, acesso em ago. 2015.

antigos latifundiários e dos empresários industriais *crioulos*. Através disso, de empréstimos financeiros, de invasão cultural e do estreitamento dos laços políticos com os adeptos da anexação aos Estados Unidos, a nova potência imperialista subordinou Cuba como uma semicolônia, ou neocolônia, repassando o governo às classes dominantes *crioullas* somente em 1902.

O Tratado de Reciprocidade Comercial entre os Estados Unidos e Cuba, que reduziu em 20% as taxas aduaneiras norte-americanas sobre o açúcar, o tabaco e alguns outros produtos cubanos, ao mesmo tempo que reduzia em 40% as tarifas cobradas pelas aduanas cubanas sobre os produtos manufaturados dos Estados Unidos, foi o principal instrumento de subordinação, desnacionalização e descapitalização da ilha. As classes dominantes locais se entregaram totalmente a essa subordinação, voltando a apelar, em 1907 e em 1916, para a intervenção militar norte-americana como forma de resolver suas querelas internas.

No início dos anos 1920, o capital financeiro dos Estados Unidos já controlava a maior parte da riqueza nacional cubana, monopolizando o sistema comercial e de créditos, e a produção açucareira. Empresas estadunidenses de mineração, energia e agricultura dominavam regiões inteiras, exercendo não só o poder econômico, mas também a influência cultural. Diante disso, a oligarquia *crioulla*, que tinha a propriedade de metade dos engenhos de açúcar do país, apesar de submissa, passou a reclamar que seus interesses também fossem preservados. Esses reclamos levaram o governo de então, a tomar medidas para

controlar a produção açucareira e incentivar outros ramos econômicos, inclusive industriais.

Nessa época, porém, os Estados Unidos ainda não haviam concentrado capitais excedentes em volume considerável para exportá-los e faziam todo o esforço para evitar o desenvolvimento industrial de suas colônias e semicolônias. A subordinação aos interesses norte-americanos emperrava o desenvolvimento econômico, criava mais desemprego e reduzia salários, aumentava os impostos e reduzia o consumo, e fazia crescer a dívida pública. Em 1925 existiam em Cuba apenas 703 fábricas, empregando cerca de 14 mil operários. Esse cenário foi agravado pela crise de 1929, com o consequente aumento das taxas alfandegárias dos Estados Unidos, principal destino das exportações e das matérias primas cubanas.

De qualquer modo, a diversidade social crescera, colocando na cena cultural e política cubana uma série de novos atores. Surgiram sindicatos e confederação de trabalhadores a partir de meados da década de 1920. Em grande parte influenciada por correntes políticas anarquistas, foi fundada a Confederação Nacional Operária de Cuba em 1925. A organização de movimentos universitários nacionalistas precedeu a fundação do Partido Comunista de Cuba – que ocorreu também em 1925 –, que determinava a instauração imediata de uma república socialista e conquistou influência sobre setores consideráveis do operariado e do campesinato. Advogando a combinação do marxismo e do nacionalismo foi fundada no mesmo ano a Liga Anti-imperialista, que indicava a insurreição armada

contra a ditadura de plantão e procurou organizá-la a partir do território mexicano.

As classes dominantes cubanas, por seu lado, passaram a combinar a repressão policial-militar com a ação de sindicatos “amarelos” que disputavam na base a influência sobre as massas trabalhadoras. Mas as consequências da crise iniciada em 1929 com a quebra da Bolsa de Nova York agravaram todos os problemas econômicos e sociais cubanos, levando ao surgimento de novos atores políticos e a um novo período de extrema turbulência na sociedade da ilha. O Diretório Estudantil Universitário congregou correntes de todos os tipos, de esquerda, centro e direita, e passou a uma confrontação ativa contra o regime de subordinação aos Estados Unidos, com táticas que iam do reformismo ao terrorismo quase sem mediações. Paralelamente, surgiu a Ala Esquerda Estudantil, independente, que fazia frente única com o Partido Comunista, mas atuava independentemente numa série considerável de questões. A União Revolucionária Anti-imperialista, em 1953, aglutinou correntes de esquerda dispostas a realizar uma revolução nacionalista, com base em guerrilhas nas montanhas orientais, que levaria à construção gradual de um Estado socialista.

Ao mesmo tempo, grupos latifundiários em oposição ao governo apresentaram planos de insurreição como forma de neutralizar a esquerda e resolver suas querelas com os setores latifundiários dominantes. A extrema direita intelectual, reunida numa organização cuja sigla era ABC, iniciou um processo de atentados, sabotagens e propagan-

da armada. Essa ebulição generalizada colocou em xeque tanto a ditadura de então (machadista)³ quanto o intervencionismo norte-americano. Envolvidos em sua própria crise econômica, os capitalistas norte-americanos perderam o papel de “libertadores” e “apaziguadores” e adotaram a política da “Boa vizinhança”⁴, tendo principalmente em vista da iminente disputa mundial por uma nova divisão imperialista do mundo.

O resultado de tudo isso foi o fim da ditadura machadista através de um golpe de Estado, e a formação de um governo formalmente nacionalista que rompeu com a Emenda Platt. De composição extremamente heterogênea, esse governo teve curta duração, sendo derrubado por um novo golpe, desta vez militar, dirigido por Fulgêncio Batista. Desse modo, no início dos anos 1940 os cubanos se confrontaram com mudanças externas e internas importantes.

3. A ascensão de Gerardo Machado à presidência ocorreu em 1925 como alternativa da oligarquia à crise, tentando conciliar a burguesia cubana com o capital norte-americano. Ao mesmo tempo que fez concessões às camadas social e política, conseguiu reformar a Constituição e implantou uma ditadura pessoal. Apesar disso, o regime machadista não obteve êxito completo na liquidação da oposição, nem na superação da crise mundial de 1929. A partir de então, as várias forças da oposição, em especial operárias e estudantis, lançaram-se uma sucessão de greves, tentativas de insurreição, atentados e sabotagens, contra os quais a repressão do regime de Machado não obteve sucesso e levou o país a uma situação pré-revolucionária. Em 12 de agosto de 1933, incapaz de enfrentar uma greve geral, Machado fugiu de Cuba, sendo substituído por um governo provisório, logo depois derrubado por um golpe militar dirigido por Fulgêncio Batista.

4. A administração Franklin D. Roosevelt, instaurada a partir de 1933 nos Estados Unidos, decidiu influir na crise do regime machadista com uma nova política. Revogou a Emenda Platt, melhorou as cotas açucareiras e assinou um novo tratado de reciprocidade comercial. Ao mesmo tempo, enviou B. Summer Welles a Cuba como embaixador. Foi, porém, apanhada de surpresa pelos acontecimentos internos cubanos. Apesar disso, pressionou a ditadura Batista, incapaz de encontrar uma saída para a situação do país, a dialogar com as forças democráticas e revolucionárias e a promulgar, em 1940, uma Constituição democrática. Essa política norte-americana, denominada de “Boa vizinhança”, esteve voltada para a configuração de uma ampla frente de apoio aos Estados Unidos e países aliados na guerra mundial contra o eixo nazifascista (Japão, Itália e Alemanha).

A abolição da Emenda Platt, assim como a política de “Boa vizinhança”, refletiam tanto a crise quanto a nova maturidade do imperialismo americano, que não mais necessitava de pretextos legais para proteger seus investidores. Passara a exportar capitais em associação com parceiros da burguesia nativa. No entanto, a situação das grandes camadas populares da população piorava. Setores do campesinato e da pequena burguesia urbana sofriam um crescente processo de proletarização, radicalizando sua atitude política, embora o populismo de Batista, com sua organização paramilitar de ação cívica, neutralizasse em parte tal radicalização.

O desencadeamento da Segunda Guerra Mundial, com a participação dos Estados Unidos na luta contra o nazismo e o fascismo, mexeu profundamente no tabuleiro econômico e político cubano. Em termos econômicos, abriu canais para o aumento das exportações de açúcar, criando um ambiente mais favorável ao emprego e à renda. No final da guerra a produção açucareira cubana havia crescido 40%, sendo que 90% dessa produção fora exportada para os Estados Unidos.

Em termos políticos, a guerra criou um ambiente favorável a uma frente única nacional, incluindo tanto Batista, num polo, quanto os comunistas, no outro, embora várias correntes de esquerda tenham considerado espúria tal aliança contra o fascismo. De qualquer modo, Batista se vê constrangido a realizar eleições, em 1944, perdendo para Ramón Grau, do Partido Revolucionário Cubano, que se transformara na representação política da burguesia associada ao imperialismo norte-americano.

Neste contexto de efervescência política, em 1947 foi fundado o Partido do Povo Cubano (Ortodoxo), com o objetivo de fazer frente à violência e à corrupção dos sucessivos governos das classes dominantes. Seu principal líder, Eduardo Chibas, era um advogado que havia participado na luta contra a ditadura de Machado e tomara parte no “Governo dos 100 dias” com Antonio Guiteras. O Partido Ortodoxo desempenhou um papel positivo no fortalecimento da consciência patriótica do povo cubano, dele participando Fidel Castro e a maioria dos jovens que mais tarde participaram do assalto ao Quartel Moncada, em 1953.

Em 1948, o Partido Revolucionário Cubano voltou a vencer as eleições, com Carlos Prias, já no contexto da Guerra Fria, de um movimento interno de massas, de tons variados, de fortes contradições internas nas classes dominantes, de emergência de um populismo de direita com nuances de esquerda. Esse populismo, embora defendendo reivindicações populares, cooperou para reprimir as lutas dos trabalhadores e expulsar os comunistas então reorganizados, desde os anos 1940, no chamado Partido Socialista Popular, da direção dos sindicatos.

Essa situação se arrastou até 1952, quando Batista impôs um novo golpe militar, com a adesão completa à Guerra Fria comandada pelos Estados Unidos e uma “mão dura” contra todos os opositoristas. Com isso, os Estados Unidos voltaram a subordinar diretamente Cuba a seus interesses e a transformaram, inclusive, num reduto para as organizações mafiosas do continente. Essa

situação agravou todos os problemas da semicolônia ou neocolônia cubana. Em primeiro lugar, seu problema nacional, com suas políticas externas e internas subordinadas totalmente aos interesses nacionais da potência imperialista. Em segundo lugar, seu problema democrático, já que as grandes massas do povo já não tinham sequer o direito formal de votar.

Mas a oligarquia que dominava a ilha continuava jactando-se de uma situação interna que pouco tinha a ver com a realidade. A renda *per capita* dos cubanos seria a segunda mais alta da região caribenha. Cuba também possuiria o primeiro lugar no número de televisores, telefones e autos, seria a terceira colocada no consumo de alimentos, e a quarta em termos de alfabetizados.

Essa propaganda, porém, não conseguia mascarar a realidade. Havana concentrava 10% da população da ilha, mas possuía 80% das construções, 70% do consumo elétrico, 62% dos salários, 73% dos telefones e 60% dos automóveis. A essa evidente desigualdade regional adicionava-se o fato de que 68% da população rural viviam em moradias de chão de terra batida e cobertura de palma de guano, 85% não possuíam água potável corrente e 54% não tinham sistema de esgoto sanitário. Os trabalhadores agrícolas ganhavam uma renda média diária de 25 centavos de peso, sendo mínimo o número de famílias que tinham acesso a leite, carne e ovos.

Do total de 6 milhões de habitantes, 223 mil eram apenas parcialmente ocupadas, 154 mil ocupadas sem remuneração e 361 mil permanentemente desocupadas. A

classe trabalhadora assalariada congregava 327 mil operários na indústria, 395 mil nos serviços, 232 mil no comércio e 104 mil nos transportes. O número de trabalhadores assalariados e não assalariados na agricultura era superior a 800 mil.

Do solo agrícola, 70% (cerca de 9,0 milhões de hectares) pertenciam a 159 mil proprietários privados, enquanto 30% (cerca de 1,78 milhões de hectares) eram composto de terras devolutas. A propriedade da terra era altamente concentrada. Cerca de 32 mil propriedades ocupavam 80 mil hectares; outras 30 mil propriedades detinham 210 mil hectares; 24,5 mil propriedades respondiam por 261 mil hectares. Enquanto isso, 780 proprietários controlavam 1,22 milhões de hectares.

A indústria açucareira, que dominava 70% de todas as terras, ocupava 54% da mão de obra empregada. As 2.340 indústrias não açucareiras, por seu lado, com uma média de 100 trabalhadores cada uma, ocupavam os demais 46% da mão de obra empregada. Em contraste, era evidente a riqueza nababesca das empresas norte-americanas, da oligarquia açucareira, da burguesia compradora, da máfia e dos funcionários graduados do estamento governamental.

As propriedades agrícolas pertencentes a empresas americanas produziam 40% do açúcar da ilha, e possuíam 90% dos serviços elétricos e telefônicos, 50% das ferrovias e 23% da indústria não açucareira. Em 1958, os investimentos norte-americanos somavam mais de US\$ 1 bilhão. Por outro lado, o capital privado de origem cubana aplicado nos Estados Unidos no início dos anos 1950 era

superior a US\$ 260 milhões, alcançado US\$ 600 milhões em 1955.

Nessas condições, o sistema semicolonial ou neocolonial cubano se tornara incapaz de resolver os problemas básicos de seu povo, em especial suas expectativas alimentares. A democracia representativa perdera qualquer legitimidade como força política capaz de atacar os problemas que afligiam as camadas populares. E a ditadura de Batista, além de estar desgastada diante da elite norte-americana, se tornara insuportável para o povo cubano. Isto num período histórico em que se multiplicavam as revoluções e guerras de libertação dos povos coloniais e semicoloniais na Ásia e na África, o socialismo estava em ascensão na Europa Oriental e na Ásia, e os Estados Unidos procuravam firmar-se como potência hegemônica do mundo capitalista.

Transformação da revolução nacional e democrática em revolução nacional anti-imperialista e democrática

A primeira tentativa armada contra a ditadura de Batista ocorreu em abril de 1953, realizada pelo Movimento Nacionalista Revolucionário, uma organização proveniente dos meios universitários que tinha Rafael García Bárceña como principal dirigente. Meses depois, em 26 de julho do mesmo ano, um grupo de jovens oriundos tanto das fileiras universitárias quanto de setores populares, dirigido por um praticamente desconhecido Fidel Castro, realizou um ataque ao Quartel Moncada.

Embora tenha fracassado e resultado numa repressão feroz e sanguinária (cada baixa do Exército foi paga com dez opositores assassinados), a repercussão social foi o contrário do que supunha a ditadura. À medida que se tornou evidente que o ataque fora realizado à margem das forças políticas existentes, tivera como alvo o Exército, isto é, a força militar de sustentação da ditadura, e visava tomar armas e distribuí-las entre o povo insurreto, o assalto

ao Quartel Moncada trouxe à tona o histórico das quatro revoluções armadas realizadas pelos cubanos em 100 anos, disseminando a ideia de que seria necessário apelar às armas como solução.

Sobrevivente da chacina praticada contra os insurretos, Fidel delineou os objetivos de seu grupo e da operação na defesa que apresentou ao tribunal, sob o título de *A História me absolverá*. Ele se declara em oposição ao semi-colonialismo, ou neocolonialismo, e favorável à abertura da participação democrática de todas as correntes políticas. Tendo Martí como inspirador, conceitua o povo como agregação de todas as classes, com exceção da oligarquia, e ataca os conceitos liberais do capitalismo. Seu programa incluía a reforma agrária, a reforma do ensino, a nacionalização das empresas elétricas e telefônicas (então pertencentes a capitais norte-americanos), o restabelecimento da Constituição de 1940 e a formação de um poder revolucionário.

Fidel não mencionou os Estados Unidos, nem citou autores marxistas, para identificar os seis problemas fundamentais do subdesenvolvimento semicolonial de Cuba: concentração da propriedade da terra; ausência de industrialização; ausência de moradias; desemprego; educação insuficiente; saúde precária. A revolução era a fonte do direito para dar solução a tais problemas.

Essa situação e o perigo que ela carregava não eram desconhecidos das elites políticas norte-americanas e das classes dominantes cubanas. Estas procuraram fazer concessões formais, que levaram Batista a promover uma elei-

ção em que só ele era candidato, bem como a conceder uma anistia aos presos políticos. Os agrupamentos partidários tradicionais se reorganizam na Sociedade Amigos da República, que sela um acordo com Batista e dá fim à oposição burguesa organizada. Ao lado do Partido Socialista Popular e de várias organizações oposicionistas, é criado o Movimento 26 de Julho (M26/7), sob a direção de Fidel e diversos outros anistiados. No processo político conforma-se uma crescente polarização entre as tendências ditatoriais e as tendências revolucionárias.

Fidel e um grupo de dezenas de membros do M26/7 se exilam no México para preparar uma expedição armada, cujo desembarque deveria coincidir com um levante armado em Santiago de Cuba, para a formação de um foco guerrilheiro em Sierra Maestra e para o apoio a insurreições urbanas. Nada muito diferente de experiências idênticas do passado histórico cubano. No entanto, além do levante de Santiago de Cuba ter fracassado, o desembarque do Granma foi desastroso, salvando-se apenas um pequeno grupo de combatentes, que decidiram perseverar no objetivo de alcançar Sierra Maestra. O apoio do campesinato fez que tivessem sucesso nesse intento, base para a formação do que chamaram de Exército Rebelde.

Inicialmente havia a suposição de que a greve geral armada desempenharia o papel principal na revolução, como em 1930, em virtude da maior concentração da população nas áreas urbanas. Em 1954 ocorreram atentados a alvos militares e ataque ao Palácio Presidencial, em Havana, assim como levantes em Santiago de Cuba e Cienfuegos. No en-

tanto, a tentativa de greve geral, supostamente capaz de se transformar em greve armada e derrubar o regime, fracassou.

Paralelamente a isso, a guerra de guerrilhas levada a cabo pelo Exército Rebelde ganhou proeminência e se disseminou por vários pontos da ilha, abrindo novas frentes. A ofensiva militar de 10 mil homens das tropas de Batista contra Sierra Maestra, que se tornava base principal do movimento revolucionário, saiu derrotada após 76 dias de combates que pareceram repetir a guerra prolongada de desgaste dos mambises, no século XIX. Esse fato firmou a proeminência do Exército Rebelde e das ações guerrilheiras rurais sobre as ações revolucionárias urbanas, assim como a direção do M26/7 sobre os demais agrupamentos políticos revolucionários.

Participavam dessa luta, além do M26/7, o Diretório Revolucionário, oriundo do movimento estudantil, o Partido Socialista Popular (PSP, comunista), com influência sobre o movimento operário, e outras organizações nacionalistas de diferentes tipos. Todos agrupamentos eram marcados, internamente, pela diversidade ideológica e política. Com exceção do PSP, que possuía certa unidade ideológica e política, em todas as demais entidades havia um embate permanente entre tendências comunistas e anticomunistas, nacionalistas e internacionalistas, democráticas e antidemocráticas, prioridade à “serra” e prioridade à “planície”, criando empecilhos à ação unificada. O único centro unificador da luta era o projeto anti-imperialista.

Da repressão aberta e indiscriminada a ditadura viu-se constrangida, diante da expansão da luta armada, a realizar

manobras políticas que incluíram a convocação de eleições gerais. No entanto, as iniciativas eleitoreiras foram eivadas de tantas fraudes que os próprios Estados Unidos não reconheceram sua validade. No final de 1958, a tomada de Santa Clara e o cerco de Santiago de Cuba pelo Exército Rebelde prenunciaram a vitória do movimento revolucionário. Em 1º de janeiro de 1959, exatos 60 anos após a entrada dos soldados norte-americanos em Havana, o Exército Rebelde comandado por Fidel Castro Ruz chegou à capital, enquanto Batista e a maior parte da oligarquia cubana fugiam ou migravam desabaladamente para a Florida e outras regiões dos Estados Unidos.

Com isso, os mecanismos de governabilidade da oligarquia cubana desmancharam-se. Os comandantes do Exército ditatorial fugiram ou foram capturados. O Congresso resultante da farsa eleitoral de 1954 dissolveu-se. Todas as instituições tradicionais de poder oligárquico perderam os canais de comunicação através dos quais exerciam sua influência ideológica e política sobre as diversas camadas da população.

O governo provisório, resultante da vitória revolucionária, foi formado por Manuel Urrutia e uma série de intelectuais orgânicos burgueses que se opunham à ditadura de Batista e advogavam reformas democráticas. O Exército Rebelde continuou sob o comando de Fidel Castro, como fiador das medidas iniciais da transição do antigo para o novo regime, sejam aquelas ligadas à aliança com a burguesia nacional (restrições às importações e proteção à indústria nacional), sejam as destinadas a

atender a reivindicações históricas das camadas populares, como a reforma agrária.

Decretada em maio de 1959, a Lei da Reforma Agrária foi um sinal de que a balança de poder se inclinava para a radicalização democrática e popular. Com ela, a concentração da propriedade territorial foi extinta. A redistribuição da propriedade fundiária incluiu não só as terras devolutas (30% das terras disponíveis), mas todas as terras em poder dos latifundiários, que englobavam 4.423 fazendas, com área média de 385 *caballerias*, ou 5.159 hectares. Os camponeses que trabalhavam as terras de latifundiários receberam 1,78 milhão de hectares. O restante se tornou propriedade do Estado para ser trabalhada por granjas e cooperativas, beneficiando mais de um milhão de camponeses e assalariados rurais.

Essa radicalização democrática e popular também se manifestou na constituição das Milícias Nacionais Revolucionárias (MNR), em 26 de outubro de 1959, para a defesa do país contra as ameaças externas e internas. A essa altura, o Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos já começara a operar para substituir o M26/7 e Fidel Castro da direção do processo revolucionário e garantir que os interesses norte-americanos investidos na ilha não fossem prejudicados.

Em março de 1960, o presidente Eisenhower aprovou o plano de subversão elaborado pela Agência Central de Inteligência (CIA), que incluía a criação de entidades de caráter político pela oligarquia emigrada, a criação de uma frente contrarrevolucionária no interior da ilha, uma forte

ofensiva de propaganda para conquistar a opinião pública cubana, e a preparação de uma força militar para infiltração e transformação da oposição interna em força armada.

Desse modo, as MNR passaram a desempenhar um papel importante para enfrentar a série de agressões articuladas tanto pelos Estados Unidos quanto pela reação interna, incluindo guerra econômica, terrorismo de Estado, espionagem, subversão, planos de assassinato de dirigentes revolucionários e fomento da contrarrevolução. Integradas principalmente por operários, camponeses, estudantes e mulheres, tanto nas cidades quanto nas zonas rurais, as milícias foram uma força decisiva nas batalhas posteriores da Revolução Cubana.

Paralelamente, as *tendências democratizantes* também introduziram contradições no governo provisório e levaram os setores anticomunistas dos diversos agrupamentos que haviam participado da revolução, como Húber Matos do M26/7, a ingressarem em conspirações, incluindo entendimentos com a CIA. Essa polarização política colocou todos os que advogavam a radicalização da democracia econômica e política em benefício das camadas populares sob a etiqueta de “comunistas”.

Por outro lado, parte considerável dos que defendiam aquela radicalização democrática considerava que um país pobre como Cuba, para desenvolver-se, não poderia basear-se na capacidade econômica de uma burguesia escassamente desenvolvida. Esta última, para acumular capital, dependeria do aumento dos preços no mercado interno, teria possibilidades escassas de exportação, não contaria

com meios técnicos avançados e teria que reduzir os custos do trabalho e reduzir o nível de vida da população. O excedente que seria apropriado teria que fazer parte da acumulação requerida para o desenvolvimento. Portanto, para fazer parte da revolução, a burguesia nacional precisava ser subordinada, assumindo um papel político marginal e economicamente limitado.

Nessas condições, o acirramento político levava ao confronto não apenas com os anticomunistas que se aliavam aos interesses norte-americanos e à oligarquia conservadora antipopular, mas também com os setores da burguesia nacional que desejavam apenas desenvolverem-se como capitalistas. Esse cenário indicava que parte da burguesia que participou da revolução caminharía para a contrarrevolução, incentivada pela política norte-americana. A essa altura, mais de 200 mil cubanos haviam migrado para os Estados Unidos, 31% dos quais eram empresários, técnicos e profissionais, e 33% eram funcionários de alto nível e comerciantes. Portanto, o que sobrara da chamada burguesia nacional na ilha era residual.

Entretanto, o apoio popular ao novo regime frustrou os planos da CIA. Como lembrou Raúl Castro no discurso da Cúpula das Américas, em 2015, apenas um ano após o triunfo da revolução cubana, em 6 de abril de 1960, o subsecretário de Estado dos Estados Unidos, Lester Mallory, escreveu um memorando “perverso”, no qual reconheceu que “a maioria dos cubanos apoia Castro” e que “não há uma oposição política efetiva”. Diante disso, ainda segundo o memorando de Mallory, “a única opção previsível

para tirar-lhe o apoio interno é através do desencanto e do descontentamento, com base na insatisfação e nas dificuldades econômicas”. Ou seja, “enfraquecer a vida econômica (...) e privar Cuba de dinheiro e suprimentos para reduzir os salários nominais e reais, provocando a fome, o desespero, e a derrubada do governo”.

A última tentativa para transformar o novo regime cubano por dentro fora a conspiração de Huber Matos. A partir desse momento, a teoria contrainsurgente dos Estados Unidos teve que se desdobrar não apenas na formação de grupos militares e paramilitares nativos, na realização de guerras sujas levadas a cabo por forças especiais, mas também em propostas de promoção do desenvolvimento das semicolônias, principalmente realizadas com a exportação de capitais norte-americanos e com a subordinação dos capitais nativos às multinacionais estadunidenses. A Aliança para o Progresso⁵ foi a principal expressão desse desdobramento político visando isolar a Revolução Cubana e derrotar politicamente outras tentativas na América Latina.

Como reação às políticas inspiradas pelos Estados Unidos, no sentido de conquistar apoios internos na ilha, os cubanos responderam com a criação da Federação das Mulheres Cubanas (FMC), em agosto de 1960, e dos Comitês de Defesa da Revolução (CDR), em setembro do

5. Implantada por iniciativa do presidente John F. Kennedy, em março de 1961, a Aliança apresentou-se como um programa de aceleração do desenvolvimento econômico e social da América Latina. Porém, depois de dez anos de duração, com um investimento de US\$ 20 bilhões, promoveu apenas a distribuição de leite em pó e a construção de algumas escolas, além de visitas de missões norte-americanas aos países latino-americanos, sendo extinta por Richard Nixon, em 1969.

mesmo ano. A FMC passou a desenvolver programas e políticas no sentido de incorporar as mulheres na sociedade e no emprego, de modo a alcançar sua igualdade em todos os aspectos e níveis da vida social cubana.

Os CDR se tornaram uma das mais importantes e dinâmicas organizações de massas do país. Além de constituir um importante instrumento de mobilização da sociedade em defesa da revolução, passaram a ter uma participação decisiva nas campanhas de alfabetização e vacinação, na luta contra as enfermidades, na reorganização e embelezamento de bairros, escolas e locais públicos, na atenção às crianças e aos idosos, e nos processos eleitorais.

Todas essas organizações populares desenvolveram esforços na Campanha de Alfabetização, preparada em 1960 e realizada até dezembro de 1961, quando Cuba foi declarada, em ato público na Praça da Revolução José Martí, “Território livre de analfabetismo”, facilitando o acesso do conjunto da população cubana aos distintos níveis de educação.

Apesar de tudo, os Estados Unidos ainda tentaram uma solução *manu militari* através do plano de invasão da Baía dos Porcos, em 19 de abril de 1961, que os cubanos denominam Playa Girón, na província de Matanzas. O grupo armado contrarrevolucionário precursor, treinado e armado pela CIA, desembarcaria naquele litoral, estabelecendo uma cabeça de praia. Alcançado esse objetivo, o “governo provisório” também organizado pela CIA, pisaria em solo cubano, “dirigiria” a escalada do “levantamento popular” e “apelaria para a intervenção da frota norte-americana”, garantindo a vitória.

O problema desse plano consistiu em que não ocorreu um “levantamento popular” contra a revolução; além disso, a resposta à cabeça de praia do grupo contrarrevolucionário, tendo por base a população armada nas milícias revolucionárias e a organização dos CDR, foi fulminante. Em 72 horas a brigada invasora sucumbiu, demonstrando que a força da oligarquia cubana expulsa residia no poder militar norte-americano, não em um poder próprio.

Por outro lado, o núcleo da coesão popular em torno da revolução fora construído justamente em oposição à ingerência dos Estados Unidos.

Assim, não apenas a oligarquia exilada foi derrotada em Playa Girón. Os setores da burguesia e da pequena-burguesia que se aliaram à aventura militar também perderam espaços políticos e influência no interior da ilha. Agora, ou a revolução nacional, anti-imperialista e democrática recuava de sua determinação de acelerar a reforma agrária, colocar a economia em função de atender ao conjunto da população e reestruturar o aparato estatal para servir ao povo, ou teria que avançar no sentido de o Estado controlar o conjunto da economia, treinar militarmente o conjunto da população, controlar os meios de comunicação de massa e consolidar os tribunais revolucionários.

Em outras palavras, se quisesse sobreviver e avançar, a revolução nacional, anti-imperialista e democrática teria que transformar-se em revolução socialista. Foi isso que Fidel Castro declarou em meio aos combates na Playa Girón. Mesmo porque, com a reação dos Estados Unidos e a elaboração de seu novo plano Mangosta, sobrava pouco

espaço internacional para o regime cubano. Além de conter o velho formulário de atentados a bomba, organização de guerrilhas, infiltração de agentes, ataques de surpresa, sabotagem econômica, propaganda intensa, estímulo à emigração e plano de contingência das forças armadas norte-americanas, a Operação Mangosta incluía o bloqueio econômico, bem como a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA) e dos organismos financeiros regionais.

A Operação teve início com as pressões norte-americanas contra empréstimos financeiros a Cuba, a negação das refinarias pertencentes a empresas americanas processarem óleo cru importado da União Soviética, a redução da cota de importação de açúcar cubano pelos Estados Unidos em 700 mil toneladas, o embargo parcial de produtos vendidos a Cuba e a proibição de componentes cubanos na importação de produtos de outros países.

A reação cubana consistiu em nacionalizar as refinarias, vender açúcar aos soviéticos, nacionalizar as empresas norte-americanas de energia e telefonia e limitar o número de diplomatas dos EUA em Cuba. Essas medidas levaram os Estados Unidos a romperem suas relações diplomáticas com Cuba em janeiro de 1961. Assim, o bloqueio à ilha não começou quando foi assinado pelo presidente Kennedy, em 1962. E continuou perseverando, nos seis anos seguintes, através de grupos armados, lançados de paracaidas no interior do país e alimentados e municiados também por incursões clandestinas de aviões piratas.

Essa guerra clandestina alimentada pela CIA custou aos cubanos pelo menos 3.478 mortos e 2.099 feridos

com deficiências para toda a vida, conforme Raúl Castro informou na Cúpula das Américas de 2014. Além disso, causou altos custos econômicos, e só foi debelada em 1965. Assim, independentemente da existência ou não de coincidência ideológica e política, Cuba foi empurrada para a aliança com o chamado campo socialista, que então tinha a União Soviética à frente, pela perda do mercado dos Estados Unidos e pelas tentativas desse país jugular a revolução nacional anti-imperialista e democrática.

Os desafios da transformação em revolução socialista

A posteriori, alguns autores cubanos passaram a considerar que em “qualquer país pobre que decida empreender o caminho de libertação e desenvolvimento econômico”, sem contar com uma “base econômica capaz de satisfazer as necessidades da população, a igualdade implica ‘equiparar por baixo’ durante uma etapa, a fim de dispor do excedente que o desenvolvimento requer”. Segundo eles, “esta qualidade distingue o socialismo do Terceiro Mundo do processo classista concebido por Marx para os países capitalistas desenvolvidos” (Arbolea, 2007).

Havia, por outro lado, uma arraigada suposição de que o socialismo era “uma necessidade econômica do processo de libertação nacional nas condições neocoloniais e semicoloniais, e a forma de articular o consenso político que esse processo requer”. Ou seja, para uma série de teóricos da Revolução Cubana, a revolução democrático-burguesa nos países semicoloniais teria que se transformar, sem ex-

ceção, em revolução socialista para alcançar a libertação nacional. Ao mesmo tempo, se o socialismo consistia em “brindar a cada qual segundo seu trabalho”, sua diferença com o capitalismo residiria na “apropriação coletiva da riqueza que o trabalho social produzisse” (Arboleya, 2007).

Nessas condições, haveria duas opções possíveis. A primeira consistiria em desenvolver a base material do socialismo através de procedimentos idênticos ao capitalismo, mas regulados pelo Estado, a exemplo da Nova Política Econômica (NEP), proposta por Lenin e aplicada na União Soviética entre 1921 e 1928, ou da autogestão iugoslava, aplicada após 1948. Ambas implicavam uma coexistência com a burguesia. A segunda opção consistiria em eliminar ou diminuir significativamente as formas de apropriação individual da mais-valia, o que significava restringir a propriedade privada dos meios básicos de produção, requerendo um alto grau de consciência coletiva, que Che Guevara identificava no “homem novo”. Neste caso, a ideologia deveria funcionar como motor do desenvolvimento social.

Na prática, isso se realizaria através da melhoria dos níveis de consumo para setores importantes e majoritários da população, mesmo que setores intermediários e da própria classe operária fossem prejudicados, como pensava Carlos Rafael Rodríguez⁶. Portanto, o mercado de consu-

6. Carlos Rafael Rodríguez foi um intelectual cubano, membro do Partido Comunista Cubano (depois Partido Socialista Popular), designado presidente do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA) entre 1962 e 1965, quando participou ativamente do debate sobre os problemas e as políticas econômicas cubanas. Entre 1972 e 1976, ocupou o cargo de vice-primeiro ministro de Relações Exteriores e, entre 1976 e 1993, passou a ser vice-presidente do Conselho de Estado e vice-presidente do Conselho de Ministros. E foi membro do Biró Político do Partido Comunista de Cuba (PCC) desde sua refundação, em 1965, até quase sua morte, em 1997.

mo estaria descartado. Haveria escassez e limitações para as aspirações materiais, embora legítimas, mas isso seria compensado pela proteção social e pelo acesso gratuito à educação e à saúde e à alimentação básica. A igualdade seria por baixo, com um empobrecimento relativo.

Em Cuba, esses problemas vieram à tona através da emigração dos segmentos qualificados que procuravam o progresso individual. Ou através dos segmentos que se acomodavam, tendo por base as garantias proporcionadas pelo Estado, e se dedicavam pouco ao trabalho, promovendo a queda da produtividade. A rigidez e a falta de dinamismo dos fatores produtivos produziram o que Fidel chamou de “centralismo burocrático” e outros denominaram “socialismo de Estado”.

Essa situação foi em grande parte estimulada pelo tipo de “ajuda” que a União Soviética e o campo socialista proporcionaram a Cuba. A URSS financiou a dívida comercial entre os dois países, forneceu armas e treinamento militar, e ofereceu mercado para os produtos cubanos, especialmente para o açúcar. Além disso, o dilema da industrialização, imposta pela lógica do pensamento anticolonialista, impôs aos cubanos o objetivo de não depender das importações, sem levar em conta a complexidade do próprio processo. Em geral, a implantação de um processo produtivo novo, substituindo importações de produtos manufaturados, poderia resultar na necessidade de importar matérias-primas e manufaturados intermediários, configurando aquilo que Carlos Rafael

Rodríguez chamou de “atitude emocional e teórica” (Arbolea, 2007).

De qualquer maneira, em grande parte o processo de industrialização era imposto pela reforma agrária e pela necessidade de fornecimento de máquinas e equipamentos que elevassem a produtividade agrícola, de modo que o Departamento de Industrialização, dirigido inicialmente por Guevara, foi instituído em 1959. Entre 1960 e 1963, Cuba investiu US\$ 850 milhões na industrialização, mas isso não foi suficiente para suplantar o atraso tecnológico do setor. Havia incompatibilidade entre os equipamentos antigos e os equipamentos novos importados dos países socialistas. E os problemas de formação técnica e de relacionamento entre os técnicos dos países socialistas e os trabalhadores cubanos cresciam à medida que a industrialização avançava.

Guevara chegou a considerar que o bloqueio promovido pelos Estados Unidos não era a principal causa das dificuldades econômicas em Cuba. Segundo ele, as limitações decorriam dos próprios erros cometidos pelos cubanos, o maior deles referindo-se à subexploração da cana-de-açúcar e os demais referiam-se à falta de adaptação ao coletivismo. De qualquer modo, em 1962 já era evidente que o projeto de substituição das importações não atingiria os resultados esperados, nem resolvera os desequilíbrios da balança comercial, que aumentaram. Tal projeto não levava em conta as cadeias produtivas (matérias-primas, matérias intermediárias e capacidade de absorção do mercado), nem a capacidade cubana de adensá-las. Um dos

resultados imediatos desse descompasso foi a introdução do *carne de racionamento* para a população⁷.

Para complicar, os problemas de planificação e industrialização de Cuba se apresentaram no momento em que ganhavam vulto, no plano internacional, os debates sobre as reformas no socialismo. Em virtude de evidentes gargalos no processo de desenvolvimento econômico na União Soviética, nos países socialistas do Leste Europeu, e na China, ganharam corpo discrepâncias que já haviam surgido nos anos 1950.

O centro do debate encontrava-se nas propostas de descentralizar o planejamento e aumentar a autogestão empresarial, algumas vezes mesclado com divergências políticas relacionadas à avaliação da era das revoluções e das guerras imperialistas. Em 1948, a Iugoslávia já havia sido expulsa do campo socialista por adotar a autogestão empresarial como diretriz de desenvolvimento das forças produtivas, mas esse mesmo tipo de proposta ressurgia nos países socialistas do Leste Europeu, e mesmo na União Soviética, embora com nuances diferenciadas.

Nos países do Leste Europeu, por exemplo, as propostas de reformas econômicas relacionavam-se tanto com a adoção da autogestão, quanto com a conquista de independência em relação à União Soviética. Na China, as reformas tendiam, por um lado, a aumentar o coletivismo através das comunas populares e, por outro, a manter a

7. Inclusive como aconteceu no Brasil e em muitos outros países durante a Segunda Guerra Mundial, os habitantes possuíam uma espécie de "caderneta", conhecida como *Libreta de Abastecimiento*, através da qual tinham direito de comprar apenas alguns quilos ou unidades de produtos escassos por preços simbólicos. [N. E.]

independência e preparar-se para um possível ataque nuclear. Na União Soviética, as reformas também se direcionavam para a autogestão e, ao mesmo tempo, para a manutenção do seu papel dirigente sobre os países do campo socialista e sobre os movimentos de libertação nacional. As discrepâncias sino-soviéticas sobre a evolução da União Soviética em suas relações com os demais países socialistas e com os movimentos de libertação nacional levaram ao rompimento entre os dois países, em 1963.

Guevara avaliou que nos países socialistas europeus estava ocorrendo um processo no qual as fábricas trabalhavam em relação direta com o público e sua rentabilidade era medida pelas vendas. Ele considerava isso “capitalismo puro”, capaz de levar à anarquia na produção. Haveria, portanto, vários equívocos quanto à planificação, levando a duas tendências opostas; uma seria a cópia mecânica das técnicas de planificação soviética; outra, a falta de análise das decisões políticas. Guevara acreditava que, com a participação do povo e dos trabalhadores, seria possível evitar tal defeito. Cuba deveria consolidar o sistema orçamentário de financiamento, de modo que o valor das mercadorias fosse impedido de se expressar no mercado. Os preços seriam definidos por fatores inter-relacionados, numa relação distinta daquele que se passava no mercado capitalista.

Esse processo de ingresso de Cuba na revolução socialista desencadeou, por outro lado e em termos políticos, um processo de fusão das organizações que haviam realizado a revolução nacional anti-imperialista e democrática. Em 1961 os setores “comunistas” do MR26/7 e do Dire-

tório Revolucionário se unificaram com o Partido Socialista Popular nas Organizações Revolucionárias Integradas (ORI). Em 1962 as ORI evoluíram para o Partido Unido da Revolução Socialista de Cuba (PURSC) que, em 1965, transformou-se em Partido Comunista de Cuba.

Na concepção que vigorou, ao Partido caberia a direção do Estado, mantendo fortes vínculos com as massas do povo através dos sindicatos e demais organizações de massa. Apesar disso, desde o início ficou evidente a dificuldade em equilibrar as funções entre Partido, Estado e sociedade civil, com o Partido em geral assumindo as funções do Estado e da sociedade civil, em especial nas questões de planejamento. Tomando por base o modelo soviético do Gosplan [política econômica planejada], em 1962 foi formada a Junta Central de Planificação (Juceplan) de Cuba.

Guevara não teve chance de acompanhar a evolução e o desenlace desse debate. Imbuído da ideia de que a revolução não poderia ser puramente nacional, o PC de Cuba ingressou firmemente no que considerava ser dever de “solidariedade internacional”, num momento em que supuseram que a revolução ganhava novo impulso em todo o mundo. Ignorando o aborrecimento soviético e sua política de “coexistência e caminho pacífico”, Cuba promoveu a Conferência Tricontinental de 1966, tentou organizar novas Internacionais de movimentos revolucionários (OS-PAAAL e OLAS), e criar dois, três, muitos Vietnãs. Guevara foi colaborar com a organização da luta armada no Congo e, depois, na Bolívia, onde morreu em 1967.

Não deixa de ser interessante que a Revolução Cultural Chinesa tenha coincidido, em muitos de seus propósitos coletivistas, igualitários e de criação de um “homem novo”, com aquilo que Guevara e muitos cubanos supunham ser o socialismo. Mas a essa altura, a dependência cubana da venda de seu açúcar para a União Soviética, bem como de importação de manufaturados e outros os produtos daquele país, já não permitiu aos cubanos protestar em alta voz contra a intervenção soviética na Checoslováquia, em 1968. A pretexto da preservação da integridade do campo socialista, realizaram uma crítica fraca, ao mesmo tempo que aderiram ao Conselho para a Assistência Econômica Mútua (Comecon)⁸ dos países socialistas, em 1972.

8. O Comecon, que os cubanos chamam de CAME, foi fundado em 1949 para realizar a integração econômica e o comércio das nações socialistas do Leste Europeu. Foi formado tendo como membros a União Soviética, Alemanha Oriental, Checoslováquia, Polônia, Bulgária, Hungria e Romênia. Posteriormente, Cuba e o Vietnã participaram dessa organização.

Tentativa de construir o socialismo importando o “modelo soviético”

Quando os cubanos decidiram estabelecer relações comerciais com a União Soviética e ingressar no Comecom, Cuba já não tinha com quem comerciar em todo o mundo. Havia sido expulsa da OEA e se encontrava economicamente bloqueada pelos Estados Unidos desde 1962. Com exceção do México, sob pressão norte-americana, os demais países latino-americanos e caribenhos se negavam a comerciar com Cuba. Os países europeus não queriam confrontar os norte-americanos. E os países asiáticos, incluindo a China, a Coreia do Norte e o Vietnã, estavam geograficamente muito distantes, enquanto os países africanos continuavam voltados para a luta por sua própria libertação. Nessas condições, Cuba tinha poucas opções.

A adesão ao Comecom e a adoção do sistema de planejamento centralizado teve efeitos contraditórios em Cuba. Permitiu um avanço na produção econômica, uma melhora nos serviços, um aumento do bem-estar da popu-

lação e certo nível de estabilidade. Por outro lado, 73% do comércio externo cubano eram realizados com a URSS e 12% com outros países do Comecom, que pagavam preços preferenciais pelas importações de açúcar cubano, independentemente das cotações internacionais da *commodity*. Havia também segurança na importação e abastecimento de petróleo, a preços inferiores aos do mercado internacional. Isso permitia aos cubanos revender parte do petróleo soviético para outros países a preços internacionais. Ao mesmo tempo, essas “facilidades” promoveram um baixo nível de eficiência econômica, a utilização de tecnologias de alto consumo de energia, a redução dos investimentos, uma baixa na produção de alimentos, demasiada dependência das importações, rentabilidade empresarial artificial, através da elevação dos preços descolados dos custos reais, além da generalização do burocratismo. A essa situação se aliou a crise da “solidariedade internacional”. Os soviéticos passaram a se opor firmemente às lutas armadas e à participação dos cubanos nessas empreitadas. Além disso, muitos movimentos insurrecionais possuíam, da mesma forma que o cubano nos anos 1950 um forte conteúdo nacional, opondo-se a interferências externas, mesmo solidárias.

Os dirigentes cubanos acreditavam que as guerras de libertação estavam ingressando em nova ascensão após 1975, embora a vitória dos vietnamitas contra o imperialismo tenha representado, na verdade, o esgotamento da era das guerras imperialistas e das revoluções proletárias, conforme a havia denominado Lenin. A retirada das

tropas norte-americanas do Vietnã, ao contrário do que avaliava uma parte considerável dos dirigentes cubanos, representou um profundo reajustamento estratégico do imperialismo ianque.

Por um lado, esse cenário abriu campo para o desmoronamento de uma série de ditaduras pró-imperialistas implantadas nos anos 1960 e na primeira metade dos anos 1970. A elite dirigente da potência capitalista hegemônica se deu conta de que vinha dispersando forças por todo o mundo e perdendo a bandeira de defesa da democracia. Sua diluição visava confrontar todos os inimigos secundários na Ásia, África e América Latina, enquanto deixava a União Soviética relativamente a salvo da pressão máxima.

Essa estratégia, além disso, ameaçava fraturar a sociedade norte-americana, que reagia negativamente ao sacrifício de seus soldados e estava em choque com as atrocidades militares praticadas na Indochina. O impasse da guerra do Vietnã, onde já se encontravam tropas americanas com cerca de 500 mil homens, sem qualquer perspectiva de vitória, se transformara num atoleiro internacional e nacional que precisava ser resolvido para que o imperialismo pudesse concentrar esforços na derrota do alvo estratégico soviético.

Paralelamente, esse período marca mudanças profundas na produtividade dos países capitalistas desenvolvidos, especialmente nos Estados Unidos, onde a lucratividade média caía, obrigando o capital a uma profunda reestruturação. Primeiro, isso foi feito através da exportação de capitais financeiros com fins meramente especulativos, obtendo

superlucros com dinheiro gerando dinheiro. Depois, através da exportação de capitais produtivos para países agrários e agrário-industriais de baixo custo de mão de obra, onde seria possível arrancar mais-valia absoluta para elevar a taxa média de lucratividade dos capitais originários.

Foram esse reajustamento e essa reestruturação que levaram os Estados Unidos a iniciar negociações com a República Popular da China, com a República Democrática do Vietnã e com a Frente Popular de Libertação Nacional do Vietnã do Sul, abrindo caminho para que a potência hegemônica norte-americana pudesse concentrar esforços na corrida armamentista com a União Soviética, que a aceitou e caiu na armadilha.

A corrida pela Guerra nas Estrelas⁹ visava agravar os problemas econômicos soviéticos e levar a potência hegemônica socialista ao desastre.

Os “choques do petróleo” de 1973 e 1979 aceleraram o processo de acumulação de capitais (petrodólares) nos bancos norte-americanos e de empréstimos a juros baratos para países atrasados ou em desenvolvimento, estabelecendo novas formas econômicas de dominação e subordinação, que conduziram à crise das dívidas externas, no início dos anos 1980.

9. Em 1983, o governo de Ronald Reagan adotou a Iniciativa Estratégica de Defesa, desde então conhecida como Guerra nas Estrelas. Oficialmente, esse programa se propunha a construir um sistema de defesa capaz de impedir um ataque nuclear contra o território norte-americano. Extraoficialmente visava forçar os soviéticos a se lançarem numa corrida de construção de sistemas de radares, mísseis de longo alcance, armas a laser e cinéticas combinados como sofisticadas redes de satélites artificiais para monitorar, rastrear e destruir mísseis balísticos. O custo estimado desse projeto era de cerca de US\$ 200 bilhões (de 1983), o que levaria a União Soviética a gastar muito além do que podia para ombrear-se com os Estados Unidos. Para vários autores, o programa Guerra das Estrelas constituiu a Segunda Guerra Fria entre os EUA e a URSS. Perdurou durante os anos 1980 e constituiu uma das causas do brutal agravamento dos problemas econômicos e sociais da União Soviética, que a levou ao colapso no início dos anos 1990.

Mas antes que essa crise ocorresse, por uma dessas manobras de um aparato dominante que não mais conseguia medir seus próprios problemas e sua força real, os soviéticos haviam enterrado sorratamente suas tentativas de reformas descentralizantes. Além disso, resolveram impor sua hegemonia e dominação ao Afeganistão, enviando tropas em 1979 para pretensamente defender a permanência de um governo democrático popular de tendência socialista. A resistência afegã, em grande parte apoiada pelos Estados Unidos, apontava para um sangramento contínuo dos invasores estrangeiros, aliás seguindo o exemplo histórico de todos os que tentaram subjugar aquele país.

Na China, a Revolução Cultural encerrara seu curso de dez anos (1966-1976), demonstrando que a tentativa de construir o socialismo através de poderosos movimentos ideológicos de massa, igualitaristas e anticapitalistas, não era capaz de resolver os problemas do desenvolvimento das forças produtivas e da construção socialista. O esgotamento da ultraesquerda permitiu ao PC da China dar curso às reformas delineadas desde 1964 nas “Quatro modernizações”, que representavam uma verdadeira retirada estratégica nos moldes da NEP tentada por Lenin em 1921.

Ou seja, os ventos que sopravam nos anos 1970, ao contrário do que supunham os cubanos, não eram favoráveis à continuidade das revoluções nacionais no estilo antigo, nem à superação dos problemas que a adoção do modelo soviético criara, seja nas relações internas, seja nas relações internacionais.

Nas relações internas, a crise da migração de cubanos para a Flórida, conhecida como a crise de Mariel, em 1980, evidenciou várias das contradições da sociedade cubana, entre as quais a existência de um setor social muito pobre, tratado pelos norte-americanos como um bando de delinquentes em fuga. Nas relações internacionais, a quase total subordinação da economia à União Soviética e aos países socialistas do Leste Europeu começava a embaraçar-se com as revisões em curso, embora momentaneamente apenas neste último.

Apesar de consciente dos desafios que um possível desmantelamento do campo socialista europeu causaria sobre a economia cubana, particularmente tendo em conta a ação da ofensiva neoliberal de Ronald Reagan, o governo cubano reiterou a direção centralizada da economia e a promoção dos estímulos morais (ideológicos) sobre os materiais. Talvez semelhante ao que desejava Guevara, a chamada consciência socialista permanecia no centro das prioridades e deveria ser o núcleo da resistência a uma crise econômica mais profunda. Foi nesse contexto que a campanha de “retificação dos erros e tendências negativas” em meados dos anos 1980 procurou preparar Cuba para a possível crise do mundo socialista.

Uma série de dirigentes cubanos, incluindo Fidel, percebeu que era necessário reconhecer que haviam criado um projeto demasiadamente estatizado, muito burocratizado (Fidel o chamou de “centralismo burocrático”), com um nível limitado de participação popular no processo de decisão. Carlos Rafael Rodríguez já havia alertado quanto

a isso em relação à agricultura, em que as granjas, ao invés de serem organizadas em nível regional, precisam responder ao poder central para decidir qualquer assunto.

Esse centralismo também se refletia em todas as esferas de poder. A Assembleia Nacional era eleita democraticamente, mas os deputados tinham pouco poder para tomar decisões. Na verdade, o poder político e o poder de Estado estavam concentrados no birô político do partido. Ao debater essa questão, é interessante lembrar de Martí, segundo o qual o partido não deveria dirigir o Estado, mas sim o povo. E que o partido não deveria assenhorear-se do Estado, nem colocá-lo a seu serviço, mas sim a serviço do povo.

Foi nessas condições que Cuba se viu na contingência de enfrentar não só o naufrágio do socialismo de tipo soviético, mas também a ofensiva neoliberal em favor de uma globalização capitalista sob a hegemonia norte-americana e tendo como principais instrumentos as novas e gigantescas corporações transnacionais.

Esforços de sobrevivência ao naufrágio do socialismo soviético no contexto da ofensiva neoliberal

Alguns autores cubanos sustentam que Cuba foi a “grande exceção” ao período de demolição do socialismo soviético, que se acelerou a partir de 1985, com a *glasnost* e a *perestroika*. Com a *glasnot* os dirigentes soviéticos procuraram realizar um processo intenso de democratização de sua sociedade, assumindo muitas das concepções liberais a respeito. Com a *perestroika*, os soviéticos iniciaram a reforma da economia, incluindo a privatização de estatais e a adoção do mercado como orientador do cálculo econômico. O resultado foi o fim da União Soviética e a completa transformação do sistema em capitalista.

Segundo autores cubanos, havia uma situação geopolítica diferente entre Cuba e os países socialistas asiáticos que sobreviveram ao desmonte soviético.

Com a participação no Comecom, o crescimento de Cuba havia sido de 4,3% ao ano, com maior peso na indústria e no desenvolvimento social. Indústria, energia,

construção, aço, açúcar e biotecnologia constituíam os setores básicos da economia cubana. No início dos anos 1980, o desemprego era de 6%, o analfabetismo havia sido reduzido a 1,9%, a expectativa de vida chegara aos 75 anos e a mortalidade infantil caíra a 11,1 por mil ao ano, um índice idêntico a de vários países ricos. Cerca de 70% dos trabalhadores cubanos possuía nove anos de escolarização, 30% tinham ensino médio e 6% ensino superior.

Porém, a crise da economia cubana, assim como a das demais economias de tipo soviético, não começou nos anos 1980. No caso soviético, as dificuldades reapareceram logo depois da Segunda Guerra Mundial e foram pipocando nas décadas seguintes. No caso de Cuba, ela se agravou com a escassez de recursos financeiros para saldar suas dívidas externas no início dos anos 1980. Em 1985, para ter acesso a novos empréstimos, Cuba é pressionada pelos credores internacionais a reduzir drasticamente seus gastos públicos e a realizar um programa de privatizações, na linha neoliberal do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial.

Os créditos externos representavam 16% das divisas internacionais que ingressavam no país, mas afetavam 35% da economia cubana. Por outro lado, os acordos comerciais com os países do Comecom tinham por base os produtos que eles podiam fornecer, mas não o que Cuba realmente necessitava. Nessas condições, os empréstimos dos países capitalistas desempenhavam um papel importante para a aquisição de produtos demandados pela economia cubana. A declaração da moratória da dívida, em

1985, significou o aumento do nível de dependência à União Soviética e aos demais países socialistas europeus a um patamar de 90%.

Com o desaparecimento do campo socialista europeu e com sua moratória, Cuba ficou totalmente alienada dos mecanismos reguladores da economia internacional. O país ficou sem acesso a organismos internacionais e a empréstimos de créditos externos. Três anos após a queda da União Soviética, o PIB havia caído 23,8% e os investimentos, 57%. A capacidade de compra se reduziu de US\$ 8 bilhões para US\$ 1,7 bilhão. O fornecimento de petróleo minguiu de 13,4 milhões de toneladas para 3,3 milhões de toneladas, agora cotado em preços internacionais.

A produção de energia elétrica caiu 70% e a de aço, 19%. A safra de açúcar desceu de 7 milhões de toneladas para 4,3 milhões, enquanto a produção agropecuária despencou 53%, principalmente porque dependia de fertilizantes e outros importados que o país não mais tinha condições de adquirir. Os níveis de consumo caíram drasticamente em virtude da escassez de produtos em oferta.

Emergiram na sociedade cubana inúmeras neuropatias, estresses e tensões que contribuíram para um acordo migratório com os Estados Unidos, em 1994, mas também a um acirramento do bloqueio contra Cuba, através das Leis Torricelli e Helms-Burton, e da movimentação da oligarquia exilada. A opção encontrada pelo governo cubano para enfrentar esse “período especial” englobou uma série de medidas, também especiais, que há muito eram evitadas e execradas.

A economia cubana foi aberta a investimentos estrangeiros em empresas mistas de áreas prioritárias. A obtenção de divisas estrangeiras deixou de ser penalizada, com isso criando-se uma economia monetária dual e um mercado estatal paralelo para arrecadar divisas. No ano 2000, mais de 60% dos cubanos tinham acesso regular a esses recursos e houve recuperação da indústria de alimentos e de serviços. O governo cubano também passou a estimular as relações entre os emigrados e suas famílias na ilha, ao mesmo tempo que reduziu as barreiras a novas migrações, a tal ponto que atualmente 50% dos emigrados são de gerações formadas pelo regime socialista.

O governo autorizou o trabalho por conta própria, incentivou a produção privada camponesa e incrementou o turismo estrangeiro¹⁰, que subiu em 18% ao ano desde 1989, passando de um fluxo de 340 mil pessoas naquele ano para 1,77 milhão em 2000, tornando-se a principal alavanca do crescimento econômico. Através de associação com empresas estrangeiras, a ilha voltou a ter autossuficiência energética. A produção de níquel, cobalto, tabaco e bebidas começou a ter acesso ao mercado internacional. A indústria biofarmacêutica, apesar da competição e do boicote das grandes corporações estrangeiras, começou a participar paulatinamente do mercado internacional. E

10. Com a nova lei de investimento estrangeiro, o turismo cubano recebeu mais de três milhões de visitantes internacionais. As autoridades do setor informaram que houve 5,3% de crescimento em relação a 2013, cifra recorde de chegadas de viajantes. O primeiro trimestre de 2015 exibiu um crescimento de 14,9% em relação a igual período de 2014. Ver <<http://pt.cubadebate.cu/noticias/2015/05/01/crece-expectativa-por-feira-internacional-de-turismo-em-cuba/>>, acesso em 17 ago. 2015. Outro dado relevante é a mudança de comportamento dos EUA em relação à Ilha em 2015. Estima-se receber cerca de 6 milhões a mais de norte-americanos, na economia um aumento de cerca de US\$ 15 bilhões. [N. E.]

para adequar-se às leis da oferta e da procura, as granjas estatais foram convertidas em cooperativas agropecuárias disputando o mercado.

A recuperação econômica, a partir de meados dos anos 1990, com um crescimento médio anual de 5%, permitiu ao país resolver os problemas mais dramáticos de escassez e manter razoavelmente intactos os serviços públicos de educação e saúde, reconhecidos por sua universalidade e qualidade. A vida cotidiana dos cubanos, no entanto, continuou ditada pelo sacrifício pós-soviético: os recursos gerados pela sociedade, em especial as divisas com exportações, pagam as contas da rede social montada pela revolução, mas são insuficientes para a prosperidade dos indivíduos.

Apesar disso, manteve-se a baixa produtividade e surgiram sequelas de diversos tipos. Os níveis de equidade social foram alterados e cresceu a insatisfação dos jovens formados com expectativas de maiores ganhos, intensificando a migração de pessoas profissionalmente qualificadas. Atualmente há 65 mil especialistas cubanos trabalhando em 89 países, especialmente em medicina e em educação. A maior parte dos salários continuou abaixo das necessidades básicas familiares. E aumentou a ocorrência de casos de corrupção e desvios delitivos.

O Partido Comunista e o governo cubano avaliam que superaram a crise do desmonte do socialismo soviético porque houve uma forte coesão socialista do povo cubano, e porque o sistema distributivo posto em prática, apesar das dificuldades, teve virtudes. Afinal, apesar de pequena e desprovida de recursos naturais, e de haver se desenvolvido

num entorno geopolítico muito hostil, Cuba conseguiu aumentar a participação de seus cidadãos na vida política e social, proporcionou sistemas de educação e de saúde que atendem pratica e gratuitamente a toda a população, e criou um sistema de segurança social que permite amparo à maioria esmagadora da população. Há um reconhecimento internacional de que os cubanos enfrentam iguais oportunidades e que o país trata adequadamente as diferentes formas de discriminação, garante o exercício dos direitos da infância e da mulher, e o acesso ao esporte e à cultura.

Há, no entanto, vozes discordantes à “esquerda”, cujas ideias buscaremos resumir nos próximos parágrafos. Para alguns, em Cuba, durante os anos 1990, não só teria naufragado o marxismo-leninismo, mas também teria havido um afastamento generalizado do marxismo. As mudanças introduzidas no país apenas teriam reforçado o colonialismo mental, embora não tenham se perdido os grandes avanços na educação, na saúde e em outras áreas sociais.

A grande quantidade de especialistas qualificados, centros de investigação e docentes experimentados, bem como o grande número de profissionais com vontade de enfrentar os grandes desafios existentes, teriam se chocado com o conservadorismo, a rotina e a inércia convertida num mal nacional, comparável ao burocratismo por seu alcance nefasto. Ter-se-ia criado o hábito de não fomentar o pensamento e o debate com o povo, algo que seria normal no capitalismo, mas inadmissível numa sociedade como a cubana.

Há muito tempo não existiria um pensamento estruturado que operasse como fundamentação do socialismo em Cuba. O predomínio do economicismo teria assumido o complexo das mudanças sociais, econômicas e do mundo ideal que estariam em curso com um pragmatismo descartado. Não haveria debate sobre economia política.

O que estaria sendo discutido é como será o socialismo cubano no futuro, ou mesmo se continuará. Esta atitude seria uma incitação a não pensar nem investigar, na espera de resultados positivos da ideologia que considera a economia a locomotiva e guia. Tratar-se-ia de uma ausência grave porque o socialismo só poderia sobreviver de uma intencionalidade que violentasse a reprodução da vida social – reprodução que, nas chamadas sociedades modernas, sempre termina sendo a reprodução do capitalismo.

O socialismo só poderia viver a partir do pensamento que se exerceria como atitude e atuação superiores do ser humano. Nessas condições, seria necessário elaborar uma economia política a serviço do socialismo para a Cuba atual e futura, e desenvolver em todos os seus aspectos um pensamento crítico e criativo, capaz de participar na batalha cultural decisiva que o socialismo e o capitalismo estão travando abertamente.

Opiniões críticas como essas tornaram-se recorrentes à medida que, a partir de 1998, emergiram governos progressistas e de esquerda na América Latina e, em que a China surgiu como grande potência econômica, com seu socialismo de mercado, transtornando a unipolaridade norte-americana e estimulando a multipolaridade.

Em sentido oposto a essas “críticas de esquerda”, Moniz Bandeira considera que o desmantelamento de todo o bloco soviético, em 1989, e da própria União Soviética, em 1991, que não implantaram a tempo as reformas de acordo com o modelo da NEP, teria comprovado ser ilusória a possibilidade de implantar o socialismo em um ou mais países, atrasados e isolados, dentro da economia mundial de mercado capitalista, da qual jamais puderam ou podiam libertar-se, como partes integrantes desse sistema (Pericás, 2004).

No entanto, cerca de 80% da população cubana nasceu sob os rigores impostos pelo bloqueio norte-americano. E, apesar disso, essa agressão suscitou o patriotismo das antigas e novas gerações de cubanos e as fez resistir tendo como lema o socialismo.

Cuba e a emergência de governos progressistas e de esquerda na América Latina

A partir do final do século XX intensificaram-se mudanças internacionais resultantes do naufrágio das políticas neoliberais, da forte industrialização de uma série de países em desenvolvimento, em especial da China, e dos crescentes sinais de multipolaridade global.

Na América Latina e no Caribe, tais mudanças refletiram-se na emergência de governos progressistas e/ou de esquerda na Venezuela, Argentina, Brasil, Bolívia, Equador, Uruguai, El Salvador, Nicarágua; situação similar ocorreu também em Honduras, Paraguai e Peru.

A América Latina e o Caribe deixaram de ser, paulatinamente, um continente que se movia segundo as ordens da potência norte-americana dominante, criando um ambiente favorável para as relações econômicas e políticas com Cuba. E, mais ainda, para voltar a integrá-la nos sistemas de representação regional.

Em 2004 os Estados Unidos ainda elaboraram um “plano para a transição democrática” em Cuba, tendo por objetivo socavar as estratégias de sobrevivência do socialismo e incrementar ações que acelerassem seu fim. No entanto, encontraram crescentes dificuldades para colocá-lo em prática. Em primeiro lugar, porque as intervenções militares que realizavam no mundo sofreram sucessivos revezes, apesar dos estragos que causaram aos povos atingidos. Depois, porque a crise do sistema neoliberal na América Latina continuava gerando reações populares e políticas difíceis de serem controladas. Finalmente, porque a crise financeira e econômica desencadeada a partir de 2008 o impedia de agir desabridamente como no passado.

Foi nesse contexto que tomou alento a política de inserção de Cuba no mercado internacional, do qual mal ou bem dependia para continuar levando adiante sua economia e, da mesma maneira, suas políticas sociais. Em dezembro de 2010, Raúl Castro informou que “apesar do impacto na economia nacional da crise mundial, do irregular comportamento das chuvas durante 19 meses [...] e não excluindo os nossos próprios erros [...], o plano 2010 teve um desempenho aceitável [...]”.

Cuba teve crescimento de 2,1% do PIB, nas exportações de bens e serviços, na recepção de turistas estrangeiros, assim como equilíbrio financeiro interno. Ainda segundo ele, continuaram a diminuir as limitações impostas, nos finais de 2008, aos pagamentos de bancos cubanos a fornecedores estrangeiros, e ocorreram avanços na renegociação da dívida com os principais credores. E, “pela primeira

vez em vários anos, começa a verificar-se uma dinâmica favorável, embora limitada, na produtividade do trabalho em relação ao salário médio”.

Na verdade, o debate promovido pelo PC de Cuba entre dezembro de 2010 e fevereiro de 2011, envolvendo mais de 8 milhões de cubanos, para avaliar a situação real e propor mudanças aos problemas existentes, mostrou que a situação não era das melhores. Apesar de alguns números favoráveis, a economia cubana continuava debilitada pelo bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos, debilidade agravada em mais de US\$ 20 bilhões, metade do PIB cubano, pelos 16 furacões enfrentados entre 1998 e 2008.

Para começar a resolver seus problemas domésticos, o governo começou por reordenamentos trabalhistas e tributários para elevar a produtividade do trabalho. Cerca de 500 mil trabalhadores estatais começaram a ser realocados para áreas produtivas. Empresas com excesso de funcionários passaram a liberar os excedentes para atuar em outras áreas da economia cubana com *déficit* de pessoal. Foi ampliada a possibilidade de trabalho por conta própria e da adoção de outras formas de emprego não estatal, a exemplo das cooperativas. Paralelamente, foi aprovada uma legislação tributária.

O governo também definiu a produção de alimentos como um assunto de segurança nacional, promovendo mudanças para reduzir a importação de alimentos e aumentar a autonomia no abastecimento desses produtos. Terras devolutas passaram a ser entregues em usufruto dos camponeses, e estes ganharam o direito de oferecer sua

produção diretamente ao mercado. Além disso, o governo abriu microcréditos para os produtores agrícolas. Em termos gerais, os cubanos consideram que o Estado tem sido muito paternalista, protegendo de maneira cega a todos os trabalhadores e cubanos.

A questão parece residir em como manter os trabalhadores amparados e, ao mesmo tempo, fazer com que essa proteção tenha a contrapartida de benefícios e contribuições à sociedade. Nesse sentido, há certo consenso de que os principais meios de produção – mineração, indústria, portos, transportes, eletricidade etc. – sigam nas mãos do Estado socialista, ao mesmo tempo que se criam outras oportunidades de trabalho e emprego, incluindo outras formas de organização empresarial.

Esse é o caso, por exemplo, das empresas mistas, de propriedade estatal e de empresas estrangeiras, como já vinha sendo utilizado no turismo, para poder aproveitar as mudanças internacionais, principalmente na América Latina e no Caribe. Embora em vários dos países da região tenham sido eleitos governos progressistas e/ou socialistas, neles predomina o modo de produção capitalista. Seus empresários só terão interesse em investir em Cuba se houver alguma garantia formal à sua propriedade privada. Além disso, Cuba não pode ficar de fora das ações de integração latino-americanas e caribenhas.

Desde sua fundação, em 2003, Cuba participa da Aliança Petrocaribe, bloco fundado pela Venezuela para a venda subsidiada de seu petróleo. Detentora das maiores reservas petrolíferas do mundo, a Venezuela valeu-se dos

altos preços da matéria-prima para ampliar suas alianças com os países da região, contribuindo, no caso de Cuba, para reduzir seus gastos internacionais. O país também tem se beneficiado da constituição da União das Nações Sul Americanas (Unasul), da Aliança Bolivariana (Alba) e da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac). Esta última, criada em dezembro de 2011, estabeleceu o desejo de seus povos viverem em paz e se desenvolverem e integrarem livremente, através da cooperação independente e soberana. Seu passo seguinte, em janeiro de 2014, foi a “Proclamação da América Latina e do Caribe como uma zona de paz”. Esse anúncio estipulou “o direito inalienável de todos os Estados a escolherem seu sistema político, econômico, social e cultural, como condição essencial para garantir a coexistência pacífica entre as nações”, bem como definiu que “as diferenças entre as nações sejam resolvidas pacificamente, através do diálogo e da negociação e outras formas de solução, e em plena conformidade com o direito internacional”.

Essa situação fez com que os cubanos formalizassem sua retirada estratégica de sua antiga política de “solidariedade internacional”, materializada no apoio cubano à luta de insurretos de países latino-americanos e africanos. Como disse Raúl Castro em seu discurso na Cupula das Américas (Panamá, 2015), Cuba se comprometeu a cumprir o “dever de não intervir direta ou indiretamente, nos assuntos internos de qualquer outro Estado e observar os princípios da soberania nacional, a igualdade de direitos e a livre determinação dos povos”, assim como respeitar “os

princípios e normas do direito internacional [...] e os princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas”.

Portanto, ao mesmo tempo que a situação internacional abriu maiores condições para o socialismo cubano, tendo em conta principalmente o protagonismo do Brasil, Venezuela e Argentina, na América Latina, e da China e Vietnã, na Ásia, as necessidades de mudanças internas em Cuba se tornaram mais prementes.

Na atualidade, essas alterações são o centro de um intenso debate dentro do PC, do governo e da sociedade de Cuba que tem como pauta principal a construção do socialismo, o papel do mercado, a possibilidade de existência de formas capitalistas no socialismo, a possibilidade ou não do igualitarismo na construção socialista, a amplitude dos direitos sociais, o papel do Estado, o papel do Partido Comunista e outros temas candentes.

Debate sobre as reformas de “atualização”

Para se ter uma ideia concisa da amplitude do debate sobre os rumos do socialismo cubano, vale a pena resumir algumas das opiniões existentes acerca das mudanças propostas pelo VI Congresso do PC de Cuba, muitas das quais retomaram as ideias que disputaram os rumos do socialismo cubano nos anos 1960.

Uma dessas teses considera que os dirigentes cubanos teriam se movido sempre pensando exclusivamente nos problemas da ilha. Para eles, tais problemas seriam prioritários em relação ao desenvolvimento do conteúdo anti-imperialista e anticapitalista vivido pela América Latina. Tal desenvolvimento seria visto como ponto de apoio exterior, não como problema interno cubano. Na prática, os dirigentes teriam acreditado sempre no socialismo em um só país. Exemplo disso seria que, mesmo diante da crise econômica sem precedentes, teriam buscado relações com os Estados Unidos, numa coexistência pacífica *à la*

chinesa, realizando uma política internacional de respeito ao *status quo*.

Ainda de acordo com essa tese, tal posição faria parte de uma batalha interna na direção, no Partido e na burocracia de Cuba. Tal batalha teria obrigado os dirigentes cubanos a nada dizerem sobre a falta de propostas quanto à Alba, Venezuela, Bolívia, Equador, nem sobre a integração econômica latino-americana. E os teria levado a não criticar as orientações desenvolvimentistas, nem a inexistência de uma visão alternativa ao capitalismo.

Em sentido contrário ao que está sendo proposto, a revolução cubana teria que dar um salto na integração ideológica e no estabelecimento de sua unidade. Sua base seria o que essa linha de opinião chama de novos movimentos de nacionalismo revolucionário comunista, mesmo porque o capitalismo estaria preparando a guerra como uma necessidade de seu próprio desenvolvimento assassino.

Outra linha de opinião considera grave que os perigos sociais e políticos de uma abertura ao mercado mundial e ao mercado livre não sejam tratados realisticamente. Considera que essa abertura reforçará os setores burgueses e os valores capitalistas, num momento em que a brutalidade da agressão imperialista e da crise mundial pode obrigar Cuba a abandonar as conquistas e a dar passos atrás, sob o argumento de que os progressos igualitários foram negativos. Nesse rumo, a tendência seria a de transformação de parte da burocracia cubana em germe da burguesia local e de seu entrosamento com o mercado mundial e o imperialismo.

Para superar os problemas causados pelo “voluntarismo dirigente” e seus gastos desnecessários, a simulação de pleno emprego de trabalhadores improdutivos e a desvalorização do salário real da mercadoria força de trabalho, os defensores dessa linha de opinião sugerem que as decisões da economia sejam entregues aos coletivos de trabalhadores, de modo a que reduzam os custos de produção, racionalizem o processo produtivo e decidam onde deverão ser os cortes de pessoal e as reduções salariais. E se perguntam: por que deixar que o mercado decida sobre os salários mediante o lucro a ser obtido na atividade econômica?

Eles supõem, portanto, que quem descarta a autogestão operária, a democracia operária e social, o controle popular, na prática fomenta o poder desmoralizador e desagregador da burocracia e da tecnocracia, que se guiam por valores próprios do capitalismo, não do socialismo.

Nesse sentido, teria sido um erro gravíssimo estatizar o pequeno comércio e o artesanato, isto podendo ser remediado através da criação de cooperativas, com ajuda creditícia e facilidades técnicas, de modo a evitar que surja uma burguesia. Só esqueceram de dizer que esse foi o caminho tentado pelos iugoslavos e o resultado foi a plena restauração capitalista. Há também opiniões que consideram que uma empresa socialista não deveria ser, necessariamente, uma empresa administrada pelo Estado. O que a definiria seria o controle de sua administração ou gestão pela sociedade sobre a qual a atividade da empresa tem impacto. Seguindo essa lógica, tanto uma pessoa que trabalhe só (um trabalhador por conta própria) quanto uma empresa gerida

democraticamente pelos seus trabalhadores (empresa autogerida, como as cooperativas), poderia ser uma empresa socialista. Sua introdução na sociedade cubana não representaria um retrocesso na construção do socialismo.

Por outro lado, uma empresa controlada por uma pessoa (por conta própria ou qualquer outra forma), que contrate força de trabalho de outros de modo permanente (não temporário), não seria uma empresa socialista. Seria uma empresa onde um capitalista controlaria a tomada de todas as decisões e não permitiria que os trabalhadores assalariados participassem do processo decisório. Os trabalhadores assalariados, ao venderem a sua força de trabalho cederiam a sua capacidade de participar na gestão, de controlá-la.

Para os defensores dessa tese, a teoria marxista apontaria que esse controle privado (não social), ou “propriedade privada”, estaria materializado na relação de produção capitalista-trabalhador assalariado, e seria a base do funcionamento da sociedade capitalista. A partir da prática cotidiana dessa relação, tanto os capitalistas como os assalariados desenvolveriam os valores do individualismo, o egoísmo, e a apatia ou insensibilidade diante das necessidades e interesses de outros seres humanos.

Supondo erroneamente que Marx teria definido a produção socialista como a “associação de trabalhadores livres unidos por um plano” (na verdade, Marx definiu que o comunismo é que seria a associação de trabalhadores livres), os defensores da tese acima consideram que não seria necessário, nem aconselhável proibir a contratação de trabalho assalariado. Imprescindível seria estabelecer

limites claros, assim como regular a maneira pela qual as pessoas que têm a vantagem de contar com recursos financeiros e iniciativa empreendedora considerem mais atrativo criar empresas autogeridas. Seria imprescindível que os menos afortunados prefiram incorporar-se nestas em vez de se converterem em assalariados. Na verdade não levam em conta que o ganho nas “empresas autogeridas” pode ser mais baixo do que o ganho assalariado, como aliás já vem acontecendo em Cuba.

Apesar disso, ainda confundindo o que os clássicos do marxismo disseram sobre o comunismo, não sobre o socialismo, os defensores dessa tese acreditam que os elementos mais importantes da organização do trabalho na construção socialista seriam fundamentalmente as empresas de associações de trabalhadores livres, geridas democraticamente, e que elas estivessem unidas e orientadas por um plano.

Tal plano deveria garantir a satisfação dos interesses sociais, o que implicaria basicamente uma gestão democrática da economia pela sociedade. A planificação ou coordenação não estaria apenas subordinada à missão de evitar as crises cíclicas do capitalismo, mas também de permitir à sociedade guiar as atividades produtivas e satisfazer realmente as necessidades mais importantes, e não apenas as que gerarem mais lucros às empresas.

Ou seja, eles acreditam que um sistema de mercado não seria a única alternativa à planificação autoritária. Para eles, poderiam desenhar-se instituições que promovam e facilitem relações de intercâmbio horizontal com uma lógica compatível com o interesse social, isto é, relações de

intercâmbio não mercantis. Seria possível, pois, estabelecer uma síntese que combinasse as vantagens dessas atividades guiadas por interesses sociais, fazendo que as empresas, estatais ou não, atuassem sob uma lógica que premiasse os comportamentos socialmente responsáveis e penalizassem os que atentem contra o interesse nacional.

Há também os que confessam seu pessimismo em relação às medidas já adotadas pelo PC e pelo governo cubanos. Tais ações, segundo eles, apontariam sobretudo para uma melhora nas condições dos pequenos camponeses, fornecendo a eles terras em usufruto por dez anos ou mais, de modo a atacar o problema da alimentação. A outra grande mudança, constituída pela flexibilização da pequena propriedade privada, com arrendamentos e os créditos, incluindo encanadores, taxistas, donos de restaurantes ou pequenos negócios e outros tipos de trabalhadores autônomos, permitiria que eles ganhassem muito mais que um trabalhador do Estado.

Isto acarretaria um conflito, uma contradição entre a flexibilização para os autônomos e a falta dela para os que trabalham para o Estado. Nessas condições, Cuba seguiria o caminho da China, onde, sob o pretexto de que “todo o mundo devesse” enriquecer, uma casta de milionários teria se originado. Isto é, além de legalizar as diferenças sociais, estaria aberto o caminho para que elas fossem aprofundadas.

Outros consideram que Cuba precisa se reinventar. Não pode assumir nenhum esquema anterior, seja o modelo soviético, seja o atual modelo chinês, que seria muito controverso devido ao alto compromisso com o mercado,

gerando grande incerteza quanto aos rumos futuros. O socialismo cubano teria que mirar criticamente a experiência do século XX. Por exemplo, reconhecer que uma economia muito estatizada deve evoluir para uma economia mais flexível em que o Estado não perde seu poder econômico, mantém o controle integral do aparato econômico nacional e seu protagonismo como investidor principal nos setores estratégicos. Mas, ao mesmo tempo, seria preciso abrir espaço a outras formas de propriedade, como as cooperativas e a economia familiar, sem excluir outras formas sobre as quais não se tenha pensado.

Eles avaliam que o mercado não é o capital, mas que o capital se assenhoreou do mercado. As economias de mercado avançam até que o capital caia sobre elas. Dever-se-ia então desconectar o mercado do capital e criar um mecanismo que reduzisse o peso específico do mercado como dispositivo de condução da economia. Por isso, não acreditam no socialismo de mercado, pois a economia socialista não pode desenvolver-se através do mercado. A economia socialista deve dominar o mercado. Este deve ser usado para elevar a eficiência sem comprometer o projeto social, mas a eficiência deve ser determinada por uma lógica subordinada aos interesses superiores da sociedade.

Apesar disso, há os que chamam a atenção para o fato de que cerca de 150 mil agricultores terem recebido em usufruto quase 1,4 milhões de hectares, ao mesmo tempo que eram eliminadas as instâncias estatais na distribuição dos produtos agrícolas e facilitadas as vendas diretas. O número de trabalhadores por conta própria atingiu 350

mil pessoas, enquanto as formas de emprego não estatal foram ampliadas com as cooperativas e o arrendamento de numerosos ofícios e serviços urbanos, incluindo a autorização de compra e venda de moradias e veículos. Assim, a força de trabalho não estatal deve alcançar 40% da força de trabalho total do país em 2015.

Mesmo assim, acreditam que essas mudanças não significariam qualquer vacilação na posição firme de manter o rumo socialista. Seria mantida intacta a capacidade do poder revolucionário sobre a direção política e econômica do país, a perseverança nos ideais, na ideologia socialista e na defesa da soberania nacional. As relações econômicas internacionais continuariam sendo controladas totalmente pelo Estado. A fronteira para as modificações legais em curso continuaria sendo o sistema socialista, enquanto a corrupção administrativa se tornaria o inimigo principal da revolução. Continuariam prevalecendo a distribuição socialista, a empresa como unidade fundamental e a planificação, não se devendo esperar obter a eficiência econômica mediante as virtudes da iniciativa privada a serviço do socialismo.

Por um lado, há dúvidas e oposição à construção do socialismo em países ou nações independentemente da “revolução mundial”. Em virtude dessas dúvidas e oposições, o desenvolvimentismo estaria inevitavelmente associado à ausência de uma visão alternativa ao capitalismo, alternativa que deveria ser caracterizada pela integração ideológica e pelo estabelecimento de uma unidade tendo por base os movimentos nacionalistas revolucionários comunistas.

Ou seja, essa tese faz oposição ao “socialismo nacional”, mas adere ao “comunismo nacionalista”, uma contradição difícil de resolver. Por outro lado, seus defensores consideram que o germe da burguesia seria a burocracia cubana em seu entrosamento com o mercado mundial e o imperialismo, assim como a tendência de deixar que o mercado decida sobre os salários mediante o lucro a ser obtido na atividade econômica.

Em contraposição a isso, alguns outros sugerem evitar o surgimento da burguesia através do fomento às cooperativas com ajuda creditícia e facilidades técnicas. Para eles, uma empresa socialista não seria necessariamente uma empresa administrada pelo Estado, mas sim o oposto do controle privado, ou da “propriedade privada”. Esta, materializada na relação de produção capitalista-trabalhador assalariado, levaria tanto os capitalistas quanto os assalariados a desenvolverem os valores do individualismo, o egoísmo, e a apatia ou insensibilidade perante as necessidades e interesses de outros seres humanos.

Nessas condições, a flexibilização para os autônomos, mas não para os que trabalham para o Estado, criaria uma contradição e levaria ao caminho da China, “onde todo mundo deve enriquecer”, mas as diferenças sociais são legalizadas e aprofundadas. Apesar disso, os defensores dessa tese acreditam que, mesmo abrindo espaço a outras formas de propriedade, como as cooperativas, a economia familiar e outras formas sobre as quais não se tenha pensado, isso não faria que o Estado perdesse seu poder econômico.

O Estado poderia manter o controle integral do aparato econômico nacional e seu protagonismo como investidor principal nos setores estratégicos. Continuariam prevalecendo o planejamento, a empresa como unidade fundamental e a distribuição socialista. O limite das modificações seria, pois, o sistema socialista. E o inimigo principal da revolução passaria a ser a corrupção administrativa, não se devendo esperar qualquer aumento da eficiência econômica pelas supostas virtudes da iniciativa privada, mesmo a serviço do socialismo.

Faltou explicar como as “outras formas de propriedade” fariam para adaptar-se à “distribuição socialista” e ao planejamento macro e microeconômico realizado pelo Estado, que tem sido a fonte dos problemas não só de corrupção, mas também de ineficiência econômica no socialismo de tipo soviético.

Retirada estratégica

Muitas das opiniões em debate parecem não ter uma percepção clara das causas do fracasso do socialismo de tipo soviético, e da relação entre o capitalismo, o socialismo e o comunismo como formações econômico-sociais historicamente entrelaçadas. Não levam em conta que o socialismo conquistou um caráter nacional e longamente transicional na medida em que o epicentro da luta de classes, após a morte de Marx e Engels, se trasladou dos países capitalistas desenvolvidos para os países periféricos, coloniais e semicoloniais. E que, ao implantar-se em países atrasados do ponto de vista do desenvolvimento capitalista, o socialismo se viu constringido não só a conflitar mas, ao mesmo tempo, a conviver com as principais categorias capitalistas, como o capital, o valor, o mercado, a relação de produção assalariada, e o Estado.

Não é por acaso que Raúl Castro, em seu informe de dezembro de 2010, reiterou que “um dos obstáculos mais

difíceis de superar para conseguirmos uma visão diferente, e temos de admiti-lo publicamente, é a falta de cultura econômica da população, incluindo alguns quadros de direção que, mostrando uma ignorância suprema nesta matéria, ao enfrentar problemas diários adotam ou propõem decisões sem pararem um momento para avaliar os seus efeitos e custos, ou se há recursos afetados no plano e orçamento para tal fim [...]. Muitos cubanos confundem socialismo com direitos e subsídios, igualdade com igualitarismo, muitos identificam a caderneta de racionamento como uma conquista social que nunca deveria ser suprimida” (Castro, 2010).

Neste contexto, continuou Raul Castro, “estou convencido de que muitos dos problemas que enfrentamos hoje têm a sua origem nesta medida de distribuição, que embora em determinado momento tenha estado animada pelo empenhamento saudável de garantir ao povo uma oferta estável de alimentos e outros bens em vez do açambarcamento sem escrúpulos por parte de alguns para fins do lucro, é uma expressão clara do igualitarismo, que beneficia do mesmo modo aqueles que trabalham e aqueles que não o fazem ou que não precisam e gera práticas de troca e venda no mercado negro etc. [...] A construção do socialismo deve estar em conformidade com as peculiaridades de cada país. É uma lição histórica que aprendemos bem. Não pensamos voltar a copiar ninguém. Muitos problemas nos trouxe fazê-lo, mas também porque copiamos de forma errada; não ignoramos, porém, as experiências dos outros, aprendemos com elas, incluindo com as experiências positivas dos capitalistas” (Castro, 2010).

Dizendo de outro modo, muitos dirigentes e acadêmicos cubanos parecem desconhecer que *o papel histórico do capitalismo consiste em desenvolver as forças produtivas com base na exploração da força de trabalho livre e na concorrência intercapitalista*. Nesse processo, o desenvolvimento capitalista tende a incorporar as ciências e as tecnologias às forças produtivas a um ponto em que o trabalho humano pode alcançar uma produtividade excepcional, permitindo que a maior parte da produção ocorra pela ação de equipamentos automatizados. Dessa forma, o capitalismo tende a criar tal capacidade produtiva que poderia atender a todas as necessidades sociais.

No entanto, como a apropriação é privada, o desenvolvimento capitalista tende, paralelamente, a criar uma contradição antagônica com a tendência de descarte do trabalho humano promovido pelo aumento exponencial da produtividade. Ou seja, tende a criar um caos civilizatório entre a crescente centralização da riqueza numa parcela ínfima da população e a crescente pauperização da maior parte da população. A solução para essa contradição consiste em transformar a propriedade e a apropriação privada em propriedade e apropriação social, ou transformar o capitalismo em comunismo. Isto é, erigir um modo de produção altamente desenvolvido em que o trabalho deixa de ser uma obrigação para a sobrevivência do dia a dia e se transforma numa necessidade e numa associação voluntária de desenvolvimento da espécie humana.

Essa transformação revolucionária requer um período de transição mesmo nos países capitalistas desenvolvidos, período que Marx denominou socialismo. Ou seja, mesmo nos países em que o capitalismo chegou a um alto nível de desenvolvimento não será possível descartar imediata e administrativamente muitas das categorias econômicas e políticas marcantes do capitalismo, como o valor, o mercado e o Estado.

Como nenhuma formação econômico-social desaparece sem antes esgotar seu papel histórico, o socialismo nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento não poderá liquidar o capitalismo nem mesmo a médio prazo. Terá que conviver com as categorias burguesas por um tempo maior. A estratégia revolucionária básica consistirá em desenvolver as forças produtivas e criar as condições materiais e culturais para a construção socialista e o futuro ingresso no comunismo. Em outras palavras, o socialismo nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento é o processo de transição entre o capitalismo e o comunismo, no qual se combinam contraditoriamente, em cooperação e conflito, planejamento e mercado, propriedade estatal e propriedade privada, alianças e concorrência, igualdade e desigualdade, classe operária e burguesia. Lenin foi o primeiro a vislumbrar essa nova situação, materializada na experiência da NEP. A ascensão armamentista do fascismo e do nazismo fez que os Estados nacionais se tornassem diretores do processo produtivo, principalmente bélico, tanto nos países capitalistas, quanto na União Soviética. Necessitando realizar uma industrialização forçada e pre-

parar-se para o conflito mundial, a URSS voltou a adotar o comunismo de guerra e enterrou a NEP. O sucesso dessa industrialização forçada fez os soviéticos acreditarem que poderiam mantê-la no período de paz, ainda mais que se achavam ameaçados pela Guerra Fria. No entanto, desde os anos 1950, os indícios de ineficiência da economia socialista de tipo soviético, na URSS, nos países do Leste Europeu e na China já eram evidentes.

Nos anos posteriores, as propostas de reformas no socialismo sofreram vicissitudes variadas. As reformas de autogestão na Iugoslávia levaram à paulatina transformação desse tipo de organização empresarial ao capitalismo. No Leste Europeu, a miragem do mercado do ocidente europeu conduziu a privatizações de todos os tipos. Na União Soviética, a eficiência da indústria bélica estatal em contraste com a completa ineficiência da indústria estatal de bens intermediários e de consumo corrente, criou uma equação de difícil solução, principalmente diante da falta de atendimento das demandas sociais.

Na China, só após o insucesso de dez anos de tentativas de desenvolver as forças produtivas através da ideologia igualitarista e da mobilização massiva da população foi possível ingressar, em 1979, na abertura aos investimentos estrangeiros e nas reformas paulatinas na agricultura, na indústria, nas ciências e nas tecnologias. E só em 1994 chegar ao conceito de socialismo de mercado como fase primária de construção do socialismo.

No Vietnã, só em 1985, no curso do desmonte da União Soviética, com o qual o país mantinha mais de 80%

de seu comércio internacional, foi possível chegar a um acordo em torno das reformas do Doi Moi¹¹.

Em termos gerais, trata-se de realizar uma retirada estratégica do socialismo totalmente estatista para um socialismo de transição nacional em que o capitalismo, sob o comando do Estado socialista, deve contribuir para o desenvolvimento das forças produtivas e esgotar seu papel histórico em condições em que o mercado não seria totalmente burguês. Na União Soviética e no Leste Europeu essa retirada não chegou a ser realizada e o sistema socialista de tipo soviético afundou no mar do soerguimento do capitalismo. Na China e no Vietnã, cada um com suas características nacionais próprias, a retirada estratégica continua em curso, com os riscos e perigos que todo tipo de retirada envolve.

Cuba parece haver sustentado o socialismo de tipo soviético até seus limites. Já em 1986, Fidel chamava a atenção para o fato de muitas pessoas não entenderem que “o Estado socialista, nenhum Estado, nenhum sistema, pode dar o que não tem, e muito menos terá o que não se produz”. Afirmou que o Estado cubano estava dando “dinheiro sem produtividade”, com “folhas de pagamento inflacionadas”, e que “o excesso de dinheiro pago às pessoas, os inventários supérfluos, o desperdício, têm muito a ver com o grande número de empresas não lucrativas que há no país [...]”¹².

11. Doi Moi, ou Renovação, foi o nome dado às reformas econômicas iniciadas no Vietnã em 1986, com o propósito de criar uma “economia de mercado de orientação socialista”, em substituição à economia de planejamento totalmente centralizado.

12. Discurso do General do Exército Raúl Castro Ruz, presidente dos Conselhos de Estado e de Ministros de Cuba, na Assembleia Nacional em 18 de Dezembro, 2010.

Em 2010, Raúl Castro insistia que não podiam deixar-se “conduzir pela improvisação e por urgências nessa área, tendo em conta a dimensão, a complexidade e as inter-relações das decisões a tomar”. Seria “necessário mudar a mentalidade dos quadros e de todos os compatriotas para enfrentar o novo cenário que começa a emergir [...] transformar conceitos errados e insustentáveis sobre o socialismo, profundamente enraizados em amplos sectores da população durante anos, como consequência de uma abordagem excessivamente paternalista, idealista e igualitarista que a revolução estabeleceu em nome da justiça social”.

Para ele, a “solução para essa complexa e sensível questão não é simples [...], está intimamente relacionada com o reforço do papel dos salários na sociedade e isso só será possível se, a par da redução dos serviços gratuitos e subsídios, aumentarem a produtividade do trabalho e a oferta produtos à população”. A “fim de aumentar a oferta de bens e serviços à população e libertar o Estado dessas atividades para se concentrar no que é decisivo [...], compete ao Partido e ao Governo [...] não criar estigmas ou preconceitos” em relação à “forma de trabalho privado”.

Com isso, Cuba deu início à sua retirada estratégica para realizar um novo “ordenamento jurídico [...], fortalecer as instituições do país e eliminar muitas proibições irracionais” que “criaram um terreno fértil para múltiplas atuações à margem da lei”, originando “corrupção”. No PC e no Estado há altos funcionários acusados de corrupção. Alguns deles procuram tirar proveito de processos de privatização, mas tais desvios vêm sofrendo uma crítica

cerrada de grandes camadas da população e do próprio Partido, como ocorreu na conferência nacional de 2012. O PC se esforça agora para deixar de ser um posto de emprego para oportunistas e corruptos e para evitar que gente desse tipo também se empregue no governo.

As empresas poderão fixar os preços de seus produtos e serviços; a produção será descentralizada pelos municípios; a expansão dos serviços dependerá da marcha geral da economia; a importação de insumos e produtos para a indústria dependerá da obtenção de divisas; os subsídios e gratuidades serão eliminados; serão criadas Zonas Especiais de Desenvolvimento; a *libreta* de abastecimento será paulatina e ordenadamente eliminada; os restaurantes para operários passarão a funcionar com preços não subsidiados; as cooperativas agrícolas não mais serão submetidas ao controle do Estado; a formação do preço da maioria dos produtos dependerá apenas da oferta e da demanda; e os investimentos serão concentrados nos “produtores mais eficientes”.

No momento, o Estado continua sendo um empregador importante. As privatizações não implicam que as propriedades passarão a mãos privadas, As novas estruturas são, em maior escala, cooperativas, empresas mistas ou alianças comerciais que não implicam propriedade, mas produção. O Estado continuará garantindo a saúde e a educação, assim como a distribuição da riqueza. Diferentemente do capitalismo, o Estado tem controle sobre a economia e garante as funções sociais, a exemplo dos serviços básicos e da distribuição da renda.

Ao mesmo tempo, nesse processo, haverá a necessidade de modificar a mentalidade, quebrar a barreira psicológica nos quadros do Partido e romper com a “vergonha”, como a chamou Raúl Castro, de não haver formado quadros para substituir a “geração histórica”. Talvez por isso, alguns consideram que o maior desafio consistirá em “resistir à agressividade dos Estados Unidos”, seguido do desafio de fazer que “a sociedade cubana seja cada vez mais eficiente, sem renunciar ao socialismo”.

Outros consideram que a Revolução Cubana fará o que tenha que fazer porque, desde Lenin, a capacidade de as revoluções realizarem saltos adiante, ou marchas à ré, tem dependido de suas necessidades e conveniências. O que a Revolução Cubana não fará será entregar o poder aos oligarcas emigrados em Miami. Nesse sentido, Raúl Castro reiterou, em 2012, que a “geração que levou a cabo a revolução tem a excepcional oportunidade histórica de poder executar as correções de seus próprios erros”.

É verdade, por outro lado, que dentro de Cuba existe uma oposição de direita, mas ela é diminuta e dirige sua ação principalmente para obter apoio externo.

As principais correntes oposicionistas públicas são as “damas de branco”, os “blogueros”, e a “Radio Bembá”. Os partidos políticos ilegais, principalmente o social-democrata e o democrata-cristão, também são financiados pelo exterior. Com isso, todos eles se chocam com o nacionalismo da população cubana, sendo incerta sua situação agora que Cuba reassumiu seu lugar nas instituições políticas regionais e restabeleceu relações diplomáticas com os Estados Unidos, embora o bloqueio econômico permaneça.

Relações com os EUA

O ex-presidente Jimmy Carter, durante uma visita a Cuba, considerou que “há uma incompatibilidade fundamental entre as políticas de Cuba e dos Estados Unidos, baseadas em mais de meio século de esforços feitos por líderes em Washington para desbaratar e precipitar mudanças no regime” cubano (Arbolea, 2007).

Segundo ele, permanece “um embargo econômico contra Cuba, sistematizado legalmente pela Lei Helms-Burton, aprovada durante a administração Clinton”. As atividades ou recursos empregados sob os auspícios dessa lei, a pretexto de “promoção da democracia”, na verdade, estão “destinados a debilitar e derrubar o regime” cubano.

Carter, que durante seu governo começou a promover uma reaproximação fracassada com Cuba, sabe que as relações com os Estados Unidos sempre jogaram um papel importante na política interna e externa cubana, para o bem ou para o mal. Nos últimos 56 anos, para o mal,

justamente pelos confrontos e pelo bloqueio econômico promovidos pelos Estados Unidos. Apesar disso, no dia 17 de dezembro de 2014, os presidentes Raúl Castro e Barack Obama anunciaram o reatamento das relações diplomáticas entre os dois países, uma significativa virada política, com repercussões profundas dentro de ambos e também internacionalmente.

As análises em torno das razões para tal reaproximação são muito variadas. Alguns dizem que a crise econômica venezuelana teria jogado papel importante na movimentação externa dos Estados Unidos. Washington pretenderia aproveitar-se das dificuldades da Venezuela, fornecedora de petróleo a preços diferenciados para Cuba e outros países caribenhos, para isolar o governo Maduro e melhorar suas relações na região através de financiamentos e transferência de tecnologias limpas para a geração de energia. A reaproximação com Cuba, que compra da Venezuela cerca de 100 mil barris diários de petróleo, estaria no contexto dessa estratégia de oferecer novas alternativas estratégicas diante da crise venezuelana.

Outros analistas consideram, porém, que as razões principais dos Estados Unidos residiriam nas mudanças demográficas internas do seu próprio território, onde os latinos somam hoje mais de 57 milhões de pessoas, tendendo a crescer. Teria ocorrido também uma mudança significativa na população cubana nos Estados Unidos, com o envelhecimento da geração conservadora e reacionária radicalmente contrarrevolucionária. Em contraposição, teria havido a emergência de uma migração que viveu a

revolução cubana e possui posições políticas diferentes dos antigos emigrados.

Além disso, em algum momento, os Estados Unidos teriam que reconhecer que suas tentativas de derrubar e isolar o socialismo cubano fracassaram. O regime do socialismo cubano não afundou, e Cuba conta hoje com uma maioria de governos propensos a reintegrá-la no sistema regional americano. Em vista disso, os Estados Unidos corriam o risco de ficar isolados na América Latina e no Caribe, num momento em que sua posição no Oriente Médio, Chifre da África, Ásia e Europa sofre contestações de todos os tipos.

Cuba, por sua parte, através do discurso de Raúl Castro na Cúpula das Américas de 2015, no Panamá, apreciou como “um passo positivo” a declaração de Obama para que o país fosse retirado da lista de Estados patrocinadores do terrorismo, “na qual nunca deveria ter estado”. Ainda segundo Raúl, “este e outros elementos devem ser resolvidos no processo rumo à futura normalização das relações bilaterais”. Cuba continuará empenhada “no processo de atualização do modelo econômico [...], a fim de aperfeiçoar [...] o socialismo, avançar rumo ao desenvolvimento e consolidar as conquistas de uma Revolução que se propôs ‘conquistar toda a justiça’”. Raúl Castro deixou claro que Cuba tem consciência de que “aumentam as ameaças à paz e proliferam os conflitos” e que “continuará defendendo as ideias pelas quais [...] assumiu os maiores sacrifícios e riscos e lutou ao lado dos pobres [...], os oprimidos e os explorados que constituem a grande maioria da população

mundial”. Exigiu, portanto, “um sistema financeiro transparente e equitativo” e “uma governança internacional, democrática e participativa, especialmente na geração de conteúdos” da internet.

O presidente cubano também considerou “inaceitável a militarização do ciberespaço e o emprego encoberto e ilegal de sistemas informáticos para agredir outros Estados”, sendo necessário que, “com base no direito internacional, e no exercício da autodeterminação e da igualdade soberana, estejam concentradas no desenvolvimento de relações mutuamente benéficas e na cooperação para servir aos interesses de todas as nossas nações e aos objetivos que as proclamam”. Assim, mesmo que existam “discrepâncias substanciais” há “também pontos comuns” nos quais é possível “cooperar para que seja possível viver neste mundo cheio de ameaças à paz e à sobrevivência humana”, a exemplo do combate “às mudanças climáticas”. Os “países das duas Américas, a do Norte e a do Sul”, podem “lutar juntos contra o terrorismo, o tráfico de drogas ou o crime organizado, sem posições politicamente tendenciosas” e prover, “em parceria, os recursos necessários para... escolas, hospitais... dar emprego (e) promover a erradicação da pobreza”.

Por outro lado, o presidente Barack Obama deixou claro que a política de reaproximação com Cuba não mudou os objetivos que os Estados Unidos sempre mantiveram diante da Revolução Cubana. O que muda são os meios para alcançá-los. Trata-se, como antes, de promover os valores norte-americanos e, através deles, mudar a or-

dem econômica, social e política na ilha. Nessas condições, o reatamento das relações, apesar das avaliações positivas, certamente aponta para um tipo de batalha diferente da anterior. É nestas condições e enfrentando esses imensos desafios que a Cuba da revolução faz hoje sua reforma. Cabe a nós, da esquerda brasileira, empenhar nossa solidariedade e aprender o máximo que pudermos com essa riquíssima experiência.

1868 - Início da primeira guerra pela independência contra a Espanha.

1895 - José Martí morre no início da segunda guerra pela independência.

1898 - Intervenção dos Estados Unidos.

1899 - Espanha é derrotada. Estados Unidos ocupam militarmente Cuba.

1902 - Independência formal de Cuba, mas Estados Unidos se arrogam o direito de intervir nos assuntos internos, além de manter a base de Guantánamo.

1952 - Golpe de Estado encabeçado por Fulgêncio Batista.

1953 - Ataque ao quartel La Moncada.

1956 - Guerrilheiros do Movimento 26 de Julho estabelecem uma base em Sierra Maestra.

1959 - Exército Rebelde controla o país. Governo revolucionário adota políticas nacionalistas, democráticas e populares.

1961 - Estados Unidos financiam uma invasão de Cuba por mercenários, que são derrotados em Playa Girón. Discurso de Fidel proclama o caráter socialista da revolução.

1962 - Expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos. Governo Kennedy implementa o bloqueio. Crise dos mísseis.

1966 - Estados Unidos aprovam legislação migratória para estimular que cubanos saiam de Cuba.

1975 - Congresso de fundação do Partido Comunista Cubano.

1980 - Dezenas de milhares de cubanos vão para os Estados Unidos, através do Porto de Mariel.

1990 - Tem início o "Período Especial em Tempos de Paz".

1996 - Lei Helms-Burton, promulgada por Bill Clinton, endurece o bloqueio dos Estados Unidos contra Cuba.

2008 - Raúl Castro assume a presidência do Conselho de Estado cubano.

2015 - Retomada de relações diplomáticas entre Estados Unidos e Cuba. Bloqueio prossegue. Em meio a reformas, governo cubano reafirma seu compromisso com o socialismo.

Referências bibliográficas

PERICÁS, B. Luiz. *Che Guevara e o debate econômico em Cuba*. São Paulo: Xamã, 2004

DEBRAY, Régis. *Revolução na Revolução*. Havana: Casa de las Américas, 1967.

ARBOLEYA, Jesús. *La Revolución del Otro Mundo: Cuba y Estados Unidos en el horizonte del siglo XXI*. Havana: Ocean Sur, 2007.

CASTRO, Raúl. Discurso do General do Exército Raúl Castro Ruz, Presidente dos Conselhos de Estado e de Ministros de Cuba, na Assembleia Nacional em 18 de Dezembro, 2010

Sobre o autor

Wladimir Pomar nasceu em Belém do Pará, a 14 de julho de 1936, filho de Pedro Pomar e Catarina Torres. Desde os cinco anos, conheceu a vida da clandestinidade, pela perseguição que a polícia do Estado Novo de Vargas movia às atividades do Partido Comunista do Brasil (PCB), do qual seu pai era membro.

Começou a trabalhar aos doze anos, como aprendiz de linotipista, ao mesmo tempo em que fazia o ginásio. Depois trabalhou como repórter e redator nos jornais Tribuna Popular e Classe Operária. Foi colaborador do jornal Movimento, diretor do Correio Agropecuário, além de repórter e diretor editorial de Brasil Extra.

Adquiriu formação técnica e trabalhou como técnico de planejamento e manutenção de máquinas pesadas da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda (RJ) e Conselheiro Lafaiete (MG). Foi engenheiro de serviços da General Electric, no setor de locomotivas,

tendo trabalhado junto às estradas de ferro Leopoldina (RJ) e Leste-Brasileira (BA). Também trabalhou como engenheiro de manutenção da Cerâmica do Cariri.

Militante político desde 1949, quando ingressou no PCB, Wladimir Pomar atuou inicialmente no movimento estudantil secundarista. Em 1951, estudou ajustagem mecânica no SENAI, trabalhou na Arno e participou no movimento sindical metalúrgico.

Em 1962, fez parte do movimento que deu origem ao PCdoB. Em 1964, foi preso na Bahia, por ação de resistência ao golpe militar. Solto no final deste ano, devido a habeas corpus, foi julgado e condenado à revelia. Depois de 1964, colaborou com a imprensa partidária e desenvolveu suas atividades políticas principalmente no interior de Goiás e do Ceará, aqui entre os sindicatos de trabalhadores rurais.

Viveu na clandestinamente até 1976, quando foi preso novamente. Desta vez, durante uma ação militar que assassinou três dirigentes do PCdoB, no bairro da Lapa (SP), um dos quais seu pai.

Foi libertado pouco antes da Anistia, em 1979. Neste mesmo ano, desligou-se da direção do PCdoB. Ingressou no Partido dos Trabalhadores, integrando entre 1984 e 1990 a executiva nacional do PT, onde foi responsável pela secretaria nacional de formação política, atividade que acumulou com a coordenação do Instituto Cajamar. Em 1986, participou da coordenação da campanha de Lula a deputado federal constituinte. Durante as eleições presidenciais de 1989, foi coordenador-geral da campanha Lula.

Wladimir Pomar é autor de diversos estudos e livros sobre a China, entre os quais *O enigma chinês: capitalismo ou socialismo* (Alfa-ômega, reeditado pela Fundação Perseu Abramo); *China, o dragão do século XXI* (Ática); *A revolução chinesa* (Unesp) e *China: desfazendo mitos* (Página 13 e Publisher Brasil).

É autor, também, de uma trilogia sobre a teoria e a prática das tentativas de construção do socialismo, ao longo do século 20: *Rasgando a cortina* (Brasil Urgente), *Miragem do mercado* (Brasil Urgente) e *A ilusão dos inocentes* (Scritta).

Outra vertente de suas obras aborda a história do Brasil e da esquerda brasileira. É o caso de *Araguaia, o partido e a guerrilha* (Brasil Debates) e de *Pedro Pomar: uma vida em vermelho* (Xamá, reeditado pela Fundação Perseu Abramo); *Quase lá, Lula e o susto das elites* (Brasil Urgente, reeditado pela Página 13) e *Um mundo a ganhar* (Viramundo); *O Brasil em 1990 e Era Vargas: a modernização conservadora* (Ática); *Os latifundiários* (Editora Página 13); *Brasil, Crise Internacional e Projetos de Sociedade* (FPA).

Recentemente publicou uma coleção de 4 volumes, intitulada *A dialética da história* (Editora Página 13). E está no prelo um livro sobre Cuba.

Nos últimos trinta anos, publicou e deu entrevistas para diversos jornais e revistas, colaborando regularmente com o *Correio da Cidadania* e com a revista *Teoria e Debate*.

Grande parte de seus textos ainda não foi organizado para consultas, nem publicado em formato de livro. É o

caso do romance inédito *O nome da vida*. No prelo, uma coletânea de seus textos políticos.

Casado com Rachel, é pai de três filhos, avô de 11 netos e 5 bisnetos.

ANEXOS

Grandes têm sido os desafios e perigos desde o triunfo da revolução

TRECHOS DO DISCURSO DE RAÚL CASTRO,
EM 18 DE DEZEMBRO DE 2010.

Estamos há vários dias reunidos debatendo temas transcendentais para o futuro da nação. Neste momento, para além do habitual trabalho em comissões, os deputados também têm funcionado em sessões plenárias, com o propósito de discutir em detalhe a situação econômica atual e as propostas de Orçamento e Plano Econômico para o ano de 2011.

Os deputados dedicaram largas horas a aprofundar e esclarecer dúvidas e preocupações sobre o Projeto de Orientações da Política Econômica e Social do Partido e da Revolução.

Os nossos meios de comunicação têm divulgado amplamente o desenrolar desses

Apesar do impacto da crise mundial na economia nacional, do comportamento irregular das chuvas durante 19 meses, de novembro de 2008 até junho do ano em curso, e sem excluir os nossos próprios erros, posso dizer que o plano 2010 teve um desempenho aceitável para os tempos em que vivemos. Vai atingir a meta de crescimento de 2,1% do Produto Interno Bruto (PIB); cresceu a exportação de bens e serviços; ainda sem se concluir o ano foi alcançada a cifra prevista de visitantes estrangeiros. Embora novamente não se tenham cumprido as receitas, consolida-se o equilíbrio financeiro interno e, pela primeira vez em vários anos, começa a verificar-se uma dinâmica favorável, embora limitada, na produtividade do trabalho em relação ao salário médio.

Continuam a diminuir as retenções na fonte de transferências para o exterior ou, o que é o mesmo, as limitações que tivemos que impor, no final de 2008, aos pagamentos de bancos cubanos a fornecedores estrangeiros, que serão suprimidas totalmente no próximo ano. Ao mesmo tempo, foram conseguidos avanços significativos na renegociação da dívida com os nossos principais credores.

Desejo agradecer de novo à confiança e à compreensão de nossos parceiros comerciais e financeiros, a quem reitero o mais firme propósito de honrar pontualmente os compromissos assumidos. O governo deu instruções precisas para não contrair novas dívidas sem a garantia de poder cumprir o pagamento nos prazos acordados.

Conforme explicou o Vice Primeiro-Ministro e Ministro da Economia e Planificação, Marino Murillo Jorge,

o plano do próximo ano prevê um crescimento do PIB de 3,1%, que deverá ser alcançado em meio a um cenário não menos complexo e tenso.

O ano de 2011 é o primeiro dos cinco incluídos na projeção de médio prazo da nossa economia, período em que, gradual e progressivamente, se irão introduzindo alterações estruturais e conceituais no modelo econômico cubano.

Durante o próximo ano vamos continuar reduzindo com determinação os gastos desnecessários e promovendo a poupança de todos os tipos de recursos que, como temos dito repetidamente, são a fonte de rendimentos mais rápida e segura à nossa disposição.

Também prosseguiremos, sem descurar os mínimos pormenores, na elevação da qualidade dos programas sociais nas áreas de saúde, educação, cultura e esportes, nos quais foram identificadas enormes reservas de eficiência no uso mais racional da infraestrutura existente.

Também aumentaremos as exportações de bens e serviços, ao mesmo tempo em que continuaremos concentrando o investimento nas atividades de mais rápida recuperação. Em termos do plano e do orçamento, temos insistido que deve acabar a repetida história dos enganos e descumprimentos. O plano e o orçamento são sagrados. Repito, a partir de agora o plano e o orçamento são sagrados, são elaborados para serem cumpridos, e não para nos conformarmos com explicações de qualquer tipo, ou mesmo com imprecisões e mentiras, intencionais ou não, quando não se atingem as metas traçadas.

Às vezes, alguns companheiros, mesmo sem propósito fraudulento, fornecem informações imprecisas aos seus subordinados sem as ter comprovado. Inconscientemente, caem na mentira, mas essas informações falsas podem nos levar a decisões erradas, com maior ou menor impacto sobre a nação. Quem assim age também mente, e seja quem for, deve ser afastado definitiva ou temporariamente do cargo que ocupa e, depois da análise dos órgãos competentes, também afastado das fileiras do partido, se nele milita.

(...)

Na sequência da publicação do Projeto de Orientações para a Política Econômica e Social, em 9 de novembro, está em andamento o trem do VI Congresso do Partido. O verdadeiro congresso será o debate dos seus enunciados, franco e aberto, com os militantes e com todo o povo. Num verdadeiro exercício de democracia, isso vai tornar os debates mais ricos. Embora não excluindo pontos de vista divergentes, teremos a formação de um consenso nacional sobre a necessidade e a urgência de mudanças estratégicas no funcionamento da economia, com a finalidade de tornar sustentável e irreversível o socialismo em Cuba.

Não devemos temer as diferenças de critérios. Esta orientação não é nova, nem deve ser interpretada como limitada à discussão das orientações. As diferenças de opinião, expressas preferencialmente a tempo, lugar e modo, ou seja, no lugar certo, no momento oportuno, e de forma correta, serão sempre mais desejáveis do que a falsa unanimidade, que tem por base a simulação e o oportunismo. Além do mais, são um direito de que não se deve privar ninguém.

Quantas mais ideias formos capazes de introduzir na análise de um problema, mais perto estaremos da sua solução.

A Comissão de Política Econômica do Partido e os 11 grupos que a compõem, trabalharam durante meses na elaboração das citadas orientações que, como se explicou, constituem o tema central do Congresso, com base na convicção de que a situação econômica é a tarefa principal do Partido e do Governo, e o objeto básico dos quadros em todos os níveis.

(...)

Durante mais de 500 anos, de Hatuey a Fidel, muito sangue foi derramado pelo nosso povo para aceitar agora o dismantelamento do que foi conseguido à custa de tanto sacrifício.

Àqueles que nutrem essas ilusões infundadas é bom lembrar, mais uma vez, a afirmação feita neste parlamento, a 1 de Agosto de 2009, de que “Não me elegeram presidente para restaurar o capitalismo em Cuba, nem para entregar a Revolução. Fui eleito para defender, manter, continuar e melhorar o socialismo, não para destruí-lo”.

Hoje, acrescento que as medidas que estamos implementando, e que todas as alterações que seja necessário introduzir para atualizar o modelo econômico, têm por objetivo preservar o socialismo, fortalecê-lo, e torná-lo verdadeiramente irreversível, como foi consagrado na Constituição da República, a pedido da imensa maioria da nossa população, no ano de 2002.

Temos que colocar na mesa todas as informações e argumentos que sustentam essa decisão e, de passagem,

retirar o excesso de “secretismo” a que nos acostumamos durante mais de 50 anos de cerco inimigo. Um Estado tem sempre que manter alguns assuntos em segredo, isso é algo que ninguém contesta, mas não as questões definidoras do rumo político e econômico da nação. É vital explicar, fundamentar e convencer o povo da justeza, da necessidade, e da urgência de uma medida, por mais dura que pareça.

(...)

É precisamente esse o conteúdo que reservamos para a Conferência Nacional do Partido, a ser realizada em 2011, após o Congresso, em data a ser fixada posteriormente. Iremos analisar, entre outras coisas, as alterações nos métodos e nos estilos de trabalho da organização partidária. Como resultado das deficiências apresentadas no desempenho dos órgãos administrativos do governo, ao longo dos anos o Partido teve que se envolver no exercício de funções que não lhe pertencem. O que limitou e comprometeu a sua condição de vanguarda organizada da nação cubana e força dirigente superior da sociedade e do Estado, em conformidade com o artigo cinco da Constituição.

O Partido deve dirigir e controlar, e não interferir nas atividades do governo, a qualquer nível, cuja responsabilidade é a de quem governa, cada um com suas próprias regras e procedimentos, de acordo com as suas missões na sociedade.

É necessário mudar a mentalidade dos quadros e de todos os compatriotas para enfrentar o novo cenário que começa a emergir. Trata-se simplesmente de transformar conceitos errados e insustentáveis sobre o socialismo, pro-

fundamente enraizados em amplos setores da população durante anos, como consequência de uma abordagem excessivamente paternalista, idealista e igualitarista que a revolução estabeleceu em nome da justiça social. Muitos cubanos confundem socialismo com direitos e subsídios, igualdade com igualitarismo, e muitos identificam a cadermeta de racionamento como uma conquista social que nunca deveria ser suprimida.

Neste contexto, estou convencido de que muitos dos problemas que enfrentamos hoje têm a sua origem nesta medida de distribuição. Embora em determinado momento ela tenha estado animada pelo empenho saudável de garantir ao povo uma oferta estável de alimentos e outros bens, em vez do açambarcamento sem escrúpulos por parte de alguns para fins do lucro, trata-se de uma expressão clara do igualitarismo, que beneficia do mesmo modo aqueles que trabalham e aqueles que não o fazem, ou que não precisam, e gera práticas de troca e venda no mercado negro etc etc.

A solução para esta complexa e sensível questão não é simples. Ela está intimamente relacionada com o reforço do papel dos salários na sociedade, e isso só será possível, se a par da redução dos serviços gratuitos e subsídios, for aumentada a produtividade do trabalho e a oferta produtos à população.

Se bem que contemos com o legado teórico marxista-leninista, que comprova cientificamente a viabilidade do socialismo, assim como com a experiência prática das tentativas de construção socialista em outros países, na minha

humilde opinião a construção da nova sociedade na área econômica também é uma viagem para o desconhecido. Cada passo deve ser profundamente meditado e ser planejado antes do próximo. Os erros devem ser corrigidos oportuna e prontamente, para não deixar que o tempo lhes dê solução, pois isso só os fará aumentar e, no final, nos apresentará uma fatura ainda mais cara.

Estamos plenamente conscientes dos erros que cometemos e precisamente por isso as Orientações marcam o início do caminho da correção e da necessária atualização do nosso modelo econômico socialista. Ninguém deve se deixar enganar: as Orientações apontam a direção para o futuro socialista, ajustado às condições de Cuba, e não ao passado capitalista e neocolonial derrubado pela revolução. O planejamento, e não o livre mercado, será a marca distintiva da economia. E não será permitido, como indicado no terceiro ponto das orientações gerais, a concentração da propriedade. Mais claro que a água, embora não haja pior cego que aquele que não quer ver.

(...)

(...) A construção do socialismo deve estar em conformidade com as peculiaridades de cada país. É uma lição histórica que aprendemos bem. Não pensamos voltar a copiar ninguém. Bastante problemas nos trouxe fazê-lo, também porque os copiamos de forma errada. Porém, não ignoramos as experiências dos outros, e aprendemos com elas, assim como com as experiências positivas dos capitalistas.

Pensando sobre a necessária mudança de mentalidades vou citar um exemplo: se chegamos à conclusão de que o

exercício do emprego por conta própria constitui mais uma alternativa de emprego para pessoas em idade de trabalhar, a fim de aumentar a oferta de bens e serviços á população e libertar o Estado dessas atividades para se concentrar no que é decisivo, o que compete ao Partido e ao Governo é facilitar a sua gestão e não criar estigmas ou preconceitos em relação a eles. Para isso é necessário mudar a atual apreciação negativa existente em alguns de nós em relação a esta forma de trabalho privado. Os clássicos do marxismo-leninismo, ao projetarem as grandes linhas que deviam caracterizar a construção da nova sociedade, definiram, entre outras, que o Estado, representando todo o povo, manteria a propriedade dos meios fundamentais de produção.

Nós tornamos absoluto esse princípio e passamos para a propriedade estatal a maior parte da atividade econômica do país. Os passos que estamos dando e daremos na expansão e na flexibilização do trabalho por conta própria, são o resultado de uma profunda reflexão e análise, e podemos garantir que desta vez não haverá recuo.

(...)

Outra tarefa em que, apesar dos progressos alcançados, ainda há muito a fazer é na atenção às diferentes formas de produção na agricultura, de modo a eliminar diversas barreiras existentes para potenciar as forças produtivas nos nossos campos e a correspondente poupança nas importações de alimentos, de modo que os agricultores obtenham remuneração razoável e justa pelo seu sacrificado trabalho, o que não justifica a imposição de preços excessivos para o público.

Mais de dois anos depois de iniciada a entrega em usufruto de terras abandonadas, acho que estamos em posição de considerar o aluguel de áreas adicionais para além dos limites regulamentados pelo Decreto-Lei 259, de julho de 2008, àqueles agricultores com melhores resultados no uso intensivo dos solos sob sua responsabilidade. Devo esclarecer que as terras dadas em usufruto são propriedade de todo o povo. Por isso, se foram solicitadas para outros usos, o Estado deve compensar o investimento dos proprietários e pagar o valor das benfeitorias. Uma vez concluídos os estudos a partir das experiências acumuladas, apresentaremos ao Conselho de Estado as correspondentes propostas de alteração do decreto-lei.

Um dos obstáculos mais difíceis a superar para conseguir uma visão diferente, temos de admitir publicamente, é a falta de cultura econômica da população, incluindo alguns quadros de direção que, mostrando uma ignorância suprema nesta matéria, ao enfrentar problemas diários, adotam ou propõem decisões sem pararem um momento para avaliar os seus efeitos e custos, ou se há recursos previstos no plano, e orçamento para tal fim. Não digo nada de novo, quando afirmo que improvisar, particularmente na economia, leva seguramente ao fracasso, independentemente dos bons propósitos pretendidos.

Em 2 de dezembro passado, por ocasião do 54º aniversário do desembarque do Granma, o órgão oficial do nosso partido reproduziu um trecho do discurso de Fidel em 1976, na mesma data, quando se comemoravam apenas 20 anos do evento e que, pela sua atualidade, julguei

oportuno mencionar: “A força de um povo e de uma revolução consistem precisamente na sua capacidade de compreender e lidar com as dificuldades. No entanto, avançaremos em muitos campos e lutaremos incansavelmente para melhorar a eficiência da economia, economizar recursos, reduzir gastos não essenciais, aumentar as exportações e criar em cada cidadão uma consciência econômica. Disse antes que todos nós somos políticos, agora acrescento que todos devemos também ser economistas, não economicistas, porque não é a mesma coisa uma mentalidade de poupança e eficiência e uma cultura de consumo”.

Dez anos depois, a 1º de Dezembro de 1986, durante a sessão do Terceiro Congresso do Partido, Fidel disse textualmente: “Muitas pessoas não entendem que o Estado socialista, nenhum Estado, nenhum sistema pode dar o que não tem, e muito menos terá o que não se produz; estamos dando dinheiro sem produtividade. Estou certo que as folhas de pagamento inflacionadas, o excesso de dinheiro pago às pessoas, os inventários supérfluos, o desperdício, têm muito a ver com o grande número de empresas não lucrativas que há no país ...”. Passados 34 e 24 anos, respectivamente, destas orientações do chefe da revolução, estes e muitos outros problemas ainda estão presentes.

Fidel, com seu gênio, ia abrindo brechas e apontava o caminho, e nós não soubemos proteger e consolidar os progressos na consecução desses objetivos. Faltou coesão, organização e coordenação entre o Partido e o Governo. Em meio às ameaças diárias e urgências cotidianas negligenciamos o planejamento de médio e longo prazos, não

fomos suficientemente exigentes perante os erros económicos cometidos por alguns dirigentes e também demoramos a retificar decisões que não tiveram o efeito esperado.

(...)

A realidade dos números está para além das nossas aspirações e desejos. Na aritmética elementar do primeiro grau da escola primária, aprende-se desde cedo que dois e dois são quatro, não são cinco ou seis. Não é preciso ser economista para o entender. Por isso, se num dado momento temos que fazer alguma coisa em matéria económica e social com os recursos disponíveis, façamo-lo com consciência das conseqüências, e sabendo de antemão que, no final, a crueza dos fatos se imporá inevitavelmente.

(...)

Há poucos dias uma resolução do Ministério das Finanças, que modificou os preços de aprovisionamento de um grupo de produtos agrícolas, teve de anular 36 resoluções desse mesmo organismo emitidas em anos anteriores, mas todas ainda em vigor. Esses fatos dão uma ideia do trabalho que temos pela frente em matéria de ordenamento jurídico, para fortalecer as instituições do país e eliminar muitas proibições irracionais que duraram anos. E que, independentemente das circunstâncias existentes, criaram um terreno fértil para múltiplas atuações à margem da lei, sendo muitas vezes a origem da corrupção em vários níveis. Pode-se chegar a uma conclusão comprovada pela vida: proibições irracionais fomentam violações, o que por sua vez leva à corrupção e à impunidade. Ao abordar estas questões é obrigatório nos referirmos ao papel

decisivo que devem desempenhar os quadros do Partido, do Estado e do Governo, as organizações de massas, e os jovens, na condução coordenada e harmoniosa do processo de atualização do modelo econômico cubano. No decorrer da progressiva descentralização que estamos implementando, tomaram-se várias medidas para aumentar a autoridade dos dirigentes empresariais e administrativos, a quem continuamos a delegar competências. Paralelamente, aperfeiçoam-se os procedimentos de controle, subindo a níveis mais elevados a exigência quanto às manifestações de negligência, de preguiça, e de outros comportamentos incompatíveis com o desempenho de um cargo público.

(...)

Igualmente estamos plenamente conscientes dos danos que durante anos foram causados à política de quadros pelo fenômeno da “pirâmide invertida”. Ou seja, os salários não estão em consonância com a importância e a hierarquia de cargos de gestão, nem em relação à adequada diferenciação entre uns e outros, o que desincentiva a promoção dos mais capazes para maiores responsabilidades nas empresas e nos próprios ministérios. Esta é uma questão fundamental que deve ser resolvida em conformidade com as orientações descritas nos itens 156 e 161, relativos à política salarial.

O VI Congresso do Partido deve ser, pela lei da vida, o último da maioria dos que integramos a Geração Histórica. O tempo que nos resta é curto e sem o menor sinal de imodéstia ou vaidade pessoal, acho que temos a obrigação de aproveitar o peso da autoridade moral que temos para

deixar o rumo traçado.

Não nos vemos como mais inteligentes ou capazes, mas estamos convencidos que temos o dever fundamental de corrigir os erros que cometemos nessas cinco décadas de construção do socialismo em Cuba e, nesse sentido, vamos usar todas as energias que nos restam e que felizmente não são poucas.

Vamos reforçar a firmeza e a intransigência com o mal feito. Os ministros e os outros dirigentes políticos e administrativos sabem que terão todo o nosso apoio quando, no cumprimento das suas funções, educarem e, ao mesmo tempo, exigirem aos seus subordinados e não temerem levantar problemas. Descobrir os problemas para enfrentar o trabalho mal feito é agora uma das nossas principais tarefas.
(...)

Conforme o prescrito pela Lei que altera a Divisão Político-Administrativa, no próximo mês de janeiro serão criadas as novas províncias de Artemisa e Mayabeque, cujos órgãos de Governo começarão o seu trabalho sob novos conceitos de organização e estrutura, muito mais racionais do que os da atual província de Havana.

Definiram-se funções, estruturas e modelos. Trabalha-se na definição das suas competências, assim como nas relações com os órgãos da administração central do Estado, as empresas nacionais e as organizações políticas e de massas. Vamos acompanhar de perto esta experiência para uma gradual generalização aos outros órgãos do governo local, ou seja, a todo o país, ao longo dos próximos cinco anos. Defendemos a utilidade de continuar a ele-

var gradualmente a autoridade dos governos provinciais e municipais e dotá-los de maiores poderes para gerirem os orçamentos locais, aos quais serão destinados parte dos impostos gerados pela atividade econômica, a fim de contribuir para o seu desenvolvimento.

(...)

Grandes têm sido os desafios e perigos desde o triunfo da revolução e, muito especialmente, a partir de Girón, mas nenhuma dificuldade foi capaz de nos subjugar. Estamos aqui e estaremos pela dignidade, integridade, coragem, firmeza ideológica e espírito de sacrifício e revolucionário do povo de Cuba, que há muito tempo fez seu o conceito de que o socialismo é a única garantia de permanecer livre e independente. (...)

Cuba: as mudanças institucionais em curso

TRECHOS DO TEXTO DE JUAN VALDÉS PAZ,
EM 5 DE MAIO DE 2014.

131

INTRODUÇÃO

Entre os dias 16 e 19 de abril de 2011 celebrou-se o VI Congresso do Partido Comunista de Cuba com o único propósito de aprovar os “Lineamentos da Política Econômica e Social do Partido e da Revolução”, que pautaram daí em diante “a atualização do modelo econômico cubano” e, mais exatamente, a promoção de um novo modelo econômico, declarado socialista.

A breve caracterização do socialismo oferecido pelos “Lineamentos” é a de “igualdade de direitos e igualdade de oportunidades para todos os cidadãos”, que parece mais do que insuficiente, motivo pelo qual devemos reter as concepções de socialismo sustentadas pelo Partido Comunista Cubano ao largo de numerosos Congressos¹. De

1. Cf. Documentos de los cinco anteriores Congresos del Partido Comunista de Cuba y en particular , el Programa del Partido Comunista de Cuba aprobado en el Primer Congreso del PCC, en 1975.

fato, a peculiar experiência socialista cubana de mais de cinco décadas tem sido interpretada como um socialismo de Estado, baseado num amplo consenso popular, cujas principais realizações foram centradas na defesa da soberania nacional, no estabelecimento de um menor padrão de desigualdade social, numa política social gratuita e universal, no desenvolvimento econômico, na promoção de uma cultura solidária e numa projeção internacional antiimperialista, latinoamericanista e terceiromundista.

Por outro lado, a tradição marxista definiu o socialismo como uma sociedade de transição até uma sociedade comunista, caracterizada pelo autogoverno, a autogestão dos produtores e o desenvolvimento sustentável, assim como por sua vocação internacionalista. É a partir desta perspectiva que devem ser avaliadas as reformas em curso e as demais propostas.

Ao referendar os “Lineamentos”, o VI Congresso concluiu um dos processos de consulta e debate democrático mais extensos, representativos e participativos da história revolucionária cubana. De fato, o projeto inicial, submetido à consulta pública e institucional, foi modificado em duas terças partes e ampliado em mais de um terço em seu conteúdo.

Vistos em conjunto, os “Lineamentos” propõem um programa de medidas tendentes a ajustar macroeconomicamente a economia cubana, elevar sua eficiência, estabelecer prioridades nacionais, setoriais e territoriais, desestatizar a estrutura da propriedade e da gestão econômica, implementar um novo sistema de direção e planejamento

da economia, dar autonomia à esfera empresarial, assim como realizar as mudanças institucionais correspondentes. No entanto, as mudanças institucionais propostas ou implicadas são muito mais amplas do que as previstas nos “Lineamentos” e se encontram no conjunto dos discursos que a Direção do país vem repetindo sobre os mais diversos temas econômicos, políticos, civis e ideológicos culturais, antes e depois do VI Congresso.

De fato, o Congresso foi seguido de inumeráveis atividades partidárias orientadas para a implementação de seus acordos, principalmente a celebração da Conferência Nacional do Partido, em janeiro de 2012. Reuniões do novo Comitê Central del PCC e da Assembleia Nacional referendaram esses acordos e examinaram aspectos de sua implementação.

EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL DA REVOLUCIÓN CUBANA²

A ordem institucional³ estabelecida em Cuba desde 1959 e sua posterior evolução foi, além de uma superação

2. En esta exposición seguimos de cerca nuestro ensayo “Desarrollo institucional en el Período Especial: continuidad y cambio”. Incluido en *El Espacio y el Límite. Estudios sobre el sistema político cubano*. Ruth Casa. La Habana, 2009.

3. Por *institución*, entenderemos en su acepción más simple y convencional, aquellas entidades sociales “instituidas” o establecidas con carácter permanente que realizan funciones relevantes, ya las entendamos como formas orgánicas o como formas normativas de interrelaciones entre sujetos. Por *orden institucional*, entenderemos al conjunto ordenado de instituciones, que caracterizan a una sociedad. Este orden es transversal a los sistemas o subsistemas sociales, de manera que se nos muestra segmentado en conjuntos o sub-conjuntos de instituciones, correspondiente a los distintos sistemas sociales, tales como: jurídico, político, económico, civil, ideo cultural y familiar. Ello hace que una misma institución pueda formar parte de diferentes sistemas, caso del partido, el Estado, etc.

Las *instituciones* y el *orden institucional*, son el resultado de procesos socio políticos y por tanto tienen un origen, una evolución y rasgos específicos, derivados de sus circunstancias históricas y tipo de sociedad. De entre estos rasgos se destacan sus estructuras, funciones o roles, patrones de comportamiento, desviación institucional, eficacia, etc. Estos rasgos guardan relación con la formación social correspondiente.

da ordem anterior, o resultado de um processo revolucionário de mais de cinco décadas. A alta legitimidade que o acompanhou dependeu menos do discurso ideológico que do compromisso e da realização dos objetivos definidos historicamente na cultura do nacionalismo radical e socialista dos cubano. A saber, a plena independência nacional; o desenvolvimento econômico, social e cultural do país; a justiça social; e a democracia popular.

Desde 1961, a conquista desses objetivos históricos esteve identificada com a criação de uma sociedade socialista e sua correspondente ordem institucional. (...)

(...)

Apesar dos grandes êxitos da ordem institucional cubana, no final dos anos 1980 apresentaram-se algumas insuficiências, tais como:

- Desenho piramidal das entidades organizadas
- Alta centralização da decisão e dos recursos
- Dispersão institucional e funcional
- Estatização e burocratização
- Indefinição de uma esfera pública.

A oportunidade de superar total ou parcialmente algumas dessas deficiências surgiria como efeito da crise desencadeada na sociedade cubana no início da década dos anos 1990 (...)

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL NO “PERÍODO ESPECIAL”

A crise desencadeada na sociedade cubana na década dos anos noventa como efeito das bruscas mudanças ocor-

ridos no sistema internacional, principalmente a dissolução da URSS e do COMECON, impôs a necessidade de transformações sociais e propiciou um maior desenvolvimento de sua ordem institucional, ainda que nas condições de novos desafios e de cenários mais adversos.

(...)

As principais mudanças institucionais ocorridas no até então chamado “Período Especial”⁴ (...) podem ser resumidas como segue:

a) **Sistema Jurídico.** Foi promulgada uma Reforma Constitucional em 1992 que (...) diversificou as formas de propriedade e de gestão e introduziu mudanças em aspectos do sistema político.⁵

b) **Sistema Político.** A Administração do Estado foi separada estruturalmente, em todos os níveis, dos Órgãos Representativos do Estado e os Organismos Centrais do Estado foram racionalizados em número e organização.

Deu-se um novo desenvolvimento ao Governo Local criando uma nova instância de coordenação territorial mediante os Conselhos Populares.

c) **Sistema Econômico.** Com as Reformas econômicas iniciadas em 1993, as formas de propriedade sobre os meios de produção foram diversificadas e ampliadas com a inclusão da propriedade privada não agrária, a propriedade mista originada no investimento estrangeiro e a propriedade coo-

4. Oficialmente, “Período Especial en Tiempos de Paz”

5. Cf. Texto de la Reforma Constitucional de 1992 en “Constitución de la República de Cuba de 1992”. Editora Política. La Habana, 1993.

perativa não camponesa. Foram incrementadas as relações mercantis e criados os mercados livres, camponeses, artesanais e industriais. O Plano ficou centrado nas categorias financeiras. O Orçamento continuou sendo o principal instrumento da política social, mas limitado pelo déficit planificado e pela dupla moeda.

Teve início uma reestruturação do sistema empresarial mediante os chamados “redimensionamento” e o “aperfeiçoamento” das empresas subsistentes. O setor cooperativo da agricultura passou a ser o maior proprietário fundiário e o produtor agrícola de mais peso.

A promoção, desde 2002, de um novo modelo, mais tarde conhecido como “Batalha das Ideias”, deu lugar ao esgotamento das aberturas econômicas dos anos noventa – trabalho por conta própria, inversão estrangeira, descentralização do comércio exterior, etc - e desatou uma dinâmica centralizadora, condicionada pelo controle do fundo de divisas – criação, em 2004, da “Conta Única do Estado” e da Comissão de Asignación de Divisas - o reordenamento da inversão nacional e estrangeira direta; a reinserção externa sobre acordos políticos, assim como a elevação do nível de decisão. Institucionalmente, esta estratégia deu lugar à suplantação das faculdades do Gobierno e da Administração Central do Estado, assim como à criação de entidades inorgânicas como o Grupo de Apoio, o Posto de Mando Nacional da Batalha de Ideias etc.

d) **Sistema Civil.** Nos anos noventa foram incrementadas as associações civis e a ONGs com vínculos exter-

nos. Diversas ONGs internacionais elevaram, mediante a cooperação, sua participação no financiamento e assessoria a aspectos da política econômica e social. As igrejas incrementaram suas bases social e atividades, ampliando sua visibilidade e reconhecimento político e cultural, assim como canalizando recursos externos. Produziu-se um auge do movimento comunitário, articulado aos Governos Locais.

e) **Sistema Ideológico Cultural.** Os “aparatos” e atividades de educação, investigação e cultura artístico-literária, foram fortalecidos, do mesmo modo que os grupos formais e informais de profissionais dessas esferas. Surgiram novos sujeitos de opinião pública no sistema.

f) **Sistema Familiar.** A família acrescentou seu papel na estratégias de desenvolvimento. Os parentes emigrados elevaram sua presença e incidência econômica, – remessas, investimentos, visitas etc. – na sociedade cubana.

(...) As tendências de mudanças (...) 1994-2000 foram detidas e, em alguns casos, retrocederam – a partir de 2002 (...)

Entre 2002 e 2007 alguns dos problemas da ordem institucional vigente ... foram agravados, elevando-se a demanda popular pelas reformas. Por sua vez, sucessivas recessões econômicas e a piora das condições econômicas internacionais determinaram a necessidade de “atualizar” ou reformar o modelo socialista em geral, e o econômico, em particular. A Direção política se deu conta do estado da opinião pública, mas sobretudo das manifestações de

esgotamento do modelo econômico, priorizando, entre outras medidas pontuais, a reforma gradual deste.

(...)

A nova estratégia econômica – e, por extensão, a nova estratégia socialista, ainda por ser definida – devem expressar-se em instituições normativas e organizativas que a façam viável e sustentável.

(...)

Vistas separadamente, a maior parte das instituições econômicas referidas já existem ou estiveram vigentes em períodos anteriores. Não obstante, sua nova qualidade estaria no peso a ser outorgada a cada uma no novo modelo econômico e, por fim, na nova ordem institucional. (...)

Foi constituída a “Comissão Permanente do Governo para a Implementação e Desenvolvimento dos “Lineamentos”, em geral, e da “conceituação teórica integral da economia socialista cubana”, em particular. Esta Comissão deulgar a diversas subcomissões encarregadas dos correspondentes estudos e propostas, o do marco de consulta e funcionário e especialistas.

A função reguladora do Estado sobre a economia nacional foi ratificada mediante um novo sistema de direção e planejamento da economia e um conjunto de sistemas de regulação e alocação dos recursos econômicos, que permitirão aos Estado garantir as prioridades sociopolíticas e os objetivos do desenvolvimento, assim como devolver às instituições sua autonomia relativa.

Como um destes mecanismos de desenvolvimento foram criadas as Zonas Especiais de Desenvolvimento (ZDE),

pendentes de explicitar suas funções. No final de 2013 foi aprovada a criação da Zona Especial de Desenvolvimento de Mariel, com o correspondente marco regulatório.

Talvez o aspecto mais novo seja a ênfase no papel atribuído à instituição do contrato como um regulador das relações econômicas horizontais e como um mecanismo de exigência por seu cumprimento.

O Plano e o planejamento centralizado devem recuperar um papel central na condução da economia, mas dando conta dos atores econômicos muito mais diversificados, assim como da ampliação das relações mercantis. Igualmente, deverá dar lugar a um desenvolvimento paralelo da planificação territorial e setorial.

As deficiências do processo nacional de investimentos tendem a fazer desta atividade uma instituição diferenciada da regulação, estatal e do Plano da economia. As medidas para seu aperfeiçoamento foram complementadas por uma nova Lei de Investimentos Estrangeiros em abril de 2014.

Talvez o elemento chave dos “Lineamentos” seja a criação de uma esfera empresarial realmente autônoma, baseada numa diversificação das formas de propriedade e de gestão, interagida por uma diversidade de agentes econômicos de maior ou menor peso nos diferentes setores da economia. Num primeiro momento esta diversificação estará baseada em um processo de desestatização de numerosas atividades econômicas.

De fato, uma maior diversificação das formas de propriedade e de gestão supõe o surgimento de um amplo setor não estatal da economia, o que teria um enorme im-

pacto no funcionamento de cada uma das instituições do sistema, assim como na própria ordem institucional do país.

No sistema de empresas estatais jogarão um papel determinante as chamadas Organizações Superiores de Direção Econômica (OSDE), uma espécie de consórcios por ramos, nos quais serão descarregadas grande parte das funções até agora exercidas por organizações do Estado.

O Orçamento do Estado deverá elevar seu papel institucional no modelo econômico e diminuir seu *déficit* a menos de 2%. A política social continuará sendo uma prioridade absoluta do Orçamento.

O gasto social, orçamentário ou empresarial, em pesquisa e desenvolvimento, deverá ter uma expressão nos custos econômicos das empresas.

Sem dúvida, a instituição que marca o novo modelo econômico aprovada e o da ampliação das relações mercantis em um esquema de mercados segmentados, e o papel que lhes será atribuído na distribuição de bens e serviços. O auge dos mercados regulados supõe uma nova concepção do sistema de direção e planejamento da economia, assim como do modelo de incentivo ao trabalho. A livre contratação autorizada da força de trabalho por parte de agentes privado cria as premissas de um mercado de trabalho formal.

(...)

A expectativa por mudanças mais radicais na institucionalidade econômica parecem basear-se, em geral: em demandas dos anos noventa pendentes ou não resolvidos; e nos “Lineamentos” ou em mudanças aprovadas que parecem insuficientes ou imprecisos. Porém, em particular,

tratam-se de demandas institucionais relaciobadas com certas concepções de uma estratégia socialista orientada no sentido de uma economia autogestionária...

(...)

Embora os “Lineamentos” e numerosos pronunciamentos tenham reiterado a necessidade de uma reforma das instituições e o ordenamento jurídico do país, de acordo com as novas condições e as medidas econômicas em curso, as mudanças anunciadas, o ritmo das mesmas, assim como a percepção da necessidade de uma revisão profunda do ordenamento legal existente, fazem das mudanças no sistema jurídico uma das principais demandas da opinião pública.

Exemplos práticos das dificuldades apresentadas por algumas das primeiras medidas econômicas providas podem ser encontradas no “emaranhado” legal – Leis, Decretos Lei, Resoluções ministeriais, Regulamentos, disposições etc – criado no passado como uma restrição generalizada à iniciativa, gestão e funcionamento das pessoas e instituições econômicas.

Nesse sentido, a chamada dos “Lineamentos”, e da Comissão Jurídica formada, não parecem satisfazer as demandas e as expectativas criadas a respeito.

(...)

Ainda que as mudanças no sistema político estejam distantes das mudanças em curso, os “Lineamentos” e demais pronunciamentos têm feito permanentes referências a mudanças no sistema político, em função das reformas econômicas programadas. Mais do que mudanças decidi-

das para o sistema político, foram anunciadas medidas de fortalecimento das instituições políticas existentes e algumas mudanças possíveis em estudo. Tratar-se-ia pois de uma atualização do modelo político existente e não de reformas do mesmo.

(...)

O Partido Comunista de Cuba (PCC), em seu caráter de dirigente supremo da sociedade e do Estado” aparece como o principal dirigente do processo de reformas econômicas em curso... (iniciando) um processo de fortalecimento de sua organização e de seus efetivos militantes... renovação de seus órgãos dirigentes e redefinição de sua projeção político ideológica.

Particular importância tem sido dada à ênfase na separação funcional do Partido e do Estado, princípio estabelecido tradicionalmente e reiterado em múltiplas ocasiões, mas nunca realmente aplicado.

(...)

As mudanças políticas esperadas vão muito além, das exigências de implementação dos “Lineamentos” e apontam para uma reforma integral dos sistemas políticos...

Existe a demanda de um novo papel do Partido, baseado em: sua separação radical do Estado e equidistância de todos os sistemas sociais; assim como sua redefinição como um Partido da nação cubana. Isso implicaria que o caráter de vanguarda política do Partido seria resultado do consenso social sobre seu desempenho, assim como sua separação efetiva do Estado lhe permitirá impulsionar o desenvolvimento democrático do país.

De maneira semelhante de exige da Assembleia Nacional o papel dirigente que a Constituição lhe assegura...
(...)

Finalmente, devemos concluir que o processo de mudanças iniciado com as reformas econômicas dos “Lineamentos da Política Econômica e Social do Partido e da Revolução” dev ser visto com ponto de partida para uma reforma mais completa da ordem institucional cubana. De fato, o presidente Raúl Castro e outros dirigentes... deram conta da criação de Comissões do Governo para o estudo e propostas de: modelo econômico a ser implementado após 2015...; “uma criativa conceituação do socialismo possível nas condições de Cuba...”; e uma nova reforma constitucional...

Algo previsível e, em minha opinião, muito importante, é que tanto a formulação dos novos modelos como a reforma constitucional darão lugar a respectivos cenários de intensa luta ideológica entre as distintas correntes políticas internas e setores. Nesse sentido, a construção do mais amplo consenso sobre ditas propostas dependerá das amplitude de um debate social bem informado, assim como dos interesses representados nas mesmas.

Trechos de Charles Bettelheim

OBRAS DE REFERÊNCIA:

CÁLCULO ECONÓMICO Y FORMAS DE PROPIEDAD (1972);

A LUTA DE CLASSES NA UNIÃO SOVIÉTICA (1976);

PLANIFICAÇÃO E CRESCIMENTO ACELERADO (1986)

145

Por um lado, ilusões “economicistas” e “jurídicas”... consideram como “dado”, de uma vez por todas, o caráter “social” da propriedade do Estado, que a identificam com uma relação de produção sempre ativa e que tendem, portanto a reduzir o papel correspondente ao nível político sob o pretexto de que sua interferência com o nível econômico seria “arbitrária”. Por outro lado, as ilusões “subjetivistas” e “voluntaristas” que tendem a identificar o papel dominante do nível político a um tipo de papel determinante em última instância. Voluntarismo e subjetivismo caracterizam especialmente os planos econômicos que não são elaborados a partir de uma rigorosa análise social e econômica. (1972, p. 185-186)

(...) a ideia de não existirem categorias mercantis dentro do setor socialista de produção... ou considerar esse setor como um truste único de Estado, com produtos circulando, mas não necessariamente sendo trocados, cons-

tituindo um pseudo mercado, é uma forma equivocada e irrealista de analisar a situação. É precisamente por ai que se chega... à questão fundamental: na fase atual de socialização das forças produtivas, o tempo de trabalho socialmente necessário (em todos os sentidos desse termo) não é ainda plenamente mensurável de modo direto; e é por isso que as categorias mercantis se impõem objetivamente como o único meio de medida, e de medida indireta, do tempo de trabalho socialmente necessário. (1976, p. 23)

Seria difícil que um órgão central pudesse determinar a alocação de todos os recursos financeiros para o desenvolvimento harmônico do setor industrial e da distribuição. Na prática seria ideal um sistema em que pudesse conviver uma gestão centralizada geral, no âmbito da planificação nacional, ao mesmo tempo que houvesse uma flexibilização do setor econômico, possibilitando uma gestão descentralizada em algumas instâncias, já que existiriam dentro do socialismo centros de produção diferenciados, que poderiam ser independentes uns dos outros. (1976, p.24)

Mesmo sabendo que a forma superior de propriedade socialista seria estatal, ainda seriam necessárias formas inferiores, associadas a um momento histórico específico, ligadas ao nível de desenvolvimento das forças produtivas de um determinado país. As decisões governamentais deveriam ser feitas no sentido de se reconhecerem os tipos de coletividade mais eficientes para certos processos de produção. Seria o desenvolvimento das forças produtivas que agiriam gradualmente na transformação da estrutura do setor socialista. (1976, p.27)

A relação e a interdependência desse setor crescem em diversos países e é esse processo de integração que levará a uma planificação maior, processo que deve ter sua dinâmica respeitada. Enquanto a integração não ocorrer, as unidades produtivas devem manter-se relativamente autônomas financeiramente. Essa interdependência representa, na prática, o começo da integração, sendo responsável por criar a necessidade de uma planificação real no socialismo. (1976, p. 28)

A competição entre capitais na economia soviética se manifesta concretamente na existência de unidades de produção e comercialização separadas. Essas unidades são colocadas sob a autoridade de diretores que, em realidade, possuem grande parcela de autonomia. (...) O planejamento econômico é ele próprio uma das áreas na qual uma forma específica de competição ocorre. (...) Esta forma de competição é obviamente uma competição de um tipo especial... diferente da livre concorrência que os economistas clássicos discutem e da “competição monopolista” analisada pela economia política contemporânea. Essa diferenças são ligadas às características particulares do capitalismo soviético, notadamente do que é sujeito a um modo de regulação específico.

Os ajustes feitos são sujeitos a correções impostas pelas relativamente intensas faltas de produtos existentes num sistema onde a oferta é geralmente menor que a demanda (o que engendra um processo inflacionário, em parte aberto e em parte oculto). Assim, os objetivos do plano resultam de um processo conflitivo que não está

sob controle. Eles são raramente realistas e devem constantemente ser modificados, à medida que surgem faltas de produtos não-previstas ou quando a balança de forças entre as empresas, outros agentes econômicos e diferentes grupos sociais mudam.

O plano não é o instrumento através do qual o Estado impõe suas decisões numa economia que não mais funciona autonomamente. Ele é composto por uma série de números modificados tão comumente, sob múltiplas pressões, que ninguém realmente sabe até que grau seus diferentes objetivos foram alcançados. (1986, p. 31-32)

Fragmentos de Ernest Mandel

149

A unidade da teoria e da prática revolucionária se encontra, portanto, constantemente ameaçada pelos riscos paralelos do pragmatismo, de um lado, e do dogmatismo, de outro. Será imprescindível uma grande série de experiências socialistas efetivas – do ponto de vista da prática – antes que a teoria possa codificar de maneira definitiva as “leis econômicas” da construção do socialismo, que não podemos descobrir, na etapa atual da experiência, senão através de múltiplos tateios e de múltiplos erros, segundo o método da aproximação sucessiva. Consequentemente, a unidade entre a teoria e a prática na época de transição deve necessariamente incluir um grau determinado de autonomia da teoria, sem a qual a própria prática corre o risco de ser mal-elucidada e mal-orientada, e de se verem multiplicados os riscos de desvios e erros...

Os participantes no debate econômico de 1963-19064 não estiveram todos conscientes dessas relações dialéticas

recíprocas entre a teoria e a prática revolucionárias. Mas podemos afirmar, sem vacilo, que buscaram instintivamente conciliar o imperativo da autonomia relativa da teoria e o da eficácia da prática imediata. É isto que dá ao debate um tom de sinceridade e de seriedade digno de elogio, ainda que em certas contribuições se reconheçam os balbucios de um pensamento que se busca, mais do que a expressão madura de um pensamento que já adquiriu plena consciência da realidade social da qual surgiu. (1982, p. 166)

(...) enquanto existir a produção mercantil, subsistirá um certo jogo da lei do valor. (...) a lei do valor desempenha então em certo sentido um papel antes do capitalismo, durante o capitalismo e depois do capitalismo... mas num período de transição deve-se lutar tenazmente contra ela, a partir de um projeto de longo prazo, com a utilização da planificação socialista.

(...) um sistema de autogestão democraticamente centralizado, no qual o duplo perigo de burocratização – que emana de uma centralização excessiva e da utilização excessiva dos mecanismos de mercado – possa ser amplamente neutralizado pela passagem da gestão às mãos dos trabalhadores, nos centros de trabalho, submetidos a uma disciplina estrita imposta por uma autoridade central eleita diretamente pelos conselhos operários.

(...) em Cuba. Quem confunde a sobrevivência das categorias mercantis com o papel regulador da lei do valor deve necessariamente atribuir um papel maior aos mecanismos de mercado no quadro da economia planificada, não somente no que concerne aos meios de consumo – e

isso se justifica amplamente a nosso ver – como também, e sobretudo, no que diz respeito aos meios de produção industriais. Dali, por outro lado, a insistência com que tratam de introduzir o jogo da lei do valor nas relações entre as empresas estatais (onde as “trocas” se relacionam em grande parte com os meios de produção). E este jogo implica a necessidade de autonomia em matéria de inversões, confirmando assim, a seu modo, que existe um antagonismo histórico entre os imperativos de uma planificação real e os imperativos de uma economia de mercado (ainda que ela seja designada como socialista).

Os que rechaçam que a “lei do valor” continua regulamentando a produção direta ou indiretamente na época de transição do capitalismo para o socialismo, não negam do modo algum que as categorias mercantis sobrevivam inevitavelmente nesta época. Não negam também que em muitos campos os planejadores possam abandonar tranquilamente aos mecanismos de mercado certos ajustes entre a oferta e a procura. Mas eles compreendem o caráter fundamentalmente contraditório entre o mercado e o plano, e concordam assim de maneira ampla no estabelecimento de preços administrados em numerosos campos, ainda que seja para segurar certos imperativos do desenvolvimento econômico nacional. É por isso que reafirmam que a influência da lei do valor é mais limitada que no modo de produção capitalista, e que certos setores – em especial a circulação dos meios de produção no seio do setor estatal – possam escapar-lhes. (1982, p. 170-171)

(...) portanto, na transição ao socialismo, é objetiva-

mente necessário: um cálculo econômico sério, que possa ser eficiente no controle de custos de todas as empresas socializadas, a começar pelo setor de meios de produção; uma política global de preços, utilizando as operações de subsídio e de imposto indireto; a tentativa de evitar distorções nos preços; a comparação constante dos custos de produção com os preços médios do mercado internacional; o estímulo à pequena produção, principalmente na agricultura (oferecendo produtos industrializadas em troca dos produtos agrícolas dos pequenos produtores); e a constituição de uma política de preços que reflita aproximadamente os valores reais no setor de bens de consumo. (1982, p. 254-255)

(...) se se quer evitar excessos que minarão certamente todo o planejamento socialista (“excessos” que implicariam créditos para pagamentos de salários às empresas que trabalham com perdas, o que provocaria o aparecimento da “bancarota socialista”, das “demissões socialistas” e do “desemprego socialista”), não se pode na realidade falar de autonomia financeira a não ser dentro de certos limites. Em lugar de discutir abstratamente esta questão, seria preferível examinar concretamente estes limites e as possibilidades de autonomia que eles deixam subsistir.

Ainda assim, tropeça-se imediatamente com uma dificuldade metodológica quando se examina o problema desta maneira. A vantagem de um critério de “rentabilidade” (falando vulgarmente: do lucro) reside precisamente no fato de que a rentabilidade resulta em ser o sentido de todas as atividades econômicas e comerciais que se reali-

zam no seio do organismo examinado (economia nacional; indústria em seu conjunto; setores industriais; grupos de empresas; empresas separadas).

Mas a esta vantagem corresponde corresponde também uma exigência: que os que tomam as decisões no organismo em questão possam efetivamente por em movimento todas as alavancas da atividade econômica. A partir do momento em que uma série de alavancas é bloqueada porque seu manejo é teledirigido, a rentabilidade perde imediatamente uma grande parte de sua eficácia como critério ótimo da atividade econômica parcial examinada. Esta é a razão pela qual, no interior de uma empresa capitalista gigante que põe em movimento dezenas de milhares de trabalhadores, não se emprega sempre essa rentabilidade para reger as relações de interconexão entre as diferentes oficinas ou fábricas que compõem o truste. (1982, p. 257)

Fragmentos de Martí

OBRA DE REFERÊNCIA:
PEDRO PABLO RODRIGUEZ – MARTI E AS DUAS AMÉRICAS

NOSSA AMÉRICA

Salvar a independência ameaçada das Antilhas livres, a independência ameaçada da América livre e a dignidade da república estadunidense. (p. 28)

*

Para história própria, soluções próprias. Para nossa vida, leis nossas. (p. 39)

*

O México tem sua vida: que tenha seu teatro. Toda nação deve ter um caráter próprio e especial: haverá vida nacional sem literatura própria? Haverá vida para a criatividade pátria em um palco ocupado por fracas e repugnantes criações estrangeiras? Por que, na nova terra americana há de viver-se a velha vida europeia? (p. 39)

*

Se a Europa fosse o cérebro, nossa América seria o coração. (p. 39)

Tendo sido interrompida, pela conquista, a obra natural e majestosa da civilização americana, criou-se, com a chegada dos europeus, um povo estranho, não espanhol, porque a seiva nova rechaça o corpo velho; não indígena, devido à ingerência de uma civilização devastadora, duas palavras que, sendo antagônicas, constituem um processo; criou-se um povo mestiço na forma que, com a reconquista de sua liberdade, desenvolve e restaura a alma própria. (p. 41)

*

Da América sou filho: a ela me devo. E da América, a cuja revelação, agitação e fundação urgente me consagro, esta é a pátria. (p. 49)

*

Para servir modestamente aos homens me preparo; para andar, com o livro no ombro, pelos caminhos da vida nova; para auxiliar, como humilde soldado, todo brioso e honrado propósito; e para morrer pela mão da liberdade, pobre e orgulhosamente. (p. 49)

*

Sabemos que estamos chegando no instante em que uma empresa dessa ordem devia chegar. Há vantagens como há perigo na inevitável intimidade entre as duas partes do continente americano. A intimidade parece tão próxima e, talvez, em alguns aspectos, tão avassaladora, que apenas há o tempo necessário para por-se em pé, ver e dizer. (p. 59)

*

Assim, na América, basta repartir bem as terras, educar os índios onde eles existirem, abrir caminhos pelas fér-

teis comarcas, semear muito em seus arredores, substituir a instrução elementar literária inútil – leia-se bem o que dizemos em alto e bom som: a instrução elementar literária inútil – pela instrução elementar científica – e esperar para ver crescerem os povos. (p. 61)

*

Povo, e não povos, dizemos de propósito, por não nos parecer que há mais de um, do Bravo à Patagônia. Uma há de ser, visto que o é, a América, mesmo que não o quisesse; e os irmãos que lutam juntos ao final de uma colossal nação espiritual, hão de amar-se depois. (p. 64)

*

Vemos colossais perigos; vemos maneira fácil e brilhante de evitá-los; adivinhamos, na nova acomodação das forças nacionais do mundo, sempre em movimento, e agora acelerado, o agrupamento necessário e majestoso de todos os membros da família nacional americana. Pensar é prever. É necessário ir aproximando o que há de acabar por estar junto. Se não, crescerão ódios; não haverá defesa adequada frente aos colossais perigos, vivendo-se em perpétua e infame batalha entre irmãos, por apetite de terras. (p. 67)

*

Não parece que a segurança das Antilhas, controladas de perto pela cobiça pujante, dependa tanto da aliança exibicionista e, do ponto de vista material, insuficiente, a ponto de provocar reforços e justificar a agressão, quanto da união sutil, e explícita em tudo, sem o pretexto da provocação confessa, das ilhas que hão de manter-se juntas ou juntas hão de desaparecer do rol dos povos livres. (p. 73)

Viver humildemente, trabalhar muito, engrandecer a América, estudar suas forças e revelá-las ao continente, pagar aos povos o bem que me fazem; esse é o meu ofício. Nada me abaterá, ninguém me impedirá de exercê-lo. (p. 133)

*

Há que abrir amplo leito à vida continental que, afogada em cada um de nossos peitos, inquieta-nos e sufoca-nos; é preciso dar asas a todos esses gemidos... (p. 185)

*

Há que semear de povoadores, como aquele par criador da lindíssima lenda de Moriche, essas selvas perfunadas que, à espera dos lavradores, seus esposos, encheram seus braços de robustos frutos. (p. 185)

*

Há que devolver ao convívio humano interrompido a voz americana, que se congelou em momento triste na garganta de Netzhualcoyotl e Chilam; é preciso descongelar, com o calor do amor, montanhas de homens. (p. 185)

*

Há que deter, com súbito levantamento, cobiças colossais; é preciso extirpar, com mão inquebrantável, corruptas raízes. (p. 186)

*

Há que armar os pacíficos exércitos para que ostentem uma mesma bandeira, desde o Bravo caudaloso, em cuja margem monta o apache indômito, até o Araucum cujas águas matam a sede dos invictos aborígenes, como se a arrogante América devesse, em suas fronteiras terrestres ter como limites, como símbolo sereno, tribos há três sé-

culos indomadas, e por Oriente e Ocidente, mares, só de Deus e das aves que lhe são próprias (...). (p. 186)

*

Não há raças: há apenas modificações diversas do homem, nos detalhes de hábito e formas, que o transformam no que é idêntico e essencial, segundo as condições de clima e de história em que vive. É típico de homens de prólogo e de superfície – que não tenham mergulhado os braços na entranhas humanas, não ver, da altura imparcial, ferver em forno igual as nações que, no ovo e no tecido de todas elas não encontrem o mesmo permanente duelo entre o desinteresse construtor e o ódio iníquo – e entretenimento de encontrar variedade substancial entre o egoísta saxão e o egoísta latino, o saxão generoso ou o latino generoso, o burocrata latino ou o burocrata saxão; de virtudes e defeitos são capazes igualmente latinos e saxões. O que varia é a consequência peculiar dos diferentes agrupamentos históricos. (p. 256)

*

O interesse do que resta de honra na América Latina, o respeito que impõe um povo com decoro, a obrigação que tem esta terra de não se declarar ainda diante do mundo um povo conquistador – o pouco que resta qui de republicanismo sadio – e a possibilidade de obter nossa independência antes que seja permitido a este povo pelos nossos estender-se por suas proximidades, e dirigi-los a todos – eis aí nossos aliados, e com eles empreendo a luta. (p. 268)

ESTADOS UNIDOS

(...) época de transição, sente-se que a vida nessas grandes cidades consome-se, adelgaça-se e se evapora (...)

E falta também na maior parte dos indivíduos, a esperança no futuro. (p. 14)

*

Tem-se medo de ficar para trás. (...) Tudo é trem, telefone, telégrafo (...) Sente-se que a vida nessas grandes cidade se consome, debilita e evapora. (p. 15)

*

Como fiel da América estão as Antilhas, que seriam, se escravas, mero pontão da guerra de uma república imperial contra o mundo zeloso e superior que já se prepara para negar-lhe o poder, - mero forte da Roma americana; e, se livres - e dignas de sê-lo pela ordem da liberdade equitativa e trabalhadora - seriam no continente a garantia do equilíbrio, da honra para a grande república do Norte, que no desenvolvimento de seu território - por infelicidade, feudal já, e dividido em partes hostis - encontrará mais segura grandeza do que na ignóbil conquista de seus vizinhos menores, e na luta desumana que com sua posse travaria contra as potências da terra pelo domínio do mundo. (p. 74)

*

(Nas) tediosas noites de Nova York (de 1881), escuras, longas, desocupadas, fúnebres e inúteis... deseja-se casa para os que não a têm.. (como) as frágeis mulheres (que carregam as caixas de blocos tipográficos) em troca de um parco salário (...). (p. 220)

*

Na verdade enche de pena ver chegar de distantes subúrbios, nessas manhãs sombrias que parecem madrugada, essas operárias corajosas que, ao voltar na noite anterior da pesada

faina, reclinaram a inquieta cabeça, sem tempo de sonhar, em seu travesseiro duro e frio. Carros e barcos parecem a essa hora casas de órfãos. Têm a cor murcha; o nariz vermelho; os olhos, como de chorar; as mãos inchadas. Vão os operários cobertos de trajes grossos e elas, de tecidos sem cor, finos e ruins. Fazem o trabalho de um homem. (p. 220)

*

Nesta terra (Estados Unidos) hão de decidir-se, embora pareça prematura profecia, as leis novas que hão de governar o homem que realiza o trabalho e o que ele comercia. Neste colossal teatro chegará a seu fim este problema colossal. Aqui, onde os trabalhadores são fortes, lutarão e vencerão os trabalhadores. (p. 222)

*

Ver grandeza torna grande: – quem entra numa oficina norte-americana ... não se espanta de que tais aprendizas tenham feito tal povo. – O maravilhoso é para eles natural, porque se criaram nele. Empreendem tudo porque viram empreender tudo. De nada se surpreendem, porque vivem em meio ao surpreendente. (p. 237)

*

(Os norte-americanos) parecem, salvo o excessivo amor à riqueza que, como um verme, rói suas magnas entranhas, homens talhados pelo granito. (p. 238)

*

O índio (norte-americano) é discreto, imaginativo, inteligente, disposto por natureza à elegância e à cultura. (...) Por que lhes roubam os vales onde nasceram, e nasceram seus filhos e seus pais? Por que lhes prometem, ao despojá-los

de um campo fértil, dar-lhes outro que não parece tão fértil e, mal se descobre que é fértil, tiram-nos dali, rompendo o tratado e a eles, e a suas esposas, e a seus filhos pequenos, pregam-nos nas árvores, e metralham-nos se resistem? (p. 248)

*

Nos Estados Unidos, os representantes costumam ser os servos das empresas colossais e opulentas que decidem, contra ou a favor, com seu peso imenso na hora do voto, a eleição do candidato. (p. 251)

*

Jamais houve na América, da independência até hoje, assunto que exija mais sensatez, nem que necessite de mais vigilância, nem que peça exame mais claro e minucioso, do que o convite que os poderosos dos Estados Unidos, repletos de produtos invendáveis, e determinados a estender seu domínio na América, fazem às nações americanas de menor poder, ligadas pelo comércio livre e útil aos povos europeus, para articular uma liga contra a Europa e fechar tratados com o resto do mundo. (p. 262)

*

Estamos em plena luta entre capitalistas e operários, (da qual) há de vir, construído pelos trabalhadores, um universo novo. (p. 272)

SOBRE CUBA

Os norte-americanos submetem o sentimento à utilidade. Nós submetemos a utilidade ao sentimento. E se existe esta diferença de organização de vida, de ser, se eles vendiam enquanto chorávamos, se substituimos sua ca-

beça fria e calculista por nossa cabeça imaginativa, e seu coração de algodão e de barcos por um coração tão especial, tão sensível, tão novo, que só pode chamar-se coração cubano, como querem que legislemos com as leis com que eles legislam? Imitemos. Não! Copiemos. Não! É bom, dizem-nos. É americano, dizemos. Acreditamos, porque temos necessidade de acreditar. Nossa vida não é semelhante à deles, nem deve, em muitos pontos, assemelhar-se. A inteligência é menos positiva, os costumes são mais puros; como, com leis iguais, vamos ordenar dois povos diferentes? As leis americanas deram ao Norte um alto grau de prosperidade, e também levaram-no ao mais alto grau de corrupção. Metalizaram-no para torná-lo próspero. Maldita seja a prosperidade a um custo tão alto! (p. 36)

*

Ignoram os déspotas que o povo, a massa sofredora, é o verdadeiro chefe das revoluções. (p. 47)

*

A guerra de independência de Cuba... é evento de grande alcance humano e serviço oportuno que o heroísmo judicioso das Antilhas presta à firmeza e ao tratamento justo das nações americanas, e ao equilíbrio ainda vacilante do mundo. Honra e comove pensar que quando cai em terras de Cuba um guerreiro pela independência..., cai pelo bem maior do homem. (p. 257)

*

As Antilhas livres salvarão a independência de nossa América, e a honra já duvidosa e lastimada da América inglesa, e talvez acelerem e mantenham o equilíbrio do mundo. (p. 263)

OBRA DE REFERÊNCIA:

LA REVOLUCIÓN DEL OUTRO MUNDO – JESÚS ARBOLEYA

Em Cuba, a ideia da anexação, que nasceu para acelerar o gozo da liberdade, mudou de intento e motivo, e não é hoje mais do que o desejo de evitar a revolução. (p. 67)

*

O Partido Revolucionário Cubano, que não vê em si mais do que uma ala do exército e uma organização preparatória e auxiliar, parece haver encontrado as ideias e os métodos precisos para unir os fatores divididos. (p. 70)

*

A garantia das Repúblicas está na quantidade numerosa de vontades que entram em seu governo. (p. 70)

*

Nem de Rousseau, nem de Washington vem nossa América, sim de si mesma. (p. 70)

*

A independência de Cuba e de Porto Rico é o sucesso histórico indispensável para salvar a independência ameaçada das Antilhas, e a dignidade da República norte-americana. (p. 71)

*

É um mundo que estamos equilibrando: não são somente duas ilhas que vamos libertar... um erro em Cuba é um erro na América, em um erro na humanidade moderna. Quem se levanta hoje em Cuba se levanta para todos os tempos. (p. 71)

A luta antiditatorial

ESCRITOS DE FIDEL CASTRO

1. A HISTÓRIA ME ABSOLVERÁ¹

[16 de outubro de 1953]

[...] Quando falamos em povo, não nos referimos aos setores acomodados e conservadores da nação, aos quais convém qualquer regime de opressão, qualquer ditadura, qualquer despotismo, prostrando-se diante do amo de turno até bater a cabeça no chão. Quando falamos em luta, entendemos por povo a grande maioria oprimida, à qual todos prometem, enganam e traem; aquela que age conforme os anseios ancestrais de justiça, por ter sofrido, geração após geração, a injustiça e a zombaria; aquela que anseia por grandes e sábias transformações em todos os

1. Reproduzido de CASTRO, Fidel. La historia me absolverá (excertos). La Habana, Editora Política, 1983. p. 45-67, 102-9, 131-3. No Brasil, fez parte do livro SADER, Emir (org.). *Fidel Castro. A história me absolverá*. Coleção Cientistas Sociais. FERNANDES, Florestan (coord.). São Paulo: Editora Ática, 1986.

planos e, para consegui-las, está disposta a dar até sua última gota de sangue, quando acredita em algo ou em alguém, sobretudo quando acredita suficientemente em si mesma. A primeira condição da sinceridade e da boa-fé num propósito é exatamente fazer o que ninguém faz, isto é, falar com absoluta clareza e sem medo. Os demagogos e políticos profissionais querem fazer o milagre de estar bem com tudo e com todos, enganando necessariamente a todos em tudo. Os revolucionários devem proclamar suas ideias com valentia, definir seus princípios e expressar suas intenções para que ninguém se engane, nem amigos nem inimigos.

Chamamos de povo, se se trata de lutar, os 600 mil cubanos que estão sem trabalho, desejando ganhar honestamente seu pão, sem ter de emigrar da sua pátria em busca de sustento; os 500 mil operários do campo que vivem em choças miseráveis, que trabalham quatro meses por ano e passam fome o resto do tempo, compartilhando com seus filhos a miséria, que não têm uma polegada de terra para semear e cuja existência deveria inspirar compaixão, se não houvesse tantos corações de pedra, os 400 mil operários industriais e braçais, cujos rendimentos estão todos desfalcados, cujas conquistas estão sendo arrebataadas, cujas casas são infernais cortiços, cujos salários passam das mãos do patrão às do agiota, cujo futuro é a redução do salário e a dispensa do emprego, cuja vida é o trabalho eterno e cujo descanso é o túmulo; os 100 mil pequenos agricultores, que vivem e morrem trabalhando uma terra que não é sua, contemplando-a sempre triste-

mente, como Moisés à terra prometida, até morrer sem chegar a possuí-la, tendo de pagar por seus pequenos pedaços de terra, da mesma forma que os servos feudais, com uma parte dos seus produtos, não podendo amar essa terra, nem melhorá-la, nem embelezá-la, plantar um cedro ou uma laranjeira, porque ignoram o dia em que virá um oficial de justiça com a polícia rural para lhes dizer que devem sair dali; os 30 mil professores primários e outros educadores, tão abnegados, sacrificados e necessários para um destino melhor para as futuras gerações, e aos quais se trata e se paga tão mal; os 20 mil pequenos comerciantes sufocados pelas dívidas, arruinados pela crise e destruídos por uma praga de funcionários aventureiros e venais; os 10 mil jovens profissionais – médicos, engenheiros, advogados, veterinários, pedagogos, dentistas, farmacêuticos, jornalistas, pintores, escultores etc. – que, ao saírem das escolas com seus diplomas, desejosos de lutar e cheios de esperança, se encontram num beco sem saída, com todas as portas fechadas, surdas ao clamor e à súplica. Esse é o povo, o que sofre todas as infelicidades e é, portanto, capaz de combater com toda a coragem! A esse povo, cujos caminhos de angústia estão pavimentados de enganos e falsas promessas, não lhe diríamos: “Vamos te dar”, mas: “Aqui tens; luta agora com todas as tuas forças, para que sejam tuas a liberdade e a felicidade!”.

No sumário desta causa devem constar as cinco leis revolucionárias que seriam proclamadas imediatamente após a tomada do quartel Moncada e divulgadas por rádio à nação. É possível que o coronel Chaviano tenha destruído

deliberadamente esses documentos, mas, se os destruiu, eu os conservo na memória.

A primeira lei revolucionária devolvia ao povo a soberania e proclamava a Constituição de 1940 como a verdadeira Lei suprema do Estado, até que o povo decidisse modificá-la ou mudá-la. Para a sua implantação, incluindo o castigo exemplar a todos os que a tinham traído, não existindo órgão eleito pelo povo, o movimento revolucionário, como encarnação momentânea dessa soberania, única fonte legítima de poder, assumiria todas as faculdades que lhe são inerentes, exceto a de modificar a própria Constituição: faculdade de legislar, faculdade de executar e faculdade de julgar.

Essa atitude não podia ser mais diáfana e despida de idiotices e charlatanismos estéreis: um governo aclamado pela massa de combatentes receberia todas as atribuições necessárias para proceder à implantação efetiva da vontade popular e da verdadeira justiça. A partir desse instante, o poder Judiciário, que se colocou desde o 10 de março contra a Constituição e fora da Constituição, deixaria de funcionar como tal e se procederia à sua imediata e total depuração, antes de assumir novamente as faculdades que lhe concede a Lei suprema da república. Sem essas medidas prévias, a volta à legalidade, colocando sua proteção em mãos que claudicaram desonrosamente, seria uma fraude, um engano e mais uma traição.

A segunda lei revolucionária concedia a propriedade da terra, sem possibilidade de embargo e intransferível, a todos os colonos, subcolonos, arrendatários, parceiros e posseiros que ocupassem áreas de cinco ou menos *caballerías*

[medida agrária. 1 caballería é igual a 13,430 m²] de terra, indenizando o Estado a seus antigos proprietários na base da renda média que receberiam por essas terras no curso de dez anos.

A terceira lei revolucionária outorgava aos operários e empregados o direito de participação de 30% nos lucros, em todas as empresas industriais, comerciais e mineiras, incluindo as centrais açucareiras. Excetuavam-se as empresas exclusivamente agrícolas, devido a outras leis de caráter agrário que seriam implantadas.

A quarta lei revolucionária concedia a todos os colonos o direito de participar de 55% do rendimento da cana e a cota mínima de 40 mil arrobas a todos os pequenos colonos que estivessem estabelecidos há três ou mais anos.

A quinta lei revolucionária ordenava a confiscação total dos bens de todos os malversadores de todos os governos e dos seus coniventes e herdeiros, tanto dos bens recebidos por testamento quanto de forma fraudulenta, sem testamento. Esse confisco se daria através de tribunais especiais, com plenas faculdades de acesso a todas as fontes de investigação, de intervenção nas sociedades anônimas registradas no país, ou que nele operem, nas quais possam ocultar-se bens malversados, e de solicitação' aos governos estrangeiros da extradição de pessoas e do embargo de bens. A metade dos bens recuperados iria para as caixas de aposentadoria dos operários e a outra metade para os hospitais, asilos e casas de beneficência.

Declarava-se, além disso, que a política cubana na América seria de estreita solidariedade com os povos de-

mocráticos do continente e que os perseguidos políticos das sangrentas tiranias que oprimem nações irmãs não encontrariam na pátria de Martí, como hoje, perseguição, fome e traição, mas asilo generoso, fraternidade e pão. Cuba deveria ser um baluarte de liberdade, e não expressão vergonhosa de despotismo.

Essas leis seriam proclamadas imediatamente e a elas seguiriam, uma vez terminada a luta e depois do estudo minucioso do seu conteúdo e alcance, outra série de leis e medidas igualmente fundamentais, como a reforma agrária, a reforma integral do ensino e a nacionalização do truste elétrico e do truste telefônico, a devolução ao povo do excesso ilegal que estiveram cobrando em suas tarifas e pagamento de todas as quantias que sonegaram à Fazenda pública.

[...]

O problema da terra, o problema da industrialização, o problema habitacional, o problema do desemprego, o problema da educação e o problema da saúde do povo: eis os seis pontos para cuja solução, junto com a conquista das liberdades públicas e da democracia política, ter-se-iam encaminhado resolutamente nossos esforços.

[...]

Salvo umas poucas indústrias alimentícias, madeireiras e têxteis, Cuba continua sendo uma feitoria produtora de matérias-primas. Exporta-se açúcar para importar caramelos, exporta-se couro para importar sapatos, exporta-se ferro para importar arados... Todo mundo concorda na necessidade urgente de industrializar o país, que são necessá-

rias indústrias metalúrgicas, indústrias de papel, indústrias químicas, que é preciso melhorar a criação, os cultivos, a técnica e elaboração de nossas indústrias alimentícias, para que possam resistir à concorrência ruínosa que fazem as indústrias européias de queijo, leite condensado, licores e azeites e as de conservas norte-americanas; que necessitamos de navios mercantes; que o turismo poderia ser uma enorme fonte de riquezas; mas os proprietários do capital exigem que os operários se submetam às forcas caudinas, que o Estado cruze os braços e a industrialização fique para as calendas gregas.

Tão grave ou pior é a tragédia da habitação. Existem em Cuba 200 mil barracões e choças; 400 mil famílias do campo e da cidade vivem amontoadas em barracões, cortiços e porões, sem as mais elementares condições de higiene e saúde; 2,2 milhões de pessoas de nossa população urbana pagam aluguéis que absorvem entre um quinto e um terço dos seus rendimentos; e 2,8 milhões de pessoas de nossa população rural e suburbana carecem de luz elétrica. Aqui acontece o mesmo: se o Estado se propõe rebaixar os aluguéis, os proprietários ameaçam paralisar todas as construções; se o Estado se abstém, constroem enquanto podem receber um tipo elevado de renda, depois não põem nenhum tijolo mais, ainda que o resto da população viva na intempérie; outro tanto faz o monopólio elétrico: estende as linhas até o ponto em que possa conseguir um lucro satisfatório, a partir do qual não lhe interessa se as pessoas viverão nas trevas pelo resto dos seus dias. O Estado cruza os braços, e o povo continua sem casa e sem luz.

[...]

De tanta miséria só é possível se livrar com a morte; a isso, sim, o Estado ajuda: a morrer. Noventa por cento das crianças do campo são devoradas pelos parasitas, que nelas se infiltram da terra pelas unhas dos pés descalços. A sociedade se comove diante da notícia do sequestro ou do assassinato de um menino, mas permanece criminosamente indiferente diante do assassinato em massa que se comete contra milhares e milhares de crianças que morrem todos os anos por falta de recursos, agonizando nos estertores da dor, cujos olhos inocentes, em que já se observa o brilho da morte, parecem olhar para o infinito, como se pedissem perdão para o egoísmo humano e para que não caia sobre elas a maldição de Deus. E quando um pai de família trabalha quatro meses no ano, como pode comprar roupas e remédios para seus filhos? Crescerão raquíticos, aos trinta anos não terão nenhum dente são na boca, terão ouvido dez milhões de discursos e morrerão finalmente de miséria e decepção. O acesso aos hospitais do Estado, sempre repletos, só é possível mediante a recomendação de um político influente, que exigirá do infeliz o seu voto e o de toda a sua família, para que Cuba continue sempre igual ou pior.

Com tais antecedentes, como deixar de explicar que, de maio a dezembro, um milhão de pessoas não encontram trabalho e que Cuba, com uma população de 5,5 milhões de habitantes, tenha atualmente mais desempregados que a França e a Itália, com uma população de mais de quarenta milhões cada uma?

[...]

O futuro da nação e a solução de seus problemas não pode continuar dependendo do interesse egoísta de uma dezena de financistas, dos frios cálculos sobre os lucros que fazem em seus escritórios com ar condicionado dez ou doze magnatas. O país não pode continuar de joelhos, implorando os milagres de alguns bezerros de ouro que, como aquele do Antigo Testamento que foi derrubado pela ira do profeta, não fazem milagres de nenhum tipo. Os problemas da república só terão solução se nos dedicarmos a lutar por ela com a mesma energia, honradez e patriotismo que nossos libertadores usaram para criá-la. E não é com estatísticas, ao estilo de Carlos Saladrigas [ministro do primeiro governo de Fulgencio Batista (1940-1944)], cuja política consiste em deixar tudo como está e passar a vida dizendo idiotices sobre a “liberdade absoluta de empresa”, “garantias ao capital de investimento” e a “lei da oferta e da procura”, que serão resolvidos esses problemas. Num palacete da Quinta Avenida esses ministros podem conversar alegremente até que não sobre nem o pó dos ossos dos que hoje reclamam soluções urgentes. E no mundo atual nenhum problema social se resolve por geração espontânea.

Um governo revolucionário, depois de estabelecer em suas parcelas, na qualidade de donos, os 100 mil pequenos agricultores que hoje pagam rendas, procederá à solução definitiva do problema da terra, primeiro: estabelecendo, como ordena a Constituição, uma extensão máxima para cada tipo de empresa agrícola e adquirindo o excedente por

meio de expropriação, reivindicando as terras usurpadas ao Estado, secando os alagados e terrenos pantanosos, plantando enormes viveiros e reservando zonas para o refflorescimento; segundo: repartindo a terra restante disponível entre as famílias camponesas, com preferência para as mais numerosas, fomentando cooperativas de agricultores para a utilização comum de equipamentos de custo elevado, de frigoríficos e da mesma direção técnico-profissional no cultivo e na criação e facilitando, por fim, recursos, equipamentos, proteção e conhecimentos úteis ao campesinato.

Um governo revolucionário, com o apoio do povo e o respeito da nação, depois de limpar as instituições de funcionários venais e corrompidos, iniciaria imediatamente a tarefa de industrializar o país, mobilizando todo o capital inativo, que ultrapassa atualmente 1,5 milhões, através do Banco Nacional e do Banco de Fomento Agrícola e Industrial, e entregando a magna tarefa ao estudo, direção, planificação e realização de técnicos de absoluta competência, inteiramente alheios às manobras políticas.

[...]

Com essas três iniciativas e reformas, desapareceria automaticamente o problema do desemprego e a profilaxia, e a luta contra as doenças seria tarefa muito mais fácil.

Finalmente, um governo revolucionário realizaria a reforma integral do nosso ensino, colocando-o em harmonia com as iniciativas anteriores, para preparar devidamente as gerações que estão chamadas a viver numa pátria mais feliz. Não se esqueçam das palavras do Apóstolo [referência a José Martí, considerado o apóstolo da independência

cubana]. “Comete-se na América Latina um erro gravíssimo: povos que vivem quase que completamente dos produtos do campo são educados exclusivamente para a vida urbana, não sendo preparados para a vida camponesa”. “O povo mais feliz é aquele que educa melhor seus filhos, na instrução do pensamento e na direção dos sentimentos.” “Um povo instruído será sempre forte e livre.”

[...]

Admito e creio que a revolução seja fonte de direito, mas não se poderá chamar jamais de revolução o assalto noturno, à mão armada, de 10 de março. Na linguagem vulgar, como disse José Ingenieros, costuma-se dar o nome de revolução às pequenas desordens que um grupo de insatisfeitos promove para arrancar dos poderosos suas sinecuras políticas ou suas vantagens econômicas, desembocando geralmente em mudanças de uns homens por outros, numa certa nova repartição de empregos e benefícios. Esse não é o critério do filósofo da história, não pode ser o do homem estudioso.

[...]

Mas há uma razão que nos assiste, mais poderosa que todas as demais: somos cubanos, e ser cubano implica um dever; não cumpri-lo é crime e é traição. Vivemos orgulhosos da história da nossa pátria; aprendemo-la na escola e crescemos ouvindo falar de liberdade, de justiça e de direitos. Ensinar-nos a venerar desde pequenos o exemplo glorioso de nossos heróis e de nossos mártires. Céspedes, Agramonte, Maceo, Gómez e Martí foram os primeiros nomes que se gravaram em nosso espírito; ensinaram anos

que o Titá [referência a Antonio Maceo, um dos próceres da luta pela independência cubana, chamado de “O Titá de Bronze”] havia dito que a liberdade não se mendiga, mas se conquista com o fio da espada; ensinaram-nos que, para a educação dos cidadãos na pátria livre, escreveu o Apóstolo em seu livro A Idade de Ouro:

Um homem que se conforma em obedecer a leis injustas e permite que o país em que nasceu seja pisoteado pelos homens que o maltratam, não é um homem honrado... Há de haver no mundo certa quantidade de decoro, como há de haver certa quantidade de luz. Quando há muitos homens sem decoro, há sempre outros que têm em si o decoro de muitos homens. Esses são os que se rebelam com força terrível contra os que roubam aos povos sua liberdade, que é o mesmo que roubar aos homens seu decoro. Nesses homens vão milhares de homens, vai um povo inteiro, vai a dignidade humana...

[...]

Termino minha defesa, mas não o farei como fazem sempre todos os advogados, pedindo a liberdade do acusado; não posso pedi-la quando meus companheiros já estão sofrendo na ilha de Pinos ignominiosa prisão. Mandem-me para junto deles para compartilhar sua sorte; é concebível que os homens honrados estejam mortos ou presos numa república em que está como presidente um criminoso e um ladrão.

Aos senhores juízes, minha sincera gratidão por terem permitido que me expressasse livremente, sem coações mes-

quinhas. Não lhes guardo rancor; reconheço que em certos aspectos foram humanos e sei que o presidente deste tribunal, homem de vida limpa, não pode dissimular sua repugnância pelo estado de coisas reinante, que o obriga a ditar uma sentença injusta. Resta ainda ao tribunal um problema mais grave: aí estão as causas iniciadas pelos setenta assassinatos, isto é, o maior massacre que conhecemos; os culpados continuam livres, com uma arma na mão, que é ameaça perene para a vida dos cidadãos; se não cair sobre eles todo o peso da lei, por covardia ou porque o impeçam, e todos os juízes não renunciarem em bloco, tenho piedade de vossas honras e lamento a mancha sem precedentes que cairá sobre o Poder Judiciário.

A América Latina vive o que se poderia chamar de um “ciclo progressista”. Iniciado com a vitória da candidatura de Hugo Chávez nas eleições de 1998 na Venezuela, esse ciclo tomou impulso com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, em 2002. Quinze anos depois, podemos dizer que avançamos muito.

Em Cuba, o processo de mudança ocorreu em 1959, com a derrubada de Fulgêncio Batista e chegada ao poder de Fidel Castro e Che Guevara, dando início a um processo revolucionário.

